

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ AUGUSTO ELY

DA LINGUAGEM TOTALITÁRIA ÀS NOTAS DE REPÚDIO: UM OLHAR
DISCURSIVO ACERCA DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

CURITIBA

2022

LUIZ AUGUSTO ELY

DA LINGUAGEM TOTALITÁRIA ÀS NOTAS DE REPÚDIO: UM OLHAR
DISCURSIVO ACERCA DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Negri

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Ely, Luiz Augusto

Da linguagem totalitária às notas de repúdio : um olhar discursivo
acerca da Pandemia de Covid-19 no Brasil. / Luiz Augusto Ely. –
Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lígia Negri.

1. COVID 19, Pandemia de, 2020-. 2. Análise do discurso.
3. Discurso de ódio. 4. Linguagem e ética. I. Negri, Lígia, 1953-.
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em
Letras. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de LUIZ AUGUSTO ELY intitulada: **DA LINGUAGEM TOTALITÁRIA ÀS NOTAS DE REPÚDIO: UM OLHAR DISCURSIVO ACERCA DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**, sob orientação da Profa. Dra. LIGIA NEGRI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 21 de Junho de 2022.

LÍGIA NEGRI
Presidente da Banca Examinadora

ATÍLIO BUTTURI JÚNIOR
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT
Avaliador Externo (PESQUISADORA)

MARIA CLECI VENTURINI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

JOSÉ MIGUEL RÁSIA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ -
SOCIOLOGIA)

Agradecimentos

Uma tese de doutorado tem como característica intrínseca ser a materialização de um percurso... um percurso acadêmico, reflexo de leituras e de escritas e, em alguma medida, também de um percurso de vida. No meu caso, especificamente, estar na iminência de tornar-me Doutor em Letras representa, também, escolhas. Escolhi não seguir adiante com a graduação em Geologia; escolhi cursar a graduação em Letras na Universidade Federal do Paraná (UFPR); de certa forma, fui conduzido a escolher cursar o mestrado em Letras também na UFPR e... após um hiato, estando diante de optar se realizaria o doutorado em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ou em Letras na UFPR, em 2017 optei pela prestigiada universidade paulista. No entanto, cerca de dois meses depois de ter efetivado a matrícula e ter começado as viagens semanais a Campinas para assistir às aulas, escolhi que seria mais prudente interromper o percurso e retomá-lo mais adiante, em outras circunstâncias. Foi o que aconteceu. Depois de mais um processo seletivo, em 2018 iniciava então o doutorado em Curitiba, na UFPR, minha casa acadêmica...

Esse caminho que relatei brevemente acima, feito de escolhas, foi possível de ser realizado afinal tive oportunidades para isso. Em um país como o Brasil, em que temos as desigualdades sociais escancaradas diante de nossa face, em que somos incansavelmente conduzidos a um cenário de cinismo e de desfaçatez por boa parte de nossos políticos, em que somos roubados a todo o tempo pelo desvio das verbas públicas como evidência da corrupção, enfim, elencar todas as mazelas do nosso país por si só já daria uma tese, alcançar o título de Doutor em alguma área do saber, em uma universidade pública e de qualidade, me coloca em uma posição de privilegiado, conhecedor de meus direitos e, sobretudo, de meus deveres.

Porém, há quem possa dizer que eu ocupe um lugar de privilégios tão somente, ao ter a consciência de que pude fazer determinadas escolhas e não outras, mas isso aponta também para certas renúncias que, ao se fazer

escolhas, estarão implicadas. Parte dessas escolhas e dessas renúncias, em ocasiões específicas, foram forçadas a ser feitas. Alguns dos nomes que serão elencados mais adiante, se não todos, justamente por terem acompanhado em algum momento o meu percurso, saberão que a Vida por vezes me obrigou a ser forte.

Quando decidi que cursar um doutorado seria proveitoso, lá em 2016, lembro de ter me deparado com um vídeo no *YouTube*¹ de um programa de televisão português chamado *Alta Definição*, transmitido pela SIC (Sociedade Independente de Comunicação), em que o apresentador, Daniel Oliveira, entrevista um ator, também português, Henrique Feist. A vida privada de Feist mais parece ter sido inspirada em um roteiro de cinema. Um trecho da entrevista diz respeito à história da família do ator: do lado paterno, boa parte de sua família foi dizimada pelo Holocausto; do lado materno, sua mãe e sua única tia faleceram vítimas de câncer. Em vista disso, eis algumas das suas palavras:

Daniel: “Há um legado que fica dessa superação permanente?”

Henrique: “Há, há um legado de remédio. Tivemos que superar. O que nós fazemos é tentamos não comparar sofrimentos. Se minha avó sofreu mais pelo Holocausto, se a minha outra avó sofreu mais pela perda das duas filhas... Tento não comparar porque acho que desgostos e dores não se comparam; existem. E as pessoas vivem-nas à sua maneira; não se pode compará-las”.

Pois bem. Foi com essas palavras em mente que, após ter alterado um bocado a minha rota, fui cursar o doutorado em Curitiba, na UFPR. Ainda que tenha feito essa escolha de forma consciente e diante de um lugar privilegiado, isso não quer dizer que foi um caminhar feito apenas de alegrias.

Eis que, em vias de redigir a tese, a Vida, mais uma vez, resolveu que seria um momento de me testar, para que eu pudesse ter, ainda que minimamente, percepção da minha resiliência. Novamente me deparo com um vídeo no *YouTube*²; dessa vez, uma palestra da jornalista e apresentadora Ana

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IQJbS0BRQtg&t=562s>. Acesso em: 30 abr. 2022.

² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MrRc2V_AvB0&t=318s. Acesso em: 30 abr. 2022.

Paula Padrão para a plataforma *Endeavor*. Lembro desde sempre de ter uma certa simpatia por ela, de quando ainda exercia seu ofício na Rede Globo de Televisão. Nessa palestra, Ana Paula apresenta o seu percurso e ressalta que recebeu alguns “nãos” na sua trajetória, de sorte que ela pondera:

“Então, um não nem sempre quer dizer um não. Na verdade, pra mim, um não quase sempre quer dizer que você não pegou o caminho certo... mas que se você pegar um atalho, se você se desviar, se você pegar uma estrada mais longa, se você se posicionar de outra maneira, não pode virar talvez, e muitas vezes pode virar sim”.

Eu também recebi alguns “nãos” na minha trajetória, tal qual Ana Paula Padrão e, após assistir à sua palestra, consigo ressignificá-los e percebê-los, ou como “talvez”, ou... como “sims”. Sim, minhas palavras de agradecimento estão se alongando, mas sinto que precisava fazer essa breve contextualização antes de mencionar os nomes que, se não fizeram com que o meu percurso fosse totalmente leve, certamente foram capazes de torná-lo um bocado menos árduo. Vamos a eles.

Aos coordenadores e aos servidores técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida;

À professora Dra. Lígia Negri, minha orientadora, pelas leituras atentas do meu texto, pelas sugestões, pelas oportunidades proporcionadas e, sobretudo, pelas palavras que me ofereceu quando do retorno à UFPR, em 2018;

À professora Dra. Inesita Soares de Araújo, pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/Fiocruz), que generosamente me recebeu, ainda que em formato remoto por conta da pandemia de Covid-19, em duas disciplinas no decorrer de 2021 (a primeira acompanhada como ouvinte e a segunda como aluno matriculado), junto ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS);

Ao José Fabio Ribeiro Bezerra (Fabio), um dos amigos que Curitiba me ofereceu, e que a Vida quis que fosse percorrer caminhos pela Polônia;

À Suélen Trevisan Koch Santos, ao José Benedito Silva Santos Júnior (JB), e à pequena Maria, amigos que hoje vivem na Alemanha, mas que Campinas me deu lá em 2009, quando cursei uma disciplina para o mestrado na UNICAMP, e que, diante de um dos “nãos” impostos pela Vida, simplesmente deixaram a chave da casa deles em Campinas à minha disposição para o que eu pudesse precisar;

À Rocío Morales Vázquez, colega contemporânea a mim na graduação em Letras na UFPR, que tornou-se amiga e, em conjunto com Antonio e os meninos, Eduardo e Rodrigo, sempre proporciona(ra)m conversas leves e ótimas risadas;

Ao meu pai, Albano, que prestes a completar 80 anos, pode não ter me ensinado com palavras, mas me ensinou com o exemplo o lugar do trabalho na trajetória de um indivíduo;

Aos meus sobrinhos Elena, Ugo (*in memoriam*) e Tomás, por me oferecerem um dos melhores ensinamentos que alguém pode receber, que é poder ser tio;

Às minhas irmãs, Isabel e Deise, que, tanto quanto minha mãe, me proporcionaram oportunidades e, principalmente, a riqueza do poder de escolha com base na educação e no estudo;

E, sim, a ela, minha mãe, Adiva (*in memoriam*), que me ofereceu praticamente tudo o que pudesse estar ao seu alcance, para que eu tivesse meios e caminhos de construir uma vida digna e honesta, a partir do estudo e do trabalho.

Deixo aqui, então, o meu imenso e sincero muito obrigado!

A própria vida, afinal, tem de ser vivida e amada pelo que é.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, 2012, p. 307.

RESUMO

Pode-se apontar que há no Brasil o desenvolvimento de um populismo autoritário e, decorrente dele, de uma linguagem totalitária. Como materialização desse momento histórico-social, apresenta-se a análise de textos representativos dessa situação, as **notas de repúdio**, como manifestação delatora de uma gestão ineficiente das medidas sanitárias propostas pelo Governo Federal frente à pandemia de Covid-19 em seu contexto brasileiro. Diante desse cenário, a partir da relação estabelecida entre língua(gem) e violência, tendo como mote a delimitação da noção de linguagem totalitária e a configuração de uma epidemia discursiva, foram selecionados cinco exemplares desses textos para a realização da análise, com base especialmente na perspectiva de Angenot (2012) e sua concepção de discurso social, como possibilidade de abordar os discursos como feitos sociais e, conseqüentemente, como feitos históricos, observa-se a crise sanitária como evento propiciador de ideias e modos de pensar e de enunciar do Brasil contemporâneo. Em vista disso, e ao considerar que não há uma definição consolidada desses textos nos domínios dos estudos linguísticos, recorreu-se à noção de *discurso atópico*, ou *atopia discursiva*, tal como propõe Maingueneau (2010). Então, para concretizar a análise das notas de repúdio, sugere-se concebê-las como exemplares da explicitação desse tipo de “discurso enrustido”, como um discurso de desvelamento do discurso subliminar ao *discurso atópico*. No sentido de corroborar a percepção das características das notas de repúdio, foram recuperadas as reflexões desenvolvidas por Possenti e Oliveira (2021) e Oliveira (2021; 2019).

Palavras-chave: Covid-19; Discurso atópico; Discurso de ódio; Linguagem totalitária; Notas de repúdio.

ABSTRACT

It can be pointed out that in Brazil there is the development of an authoritarian populism and, as a result of it, a totalitarian language. As a materialization of this historical-social moment, the analysis of representative texts of this situation is presented, the **repudiation notes**, as a denouncing manifestation of an inefficient management of the sanitary measures proposed by the Federal Government in the face of the Covid-19 pandemic in its Brazilian context. In view of this scenario, based on the relationship established between language and violence, having as its motto the delimitation of the notion of totalitarian language and the configuration of a discursive epidemic, five copies of these texts were selected for the analysis, based especially on Angenot's perspective (2012) and his conception of social discourse, as a possibility of approaching discourses as social facts and, consequently, as historical facts, the health crisis is observed as an event that promotes ideas and ways of thinking and enunciating in contemporary Brazil. In view of this, and considering that there is no consolidated definition of these texts in the domains of linguistic studies, the notion of *atopic discourse*, or *discursive atopy*, was resorted to, as proposed by Maingueneau (2010). So, to carry out the analysis of the repudiation notes, it is suggested to conceive them as examples of the explanation of this type of "closed discourse", as a discourse of unveiling the subliminal discourse to the atopic discourse. In order to corroborate the perception of the characteristics of the rejection notes, the reflections developed by Possenti and Oliveira (2021) and Oliveira (2021; 2019) were retrieved.

Key words: Atopic discourse; Covid-19; Hate speech; Repudiation notes; Totalitarian language.

RESUMEN

Se puede señalar que tenemos un populismo autoritario en desarrollo en Brasil y, como consecuencia de ello, un lenguaje totalitario. Como materialización de este momento histórico-social, se presenta el análisis de textos representativos de esta situación, las **notas de rechazo**, como manifestación acusadora del manejo ineficiente de las medidas sanitarias propuestas por el Gobierno Federal ante la pandemia del Covid-19 en su contexto brasileño. Ante este escenario, a partir de la relación que se establece entre lengua(je) y violencia, teniendo como lema la delimitación de la noción de lenguaje totalitario y la configuración de una epidemia discursiva, se seleccionaron cinco ejemplares de estos textos para el análisis, a partir especialmente de la perspectiva de Angenot (2012) y su concepción del discurso social, como posibilidad de abordar los discursos como hechos sociales y, en consecuencia, como hechos históricos, se observa la crisis sanitaria como un evento que promueve ideas y modos de pensar y de enunciar en el Brasil contemporáneo. Ante ello, y considerando que no existe una definición consolidada de estos textos en los dominios de los estudios lingüísticos, se acudió a la noción de *discurso atópico*, o *atopia discursiva*, tal como lo propone Maingueneau (2010). Así, para llevar a cabo el análisis de las notas de rechazo, se sugiere concebirlas como ejemplares de la configuración de este tipo de “discurso travestido”, como un discurso de desvelamiento del discurso subliminal al *discurso atópico*. Para corroborar la percepción sobre las características de las notas de rechazo, se recuperaron las reflexiones desarrolladas por Possenti y Oliveira (2021) y Oliveira (2021; 2019).

Palabras clave: Covid-19; Discurso atópico; Discurso del odio; Lenguaje totalitario; Notas de rechazo.

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1 - Inquietações e motivações: a relação entre língua(gem) e violência sob o olhar discursivo da discriminação	22
Capítulo 2 - Pandemia, <i>pandemídia</i>, pandemônio: da linguagem totalitária à configuração de uma epidemia discursiva	36
2.1 A configuração de uma epidemia discursiva e o cenário brasileiro da pandemia de Covid-19	46
2.1.1 A configuração de uma epidemia discursiva	46
2.1.2 O cenário brasileiro da pandemia de Covid-19	57
Capítulo 3 - A discursividade polêmica: confronto dos discursos de ódio e suas respostas, as notas de repúdio, como manifestação acerca da gestão e do combate à pandemia de Covid-19 no Brasil	69
3.1 A escolha e delimitação do <i>corpus</i> : as notas de repúdio	71
3.2 As notas de repúdio: o <i>corpus</i> em análise	81
3.2.1 Nota 1: Nota de repúdio e de alerta à população - ASFOC-SN (Anexo 1)	81
3.2.2 Nota 2: Repúdio: Nota sobre a ocultação e manipulação dos dados oficiais sobre a Covid-19 - SBI, ABC, SBPC e demais associações científicas (Anexo 2)	89
3.2.3 Nota 3: Cientistas e acadêmicos se mobilizam contra ataques ao professor Pedro Hallal da UFPel - ABRASCO (Anexo 3)	93
3.2.4 Nota 4: Nota em defesa do respeito à vida - ABRASCO (Anexo 4)	95

3.2.5 Nota 5: Nota de solidariedade à população de Manaus - ABRASCO (Anexo 5)	99
3.3 Notas de repúdio como desvelamento do <i>discurso atópico</i> ..	102
Algumas considerações (que nem sempre são finais)	110
Referências	114
Anexos	120

Introdução

Uma tese de doutorado pode ser entendida como sendo a configuração de um relato; um relato não apenas do percurso acadêmico que foi realizado para a concretização do trabalho que será apresentado adiante, mas, sobretudo, do percurso que foi possível percorrer. Um percurso de muitas leituras e releituras, de escritas e reescritas. Um percurso de escolhas e de renúncias, conforme foi dito na seção de agradecimentos anteriormente, ou, ainda, de um excerto de vida. Diante disso, tomarei a liberdade de firmar um contrato com os leitores que eventualmente possam ter acesso a este texto, de que nesta seção introdutória vou me valer da primeira pessoa do singular para apresentar o trabalho que foi possível, para mim, então realizar.

Ao elaborar a apresentação da Seção Especial da *Revista Brasileira de Sociologia*³, seção essa dedicada a trabalhos que têm a pandemia de Covid-19 como mote, o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), José Miguel Rasia, se vale de uma metáfora para relacionar os artigos que compõem a seção. Ele resgata a *Odisseia* de Homero ao relatar o retorno de Ulisses a Ítaca, após a Guerra de Troia.

Segundo Rasia, “o tempo é personagem, é no tempo que as peripécias acontecem e se organizam” (2021, p. 15). Ao lembrar os feitos de Ulisses no tempo da antiguidade grega, Rasia atenta também para dois fatos da narrativa de Homero: o desenvolvimento e o crescimento de Telêmaco e a espera de Penélope, filho e esposa de Ulisses, respectivamente. Ao partir para a guerra, Ulisses deixa Telêmaco ainda muito menino, e Penélope, que naquele momento estava ocupada em tecer um tapete. São decorridos, entre a partida e o retorno de Ulisses, 20 anos no tempo da narrativa.

³ RASIA, J. M. Crise no tempo acelerado e o mundo em descompasso: apresentação da seção especial sobre a Covid-19. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, jan./abr. 2021, p. 10-24. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.800>. Acesso em: 01 maio. 2021.

Enquanto Telêmaco passa de criança a homem feito, Penélope é considerada viúva de guerra e começa a receber propostas de novos casamentos, às quais se deu ao direito de decidir assim que o tapete que tecia estivesse pronto. Pois bem. Durante o dia Penélope tecia e, à noite, desmanchava o trabalho realizado no decorrer daquela jornada, fazendo com que sua decisão de escolher um novo marido fosse adiada ao máximo possível. Paralelamente a isso, o tempo da natureza transcorreu, fazendo com que o filho, Telêmaco, se fizesse homem.

Rasia observa, sabiamente, que a atividade de tecer dá a Penélope o poder de administrar o tempo, uma estratégia para adiar o envolvimento com o pretendente em potencial. Penélope, portanto, possui a virtude da espera, o que, de forma oposta, se percebe com o passar do tempo para Telêmaco, em que a natureza se concretiza de forma involuntária. Rasia, valendo-se dessa metáfora, reconhece que o tempo da espera também se faz na certeza do desfecho de uma epidemia que, em algum momento do futuro, vai se dar. Tal qual a espera de Penélope, que de algum modo pressente o retorno de Ulisses, mesmo sem saber o dia ou a hora, mas tendo apenas a certeza de que seu marido há de voltar.

Diante de uma feliz coincidência, eis que chegam até mim os versos do poema *Ítaca*⁴, de Konstantinos Kaváfis, que reproduzo a seguir:

ÍTACA

Konstantinos Kaváfis (1863-1933)

Quando partires em viagem para Ítaca
faz votos para que seja longo o caminho,
pleno de aventuras, pleno de conhecimentos.
Os Lestrigões e os Ciclopes,
o feroz Poseidon, não os temas,
tais seres em teu caminho jamais encontrarás,

⁴ Disponível em: <https://itaca.uff.br/poema-itaca/>. Acesso em: 01 maio. 2022.

se teu pensamento é elevado, se rara
emoção aflora teu espírito e teu corpo.
Os Lestrigões e os Ciclopes,
o irascível Poseidon, não os encontrarás,
se não os levas em tua alma,
se tua alma não os ergue diante de ti.
Faz votos de que seja longo o caminho.
Que numerosas sejam as manhãs estivais,
nas quais, com que prazer, com que alegria,
entrarás em portos vistos pela primeira vez;
para em mercados fenícios
e adquire as belas mercadorias,
nácares e corais, âmbar e ébanos
e perfumes voluptuosos de toda espécie,
e a maior quantidade possível de voluptuosos perfumes;
vai a numerosas cidades egípcias,
aprende, aprende sem cessar dos instruídos.
Guarda sempre Ítaca em teu pensamento.
É teu destino aí chegar.
Mas não apresses absolutamente tua viagem.
É melhor que dure muitos anos
e que, já velho, ancores na ilha,
rico com tudo que ganhaste no caminho,
sem esperar que Ítaca te dê riqueza.
Ítaca deu-te a bela viagem.
Sem ela não te porias a caminho.
Nada mais tem a dar-te.
Embora a encontres pobre, Ítaca não te enganou.
Sábio assim como te tornaste, com tanta experiência,
já deves ter compreendido o que significam as Ítacas.

(Tradução: Isis Borges B. da Fonseca. Poemas de Konstantinos Kaváfis. São Paulo: Odysseus, 2006, p. 100-3)

A breve apresentação dos artigos do periódico realizada por Rasia, bem como os versos de Kaváfis, me fizeram lembrar das aulas de Estudos Clássicos, quando do início da minha graduação em Letras, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Assim como Ulisses levou 20 anos para retornar da Guerra de Troia a Ítaca, para que assim pudesse reencontrar sua esposa Penélope e seu filho Telêmaco, tempo equivalente também decorreu para mim, desde a minha primeira aula da graduação em Letras até a materialização desta tese, que penso há de ser defendida e aprovada.

Algumas tormentas tiveram que ser vencidas no mar revolto da Vida, e é bem provável que ainda não tenha chegado à minha Ítaca, ou seja, penso que eu esteja no transcorrer da minha viagem; viagem essa que tem sido realizada junto de companheiros quase sempre agradáveis. Então, valendo-me da figura de Penélope como tecelã, dada a minha atividade laboral como revisor de textos de periódicos científicos, costumo me autointitular como “operário dos textos”, e também me vejo tecendo, não tapetes, mas textos, em que as palavras devem ser alinhavadas e costuradas com os fios da coesão e da coerência.

A minha odisséia, relativa à minha formação acadêmica na área das Letras, e de forma mais específica no âmbito dos estudos linguísticos diante do que se estabeleceu denominar de Análise do Discurso, conforme delinearei mais detidamente no primeiro capítulo, foi iniciada ainda na graduação, por meio da participação em dois projetos de pesquisa de iniciação científica, sob a orientação do professor Dr. Gilberto de Castro, em que trabalhamos a relação entre a mídia e a leitura sob a ancoragem dos trabalhos de Michel Foucault.

Ao avançar a caminhada, durante o mestrado, continuei a percorrer as trilhas que a relação mídia e leitura haviam proporcionado, no entanto, o referencial utilizado para o desenvolvimento da minha dissertação seguiu a perspectiva de Dominique Maingueneau, tendo sido orientado pela professora Dra. Lígia Negri. Vale ressaltar que, no interstício entre a conclusão da graduação e o desenvolvimento dos estudos de mestrado, tive a oportunidade

de realizar três cursos ministrados por Maingueneau: o primeiro, nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, em 2007; o segundo, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, em 2008; e, o terceiro, no câmpus de Assis da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em 2011. Além disso, na condição de aluno especial, cursei uma disciplina ministrada pelo professor Dr. Sírio Possenti, junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP) no primeiro semestre de 2009.

Então, decidi que era chegada a hora de novas aventuras, rumo a uma possível tese de doutorado, e envolvido por questionamentos inerentes a uma visão mais pessoal do que acadêmica, comecei a vislumbrar relações entre língua(gem) e violência, sob os domínios dos estudos discursivos. Acabei tomando conhecimento dos trabalhos de um autor relativamente pouco abordado nas pesquisas realizadas no Brasil: Marc Angenot e sua concepção acerca da teoria do discurso social. E foi com esse breve roteiro que cheguei ao doutorado.

Após o cumprimento dos créditos, participação em alguns eventos e também o exercício da escrita por conta da publicação de alguns trabalhos que tinham a tese como pano de fundo, eis que temos o surgimento da pandemia de Covid-19 na China e que, muito rapidamente, acabou se alastrando por todo o globo terrestre. Quis o destino que eu fosse um dos muitos brasileiros acometidos pelo vírus. Estamos no início de dezembro de 2020. Posso dizer que além de fazer parte das estatísticas que comprovam o cenário desolador causado pelo vírus em sua dimensão brasileira, mais que isso, sou um sobrevivente; ainda que não tenha desenvolvido a forma grave da doença, foi o suficiente para sentir o poder do vírus⁵.

Aos poucos, fui retomando uma certa rotina e, inserido no meu “novo normal” e movido muito mais por um interesse pessoal do que acadêmico, li o

⁵ Após o desenvolvimento e distribuição das vacinas, recebi duas doses do imunizante formulado pela farmacêutica AstraZeneca. Apesar disso, deu-se o imponderável: fui acometido pelo vírus uma segunda vez, em janeiro de 2022. Os efeitos dessa segunda vivência da Covid-19 em nada se compararam aos do meu primeiro contato com o vírus.

livro *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, cujas autoras são Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. Diante dessa leitura que, naquele momento, pensei que nada teria a ver com o desenvolvimento da minha tese surgiu o ímpeto de entender a emergência da pandemia como um evento discursivo.

Deu-se, então, a atuação de profissionais e pesquisadores das Ciências da Saúde com vistas a conter a disseminação do vírus e fazer com que os efeitos da doença não pudessem ser ainda mais devastadores. Vacinas foram desenvolvidas em caráter emergencial. Estudiosos vinculados a outros campos científicos, como as Ciências Sociais e Humanas, se viram instados a oferecer contribuições para que pudéssemos compreender os efeitos desse fenômeno histórico, sanitário, social. Essa contribuição partiu também dos estudos linguísticos, de forma geral, e dos domínios discursivos, em particular.

Por conta disso, em busca de conhecimento e informação, realizei contato por *e-mail* com a professora Dra. Inesita Soares de Araújo, pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/Fiocruz), cujos estudos e pesquisas estão centrados notadamente diante da relação entre a Comunicação e a Saúde. Ainda que em formato remoto, Profa. Inesita generosamente me recebeu em duas disciplinas no decorrer de 2021 (a primeira acompanhada como ouvinte e a segunda como aluno matriculado), junto ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS).

Tendo feito essa breve explanação, é chegada a hora de apresentar um breve roteiro da tese de doutorado que intentei desenvolver. O propósito do trabalho é abordar a emergência da pandemia de Covid-19 no Brasil e, a partir da formulação de discursos e de políticas de descrédito de medidas que poderiam auxiliar na (não) circulação do vírus entre a população, poder contribuir com o debate científico e propor reflexões de uma análise discursiva do tempo presente.

Além dessa seção introdutória, das considerações finais e da lista de referências, o texto está estruturado em três grandes partes, quais sejam: a primeira, intitulada **Capítulo 1 - Inquietações e motivações: a relação entre língua(gem) e violência sob o olhar discursivo da discriminação**, em que

são apresentadas as inquietações que serviram para refletir acerca da relação entre língua(gem) e violência sob o olhar discursivo da discriminação; a segunda parte, cujo título é **Capítulo 2 - Pandemia, *pandemídia*, pandemônio: da linguagem totalitária à configuração de uma epidemia discursiva**, traz um breve percurso em que parte-se do filosófico e almeja-se alcançar o discursivo, tendo como mote a delimitação da noção de linguagem totalitária e a configuração de uma epidemia discursiva; por fim, há a terceira e última parte: **Capítulo 3 - A discursividade polêmica: confronto dos discursos de ódio e suas respostas, as notas de repúdio, como manifestação acerca da gestão e do combate à pandemia de Covid-19 no Brasil**, em que procura-se demonstrar, além de uma discursividade polêmica, o confronto dos discursos de ódio a partir da circulação de notas de repúdio, tendo como pano de fundo o cenário brasileiro na pandemia de Covid-19.

O gesto de análise do *corpus*, com base especialmente na perspectiva de Angenot (2012) e sua concepção de discurso social, deu-se como possibilidade de abordar os discursos como feitos sociais e, conseqüentemente, como feitos históricos, ou seja, a emergência da pandemia em seu contexto brasileiro pode ser tomada como reflexo de um dado estado da sociedade, em que esse evento é observado como propiciador de ideias e modos de pensar e de enunciar do Brasil contemporâneo.

Ao considerar que não há uma definição consolidada desses textos nos domínios dos estudos linguísticos, recorreu-se à noção de *discurso atópico*, ou *atopia discursiva*, tal como propõe Maingueneau (2010). Então, para concretizar a análise das notas de repúdio, sugere-se concebê-las como exemplares da explicitação desse tipo de “discurso enrustido”, como um discurso de desvelamento do discurso subliminar ao *discurso atópico*. No sentido de corroborar a percepção das características das notas de repúdio, foram recuperadas as reflexões desenvolvidas por Possenti e Oliveira (2021) e Oliveira (2021; 2019).

Luiz Augusto Ely

Outono 2022

Página | 21

Capítulo 1

Inquietações e motivações: a relação entre língua(gem) e violência sob o olhar discursivo da discriminação

Como cidadãos brasileiros que somos, sejam aqueles aqui nascidos ou os que escolheram habitar este país, é sabido que não se passa um dia sequer sem que sejamos confrontados com um volume considerável de notícias que têm a violência como mote. Esse bombardeio acontece pela mídia impressa, aquela veiculada pela televisão e, mais recentemente, no seu formato digital, cuja circulação se dá sobretudo pelas redes sociais. Em vista disso, é bem provável que muitos de nós deixamos de ser apenas o auditório que recebe essas notícias e passamos a ser testemunhas ou vítimas desses atos cada vez mais corriqueiros. É possível afirmar, portanto, que a banalidade da violência está presente em nosso cotidiano no Brasil.

Desse modo, podemos observar a preocupação de estudiosos, sobretudo ligados às ciências humanas, em se dedicar a analisar questões relacionadas à violência, com o intuito de procurar compreender esse fenômeno. No campo dos estudos linguísticos, é possível perceber uma relação próxima entre língua(gem) e violência, não no sentido de determinar as causas de acontecimentos violentos de uma forma geral, mas sim em como tais acontecimentos podem se materializar como um efeito de linguagem. Nota-se que parte desses trabalhos está vinculada a uma perspectiva discursiva, uma vez que poderíamos considerar que a mesma língua que divulga, que noticia, também é a língua que fere, que hostiliza.

Citamos aqui, então, a coletânea de artigos organizada por Lara e Limberti (2015), em que estão presentes análises de Charaudeau, Maingueneau e Possenti, dentre outros pesquisadores, cujos estudos, a partir do contexto da

desigualdade, estão vinculados a perspectivas teóricas diversas, atravessando diferentes campos discursivos como a literatura, a mídia, a política, que, no entanto, se aproximam ao abordar a presença do outro diante de questionamentos como, por exemplo, quem é esse outro? O que dizem dele e o que ele diz de si mesmo? Como, enfim, ele se significa e é significado?

Outro exemplo dessa abordagem discursiva da relação entre língua(gem) e violência é o trabalho de Nascimento e Silva⁶, publicado em 2012, em que o autor apresenta análises que são oriundas de sua tese de doutorado e nela um acontecimento, dentre outros abordados, chama a atenção e serviu como estímulo para a observação de aspectos que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Em 12 de fevereiro de 2009, o jornal *O Globo* noticiou um suposto ataque de um grupo neonazista a uma brasileira em Zurique, na Suíça. Paula Oliveira, 26 anos, estaria grávida de gêmeos e teria sofrido um aborto por conta da agressão. Além de a terem espancado, os agressores teriam marcado a barriga de Paula com uma inscrição fazendo menção ao partido político suíço considerado conservador.

No texto veiculado pelo *O Globo* não há qualquer referência à origem de Paula, sendo identificada apenas como uma brasileira que teria sofrido violência por ser estrangeira. Dias depois, descobriu-se que Paula, ao se submeter a exames médicos, não estava grávida e as inscrições em sua barriga teriam sido realizadas por ela própria. Um ponto interessante a se observar é a mudança de perspectiva da menção do jornal ao se dirigir à mulher: de vítima, ela se tornou suspeita; de brasileira, passou a ser identificada como pernambucana, conforme se observa em outra matéria veiculada pelo *O Globo* em 26 de fevereiro do mesmo ano.

Por conta desse acontecimento, o colunista da *Folha de S. Paulo*, Elio Gaspari, na sua coluna de 1º de março chama a atenção para o fato, uma vez que, depois de Paula ter admitido perante a polícia suíça que não teria sido atacada por xenófobos, sua qualificação (e, conseqüentemente, sua

⁶ NASCIMENTO E SILVA, Daniel do. **Pragmática da violência**: o Nordeste na mídia brasileira. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

designação) se transformou, ou seja, quando a agressão veio à tona, Paula era identificada como brasileira; depois de ter vacilado com a sua argumentação, passou a ser chamada de pernambucana pela mídia nacional. Assim, podemos perceber que mais que uma notícia de um fato violento, é possível inferir também que a violência se dá pela linguagem; além disso, poderíamos supor, segundo Nascimento e Silva, que “essa violência deve emergir por meio de certos mecanismos textuais e discursivos” (2012, p. 23).

Tal materialização pode ser apreendida a partir desse acontecimento, em que Paula, tendo sido supostamente agredida na Suíça, e, ao ter o seu caso noticiado e divulgado pela imprensa no Brasil, tem alterada a sua perspectiva de ter relatado tal acontecimento. Em um primeiro momento, pode-se pensar que não temos grandes diferenças, afinal, os dois adjetivos (brasileiro e pernambucano) se referem àquele que nasceu em território brasileiro, assim como àquele nascido no Estado de Pernambuco, respectivamente. No entanto, é sabido que quando se quer desqualificar algum indivíduo, sobretudo aqueles que têm como origem algum Estado da região Nordeste do Brasil, há uma certa preferência em mencionar com uma dada ênfase o adjetivo que aponta para essa origem.

No decorrer de sua análise, o autor constata também que “eis a violência na linguagem, uma instanciação da violência simbólica, operando de modo sutil, porém de uma forma não menos danosa do que a violência física” (NASCIMENTO E SILVA, 2012, p. 87). Podemos apreender, ainda tendo em mente o raciocínio de Nascimento e Silva, que “na medida em que os sujeitos se engajam no mundo simbólico de um modo corpóreo, as palavras que discriminam são também palavras que *ferem*” (2012, p. 155, *itálico no original*).

Em alguma medida, o relato de Nascimento e Silva desse acontecimento noticiado pelo *O Globo* nos remete às palavras de Arendt, trazidas a público em um ensaio em 1969. Ali, a filósofa pondera que

Os homens podem ser “manipulados” por meio da coerção física, da tortura ou da fome, e suas opiniões podem formar-se arbitrariamente em função da informação deliberada e

organizadamente falsa, mas não por meio de “persuasores ocultos”, tais como a televisão, a propaganda ou quaisquer outros meios psicológicos em uma sociedade livre. Infelizmente, a refutação da teoria pela prática tem sido sempre, no melhor dos casos, uma tarefa precária e de longo prazo. Os viciados na manipulação, aqueles que a temem não menos indevidamente que aqueles que depositam sua esperança nela, dificilmente percebem a realidade das coisas (ARENDDT, 2019, p. 45).

Ou seja, até onde se sabe, não há indícios de que o que aconteceu com a mulher brasileira na Suíça possa ter sido deturpado, ou, pior ainda, que ela tenha agido como agiu por estar sendo coagida pela polícia. No entanto, o que não poderia ter acontecido e que de fato ocorreu é a mudança promovida pela imprensa ao relatar o fato. Diante das palavras de Arendt, temos em vista que os sujeitos envolvidos em uma dada situação até podem cometer certos atos por estarem submetidos a uma possível tortura; contudo, o que não se pode admitir é que um meio de comunicação que se presume imparcial, movido pela liberdade de expressão, emita juízos de valor, ainda de maneira relativamente sutil, quando escolhe verbos ou adjetivos para trazer a notícia ao seu público.

Desse modo, podemos recorrer às reflexões de Dias (2008), que, ao estabelecer um estudo linguístico-discursivo a partir de matérias veiculadas pelo jornal *Notícias Populares*, permite “perceber as diferentes formas de manifestação da violência - um fenômeno de difícil identificação, ainda que constante em nossa sociedade” (p. 12).

Para a autora, “o jornal à semelhança de outros bens, materiais e/ou simbólicos, pertencentes às diferentes classes sociais, é revelador dos valores e preocupações dos grupos” (DIAS, 2008, p. 47), afinal, ainda segundo ela, é possível afirmar que o jornal, diante da atividade de elaboração e circulação de textos, colabora também “registrando a violência dos fatos com a violência do discurso” (DIAS, 2008, p. 96).

No decorrer de sua análise, a autora aponta ainda que

pelo exposto vemos que a violência, ou o ato violento, dada as suas diversas manifestações, nem sempre é facilmente

identificável como tal, daí a polêmica em torno do tema. Um estudo que nos permita ampliar o conceito de violência para além das fronteiras de suas mais óbvias manifestações (criminalidade, tortura, assassinato, opressão, guerra, terrorismo etc.) fez-se necessário para o desenvolvimento de nossas reflexões (DIAS, 2008, p. 101).

É nesse sentido, portanto, que são apresentadas algumas das inquietações que serviram de motivação para pensar a respeito de questões diante de uma proposta de articulação entre língua(gem) e violência, tendo como embasamento teórico elementos da teoria de discurso e enunciado da Análise do Discurso, de tal sorte que, tendo em vista os procedimentos teórico-metodológicos que conduzirão o trabalho, pode-se afirmar que o estudo será de natureza qualitativa, sendo privilegiadas a descrição e interpretação dos dados, uma vez que

relacionar a questão da violência a situações de dominação (social e política) implica observá-la sob a ótica do poder. Numa sociedade com antagonismos sociais, a violência reveste-se de um caráter de classes. Nesse sentido, a apreensão bem como a avaliação da violência nunca são neutras, prendendo-se a valores segundo os quais os indivíduos se distinguem e se contrapõem (DIAS, 2008, p. 104).

Com o intuito de reiterar a análise que será desenvolvida mais adiante, vale lembrar a matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na data de 06 de abril de 2013. No texto intitulado “O país do autoengano”⁷, o jornalista Ivan Marsiglia apresenta uma entrevista com o filósofo e psicanalista André Martins Vilar de Carvalho, que também é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nela foram abordados três acontecimentos que se concretizaram de forma sucessiva no Rio de Janeiro: o caso de um estupro de uma turista americana que tinha utilizado o transporte clandestino na cidade do Rio; a manicure que asfixiou um menino de 06 anos de idade com quem convivia;

⁷ MARSIGLIA, I. O país do autoengano. **O Estado de S. Paulo**, 06 abr. 2013. Suplementos. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-pais-do-autoengano,1017818,0.htm>. Acesso em: 18 jun. 2013.

e uma agressão, apontada como a causa da queda de um ônibus coletivo de cima de um viaduto em uma das principais vias da cidade.

Ao analisar esses episódios, o psicanalista aponta que, “sob a fachada do ufanismo desenvolvimentista, o Brasil esconde as velhas mazelas de sua modernização imperfeita”. Além disso, não apenas esses, mas também outros acontecimentos semelhantes seriam a expressão de sintomas de um antigo mal-estar de nossa civilização: a violência. Ou seja, em alguma medida cai por terra o pensamento do senso comum que costuma apontar o brasileiro como um povo pacífico, sendo que a nossa história nos mostra justamente o contrário: a violência acontece desde quando éramos colônia de Portugal.

André Martins argumenta que o Brasil vive uma espécie de capitalismo selvagem, que no fundo não quer gastar dinheiro com o social; para ele “tudo é feito hoje no País apenas para montar uma fachada que esconde nossos problemas mais profundos”. Avançando em sua explanação, o psicanalista pondera que a violência que transborda nesses exemplos trágicos é proveniente de indivíduos que refletem um descaso social com o todo, e ainda, de que não dispomos de um pacto social e de que não há um discurso de construção, de fato, de um país para todos. Poderíamos dizer, em outras palavras, que o que se percebe é uma falta de identificação com o outro, conforme aponta Martins, para quem tais pessoas manifestam perversidade e indiferença para com o outro.

Considerando mais um exemplo digno de nota, vale mencionar o acontecimento a seguir⁸. Na noite de quinta-feira, dia 28 de agosto de 2014, em uma partida de futebol pela Copa do Brasil, disputada entre Grêmio e Santos, o goleiro do time paulista foi alvo da torcida do time gaúcho, sendo chamado de macaco por ser negro. Entre os torcedores identificados como agressores estava Patrícia Moreira da Silva, de 23 anos. Convocada a prestar depoimento em uma delegacia de polícia em Porto Alegre, sob a alegação de ter cometido crime de injúria racial, Patrícia declarou que não tinha a intenção de xingar, de ofender o

⁸ Este exemplo é relatado com base em notícia veiculada pelo jornal Zero Hora: Aranha perdoa torcedora, mas diz que ela “vai ter que pagar”. **Zero Hora**, 06 set. 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/gremio/noticia/2014/09/aranha-perdoa-torcedora-mas-diz-que-ela-vai-ter-que-pagar-4592764.html>. Acesso em: 09 abr. 2015.

goleiro Aranha; somente repetiu o que todos estavam dizendo naquele momento. Ao final de seu depoimento, durante uma entrevista concedida à imprensa ainda na delegacia, a torcedora, em meio a lágrimas, pede desculpas em público e afirma que não é racista; agiu apenas por amor ao seu time de futebol.

Quando nos deparamos com as declarações de Patrícia, podemos perceber que ela poderia não querer ser racista, mas foi. Não queria dizer, mas disse. Então, quando confrontada com as consequências de seus atos, ou de suas palavras, ela chora, afirmando que não é racista, apesar de chamar Aranha, o goleiro do Santos, de macaco. Ou seja, neste caso, especificamente, a torcedora se vale do seu amor ao seu time de futebol como argumento para justificar uma agressão, uma violência, um crime contra outra pessoa, pretendendo produzir um efeito discursivo que beira o cinismo, no sentido de procurar atestar sua atitude que não leva em consideração o outro. É possível perceber, então, que não importa a agressão, a violência contra o outro, mesmo que seja por meio de palavras; o que importa é o fato de não querer dizer, mesmo tendo dito, como se a verbalização de ofensas em momentos de exacerbação comportamental pudesse ser atenuada pela manifestação de atos de contrição posteriores movidos por reação externa e não oriunda do próprio agressor.

Ainda no sentido de contextualizar como a violência pode ser verificada na imprensa, vale mencionar que, na sua edição de março de 2018, a *Revista Cult*⁹ veiculou um dossiê, intitulado “A violência como ordem”, composto de cinco artigos em que, motivados pela intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro, efetivada pela Presidência da República a partir de fevereiro de 2018, depreende-se o contexto de violência em que o Brasil está imerso. Segundo os textos publicados pela Revista, é possível apreender que “a brutalidade cotidiana, no entanto, afeta cada grupo de população de modos distintos, tornando também explícito quais são as vidas mais ou menos vulneráveis num contexto em que a força policial é distribuída conforme interesses políticos” (*op. cit.*, p. 21).

⁹ **CULT - REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA.** São Paulo: Editora Bregantini, ano 21, nº 232, mar. 2018.

Nas análises desenvolvidas nos artigos, é apontado, por exemplo, que um jovem negro ou pardo tem 147% de chances a mais de ser assassinado que um jovem branco ou amarelo; além disso, também são mostrados aspectos de um racismo institucionalizado em que é evidenciado quem vai para a cadeia e quem vai para a universidade, quem é obrigado à anulação civil e quem possui o direito de legislar em causa própria. São apresentados ainda elementos a propósito de quem pode ser configurado como sujeitos “matáveis” de um lado, e quem são os sujeitos “protegidos” de outro, demonstrando que o inimigo foi determinado e ele vive nas favelas, na periferia, nas bordas sociais e comunitárias.

Ao se considerar aqueles que se encontram na porção da sociedade que é tomada como mero alvo, tidos como matáveis, portanto, são mencionadas as mães que tiveram seus filhos mortos pela polícia, em que são confrontados os argumentos do discurso oficial daqueles que foram “mortos em confronto” ou pelas “balas perdidas”. Há também uma breve análise acerca de “vidas que, quando perdidas, sequer são lamentadas e é justamente sobre tais vidas que a política como violência recai de modo mais direto” (CULT, 2018, p. 21).

Diante desse breve contexto, extraído a partir dos textos publicados no dossiê da *Revista Cult*, nos deparamos uma vez mais com as palavras de Arendt, pois ela pondera que, se nos detivermos acerca das discussões que envolvem o fenômeno do poder, vamos deduzir que há um certo “consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação do poder” (ARENDDT, 2019, p. 51).

Além disso, ainda segundo a filósofa,

De fato, uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é que o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos. Um domínio legalmente irrestrito da maioria, uma democracia sem Constituição, pode ser muito formidável na supressão dos direitos das minorias e muito efetivo em sufocar o dissenso sem qualquer uso da violência. Mas isso não significa que violência e poder sejam o mesmo (ARENDDT, 2019, p. 58).

Ou seja, ainda que não tenhamos, nos textos veiculados pela *Revista Cult*, a abordagem de sujeitos de uma forma violenta, por meio da linguagem, tais textos nos permitem pensar, desse modo, que temos em circulação um certo discurso de ódio, em que o ódio é o discurso de superfície que impede a construção de laços, seja no dia a dia da população brasileira em suas cidades, seja no retrato que se faz desses indivíduos na/pela imprensa, apontando a visão de entidades políticas e militares, assim como instituições financeiras e sociais, que transformam a vida de algumas populações em algo descartável, com validade vencida.

Tendo em vista tais aspectos, verifica-se, portanto, o esfacelamento de determinados discursos de convívio social, em que sujeitos, valendo-se de formulações equívocas em seus próprios atos de fala como forma de justificativa para suas ações violentas, revelam o empobrecimento do simbólico, materializando na linguagem uma atitude perversa. Sendo assim, estes acontecimentos, em que temos o apagamento, ou o ensurdecimento, dessas e de tantas outras subjetividades, nos remetem a certas imagens que não só não correspondem a identidades específicas, mas fazem com que condições e existências (não) sejam assimiladas e negadas.

Assim, a partir de estereótipos que circulam amplamente na sociedade brasileira, pessoas com menor poder aquisitivo, que sejam negras ou habitantes de regiões específicas do país não devem ser vistas como “alguém”. Além de serem “ninguém”, elas merecem ainda ser desqualificadas, perdendo inclusive sua identidade, merecendo tão somente a morte, quando não a real, a física, uma morte simbólica. Afinal, esses sujeitos, ao serem instados a assumir uma significação, uma existência que não seja a sua, são conduzidos ao ensurdecimento e à invisibilidade, sendo colocados à margem, portanto, não só de sua existência como humanos, mas também do exercício efetivo de seus direitos e de sua cidadania.

Esses poucos acontecimentos mencionados anteriormente nos conduzem novamente às reflexões de Arendt, em uma passagem em que a autora menciona que, quando da publicação do seu ensaio, o estado da ciência política apontava para um triste reflexo em que não se estabelecia a devida

distinção entre palavras-chave como “poder,” “vigor,” “força,” “autoridade” e “violência”, que, segundo ela, se referem a fenômenos distintos e diferentes. Para a filósofa,

Utilizá-las como sinônimos indica não apenas uma certa surdez aos significados linguísticos, o que já seria grave em demasia, mas também resulta em uma certa cegueira às realidades a que elas correspondem. [...] Por trás da aparente confusão subjaz a firme convicção à luz da qual todas as distinções seriam, no melhor dos casos, de pouca importância: a convicção de que o tema político mais crucial é, e sempre foi, a questão sobre “quem domina quem”. Poder, vigor, força, autoridade, e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimos porque têm a mesma função. Somente quando os assuntos políticos deixam de ser reduzidos à questão do domínio é que as informações originais no âmbito dos assuntos humanos aparecem, ou, antes, reaparecem, em sua autêntica diversidade (ARENDR, 2019, p. 60).

Ao considerar esse panorama, então, em que temos a imbricação entre língua(gem), poder e violência, encontramos terreno fértil para o desenvolvimento de análises e de estudos no campo dos estudos linguísticos diante do que se convencionou denominar de Análise do Discurso.

A Análise do Discurso (AD) surgiu como campo do saber constituindo-se como uma possibilidade de entender o fenômeno linguístico para além da estrutura gramatical, dando início à reflexão dos estudos linguísticos que abrangessem, dentro das análises a propósito da língua, o sujeito, inserido na história e portador de subjetividade. Dessa forma, essa perspectiva buscava entrelaçar, então, língua - ideologia - história, reconhecendo o sujeito inscrito no tempo e no espaço. Esse novo campo vai elaborar um novo objeto de análise: o discurso, objeto que resulta da articulação entre o linguístico e o histórico, que nos apresentará um lugar possível de debates teórico-metodológicos, a partir de uma abordagem organizada sobre um “tripé”, em que seriam convocados conceitos de uma teoria linguística, de uma teoria da história e de uma teoria do sujeito, especialmente aquela focalizada pela psicanálise. Nas palavras de Maingueneau,

a “Escola francesa de análise do discurso”, muito influenciada pelo marxismo de Althusser e pela psicanálise de Lacan, quebrava a continuidade dos textos para estabelecer conexões invisíveis e revelar assim o trabalho de uma espécie de inconsciente textual. Este procedimento da análise do discurso acreditava produzir uma “ruptura epistemológica”, contribuindo para construir uma verdadeira ciência da ideologia, fundada simultaneamente sobre a lingüística estrutural, sobre o marxismo e sobre a psicanálise (MAINGUENEAU, 2006, p. 26).

Assim, a AD se constituiu como uma possível releitura, como uma reinterpretção das questões que tocam o discurso a partir das teses marxistas, segundo as quais o modo de produção da vida material domina o desenvolvimento social, político e intelectual de uma sociedade na qual a economia se configuraria como fator preponderante de formações sociais, determinando relações de dominância e de dominação. Se refletirmos dessa forma, podemos considerar, então, que formações econômicas regem formações sociais; estas, por sua vez, projetam formações ideológicas que influenciarão as formações discursivas, responsáveis por nos mostrar o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição, em uma dada conjuntura.

Diante dessas considerações, temos um novo cenário de estudos acerca da linguagem, em que novos conceitos deverão ser levados em conta quando se propuser uma análise a respeito da língua. Esta deverá ser não uma análise apenas de sua estrutura, mas, sobretudo, de sua relação com a história, de sua materialidade, de sua interação com o outro, de sua constituição de sentidos. Também reforçando essa perspectiva, Maingueneau afirma que

é tão impossível tratar com alguma precisão da discursividade a partir de uma posição de exterioridade absoluta, capaz de totalizá-la sob o olhar, quanto refletir sobre um número limitado de discursos sem tratar, mesmo que indiretamente e com regras diversas, de todos os discursos [...] Para nós, desde que os corpora de referência ocupem uma posição estratégica e que a reflexão se desenvolva num plano de generalidade suficiente, devemos resignar-nos a falar de todos os discursos falando apenas de alguns, mas também a falar apenas de alguns pensando falar de todos (MAINGUENEAU, 2005, p. 27-28).

Em outras palavras, para Maingueneau, é necessária a tarefa de reconhecer que a noção acerca do(s) discurso(s) “contém em si uma ambigüidade constitutiva: é ao mesmo tempo um *objeto* e um *ponto de vista* sobre esse objeto, ao mesmo tempo certo domínio empírico e certa maneira de abordá-lo” (2008, p. 136, itálico no original).

Tendo isso em mente, no sentido de articular um paralelo entre a concepção de língua(gem) introduzida pela teoria do discurso e a análise que pretende-se desenvolver, tomou-se conhecimento dos trabalhos de um autor relativamente pouco abordado nos estudos discursivos realizados no Brasil: Marc Angenot.

Ao lançar mão de Angenot, foram encontrados aspectos profícuos para que reflexões pudessem ser estabelecidas e, além disso, apresentar contribuições ao debate de ideias realizado no campo da Análise do Discurso que atualmente se desenvolve no Brasil. Foi a partir disso, portanto, que se visualizou uma possibilidade de empreender uma análise discursiva ao abordar o acontecimento discursivo da violência e, também, como são considerados os sujeitos envolvidos nesse fenômeno.

De posse desse arcabouço teórico-metodológico, diante das contribuições de Angenot, uma vez que o autor estabelece discussões em que ressalta a presença constante do desentendimento entre os homens e indica seu papel e seu valor na construção dos laços sociais, tem-se que

O discurso social é o meio obrigatório da comunicação e da racionalidade histórica, assim como seu domínio é o instrumento de prestígio social para alguns, de modo análogo à conquista e manutenção da riqueza e do poder. [...] O discurso social “tem resposta pra tudo” aparentemente permite-nos falar de tudo. É exatamente assim que ele constitui a própria existência do que não pode ser dito, que, por sua vez, se torna o que não pode ser pensado (isto é, o que passa a ser: absurdo, infame ou quimérico) (ANGENOT, 2015, p. 29).

Em outras palavras, segundo o autor,

O discurso social, na sua diversidade falsamente cintilante, não seria senão um dispositivo implacável de monopólio da representação, em que toda divergência seria logo recuperada, neutralizada e reconduzida, a despeito de si mesma, a contribuir para a *reprodução* indefinida dos poderes simbólicos (ANGENOT, 2015, p. 30, itálico no original).

Considerando estes aspectos, ainda tendo em vista a abordagem proposta por Angenot, pode-se perceber que

A crítica do discurso social buscaria apreender e analisar em sua *totalidade* a representação discursiva do mundo tal como ele se apresenta num estado de sociedade; tal produção compreende o sistema completo de “interesses” de que uma sociedade está então dotada. Tratava-se de construir uma problemática e uma metodologia capazes de fazer compreender a totalidade do que se escreve, do que se imprime e se difunde num dado momento e num estado da sociedade “moderna”. Procurávamos considerar na sua totalidade o imenso rumor do que se diz e do que se escreve num dado momento, abrangendo todos os setores, todas as disciplinas e todos os “campos” discursivos (ANGENOT, 2015, p. 51, itálico no original).

Diante disso, então, é pertinente pensar que as palavras com as quais são classificados e designados os seres e os objetos, que são utilizadas para expressar o pensamento, assim como foi dito anteriormente, além de divulgar, de tornar algo público, são capazes também de ferir, de hostilizar. Ou seja, diante das contribuições de Angenot para os estudos discursivos, seja na controvérsia, seja no ódio, é possível supor que se opere automaticamente em certas mentes uma convergência e somatórias fatais de diversos ódios ao outro. Para o autor,

Raciocinar e argumentar é, na mais elementar de suas operações, distinguir, identificar e classificar. Tudo começa em retórica, no discurso social e nas ideologias, dando nomes às coisas, fazendo, por exemplo, com duas palavras, duas

entidades distintas daquilo que, segundo os outros, é indissociável, daquilo que forma as duas faces ou as etapas de um único processo. Ou, ao contrário, assimilando sob apenas um termo o que “tudo” deveria distinguir. Ora, nada, nem na linguagem nem na relação de inteligência no mundo, proíbe indubitavelmente de se criar entidades heterogêneas, distinções irracionais e amálgamas falaciosos (ANGENOT, 2019, p. 153).

Considerando esse breve panorama teórico-metodológico, estabelecido e proporcionado pelos limites da Análise do Discurso que se realiza no Brasil contemporâneo e, além disso, levando em conta que a argumentação constitui um espaço em que se desenvolvem discursos que trazem respostas contraditórias a uma questão controversa, definindo-se não mais como operadora de persuasão ou de consenso, mas como método de gestão das diferenças de opiniões e de representações, a partir da relação entre língua(gem) e violência, chega-se ao que se tem convencido denominar de linguagem totalitária. Isso posto, a análise que aqui está sendo proposta, a partir da emergência da pandemia de Covid-19 como um evento discursivo, buscará analisar notas de repúdio veiculadas como contestação às políticas que (não) foram propostas pelo governo na gestão e no combate à propagação da doença no Brasil.

Capítulo 2

Pandemia, *pandemídia*, pandemônio: da linguagem totalitária à configuração de uma epidemia discursiva

Ao partir do pressuposto estabelecido por Arendt, de que a violência é uma manifestação do poder, é preciso ter em vista que o poder também se manifesta na e pela linguagem, sendo que uns podem conhecê-lo parcialmente; alguns o desconhecem; e muitos o subestimam. Sendo assim, temos a configuração, então, de uma linguagem totalitária ou, caso seja conveniente apontar, de linguagens totalitárias. Isso se dá, portanto, a partir da emergência de um Estado, de um governo totalitário. Segundo Arendt,

O “Estado totalitário” é Estado apenas na aparência, e o movimento não mais se identifica verdadeiramente nem mesmo com as necessidades do povo. O movimento, a essa altura, está acima do Estado e do povo, pronto a sacrificar a ambos por amor à sua ideologia (ARENDR, 2012, p. 368).

Ao elaborar suas reflexões acerca das origens do totalitarismo, do imperialismo e do antissemitismo, Arendt pondera que o fascismo e o nazismo sempre alardearam que o seu ódio não era dirigido contra classes determinadas, mas contra o sistema de classes de um modo geral, que era tomado como sendo uma invenção marxista. Diante disso, segundo a autora, o fanatismo oriundo dos movimentos totalitários, contrariamente às demais formas de idealismo, não consegue mais se fazer valer no momento em que deixa em apuros seus seguidores fanáticos, em que se esvai qualquer resto de convicção que possa ter sobrevivido ao colapso do próprio movimento totalitário.

Ou seja, conforme Arendt, a sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia de então gerou uma certa apatia, para não dizer hostilidade, a propósito da vida pública, não somente entre as camadas sociais que se sentiam exploradas e excluídas de uma participação ativa da vida governamental, mas principalmente entre a sua própria classe.

Há, portanto, o momento de uma certa derrota em que a franqueza inerente à propaganda totalitária se torna viável, uma vez que, sem a força do movimento totalitário de um modo geral, seus membros se veem descrentes no dogma pelo qual estavam dispostos a sacrificar a própria vida. Para Arendt,

Pois a propaganda dos movimentos totalitários, que precede a instauração dos regimes totalitários e os acompanha, é invariavelmente tão franca quanto mentirosa, e os governantes totalitários em potencial geralmente iniciam suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros (ARENDR, 2012, p. 435).

Ainda de acordo com Arendt, é possível apreender que o que age no sentido de convencer as massas não são os fatos, ainda que inventados, mas sim a coerência que advém do sistema do qual esses fatos fazem parte. Por conta disso, com base em tais generalizações, a propaganda totalitária é responsável por criar um mundo fictício capaz de competir com a realidade, em que a maior desvantagem é não ser lógico, coerente e organizado. Segundo a autora, a coerência da ficção e o rigor organizacional permitem que o movimento totalitário sobreviva ao desmascaramento de mentiras mais específicas. Além disso, em um mundo fictício, inventado, não é necessário lembrar, registrar ou confessar fracassos; decidir o que é fracasso ou sucesso em um ambiente totalitário torna-se uma questão de opinião pública organizada, capaz de aterrorizar, ou seja, é preciso que, para que a factualidade possa existir, exista também o mundo não totalitário.

Tem sido frequentemente apontado que os movimentos totalitários usam e abusam das liberdades democráticas com o objetivo de suprimi-las. Não porque os seus líderes sejam diabolicamente espertos ou as massas sejam infantilmente ignorantes. As liberdades democráticas podem basear-se na igualdade de todos os cidadãos perante a lei; mas só adquirem significado e funcionam organicamente quando os cidadãos pertencem a agremiações ou são representados por elas, ou formam uma hierarquia social e política (ARENDDT, 2012, p. 440).

Seguindo adiante, Arendt sinaliza que o que as massas se recusam a compreender é a fortuidade de que a realidade é feita. Dito de outro modo, assume-se que as ideologias são capazes de explicar os fatos como exemplos simples de leis, em que são ignoradas as coincidências, a ponto de uma onipotência ser inventada e que supostamente estaria na origem de todo e qualquer acaso. Assim, a propaganda totalitária encontra terreno fértil para prosperar, em um clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência.

O verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não é a persuasão mas a organização - o “acúmulo da força sem a posse dos meios de violência”. Para esse fim, a originalidade do conteúdo ideológico só pode ser considerada como dificuldade desnecessária. Não foi por acaso que os dois movimentos totalitários do nosso tempo, tão assustadoramente “novos” em seus métodos de domínio e engenhosos em suas formas de organização, nunca prepararam uma doutrina nova, nunca inventaram uma ideologia que já não fosse popular. Não são os sucessos passageiros da demagogia que conquistam as massas, mas a realidade palpável e a força de uma “organização viva” (ARENDDT, 2012, p. 496).

Ao ancorar-se em Arendt, Rancière é outro filósofo que vai desenvolver reflexões acerca do totalitarismo e do surgimento de Estados totalitários, quando afirma que há um ódio à democracia, estabelecido diante de relações complexas entre república, representação e política. Conforme Rancière,

O contrário da democracia denominava-se então totalitarismo. A linguagem dominante denominava totalitários os Estados que, em nome da força da coletividade, negavam ao mesmo tempo os direitos dos indivíduos e as formas constitucionais da expressão coletiva: eleições livres, liberdade de expressão e de associação. O nome de totalitarismo pretendia significar o próprio princípio dessa dupla negação. O Estado total era o Estado que suprimia a dualidade do Estado e da sociedade, estendendo sua esfera de exercício à totalidade da vida de uma coletividade. Nazismo e comunismo eram vistos como os dois paradigmas desse totalitarismo, fundamentados em dois conceitos que pretendiam transcender a separação entre Estado e sociedade: raça e classe. O Estado nazista era considerado de acordo com o ponto de vista que ele próprio havia afirmado, o do Estado fundamentado na raça. O genocídio judeu era entendido, portanto, como a realização da vontade declarada por esse Estado de suprimir uma raça degenerada e portadora de degeneração (RANCIÈRE, 2014, p. 21-22).

Considerando esse imbricamento entre linguagem, poder e violência, Mari e Santana (2018) vão estruturar uma reflexão a partir da visão de Arendt sobre o totalitarismo em paralelo à perspectiva de autores do campo da linguagem e do discurso que discutem as relações que se estabelecem entre linguagem e poder, tomando a mídia como instância relevante nesse processo.

Segundo Mari e Santana,

Refletir sobre as relações entre poder e linguagem e a emergência de uma linguagem totalitária, que se alicerça em um bem estruturado sistema de propaganda, implica também considerar o espaço da imprensa (tomando, neste caso, a imprensa corporativa) como um campo de ação social e um lugar de organização globalizante das relações de poder, das relações de força, em que a informação é um dispositivo discursivo que confere poder a quem o domina (MARI; SANTANA, 2018, p. 206).

Diante disso, esses autores apontam o totalitarismo como uma tentativa de conquista e de domínio totais que emergem como resposta a uma ruptura da estrutura da civilização. Mais do que isso, estabelecido como regime de governo, o totalitarismo pressupõe ainda a ausência de outros poderes, em que o líder ou governante é tido como a autoridade máxima, inquestionável, portanto, em que

as estruturas de poder concentradas nesse dirigente exercem uma forma total de dominação, em que há a imposição do medo bem como a consolidação de um sistema ideológico vigoroso.

Apesar dos grandes embates que se estabelecem, esses líderes totalitários se destacam e acabam se mantendo no poder graças ao apoio e à confiança das massas, mas também despertam grande interesse das elites da sociedade em que estão inseridos. Ou seja, para Mari e Santana o pensamento ideológico concebido pelo totalitarismo é capaz de esgotar a explicação de um dado acontecimento. Segundo os autores,

Podemos, então, pensar num funcionamento ideológico de base totalitária como o instrumento que descola o indivíduo da realidade vivida, experienciada, e o insere num arranjo que ressignifica o acontecimento, pelo rearranjo dos fatos (num esquema sempre lógico e coerente) (MARI; SANTANA, 2018, p. 208).

Tendo isso em vista, estando embasados pela ideologia e pela busca de um dado consenso, há a emergência então de uma linguagem totalitária em que as massas precisam ser conquistadas e devem estar envolvidas por um campo discursivo. Para Mari e Santana essa luta simbólica não é nova; para os autores, a arena do campo discursivo sempre foi instrumentalizada em prol daqueles que se valiam da linguagem para a manutenção do seu lugar de poder. Em oposição a isso, devemos nos colocar diante de uma denúncia que mostra a necessidade de romper com esse discurso que possibilita estruturar o social como farsa, como engodo e como servil a alguma forma de poder. Ou seja, uma linguagem totalitária mantém conexão com circunstâncias políticas de autoritarismo, intolerância, pensamento único, de fascismo.

Trazendo contribuições de Angenot para o debate, o autor entende que

Fascismo é um termo que é de um lado ao outro histórico, a saber que não é deduzido nem do entendimento nem do senso comum, mas que permite reagrupar os regimes políticos

presentes ou erradicados, que são dados por essencialmente equivalentes e co-inteligíveis segundo os parâmetros que tem sentido apenas na história. Dito de outra forma, nenhuma arbitragem lógica decisiva não permite reter ou descartar de forma conclusiva as razões avançadas *pró & contra* (ANGENOT, 2018, p. 250, itálico no original).

Diante disso, no sentido de perceber mais claramente como se dá essa materialização, ao considerar o universo dos muitos discursos sociais, é preciso partir de uma relação entre linguagem e política, já que nesse campo é possível apreender que é pela linguagem que se desqualifica o adversário e há, então, uma discursividade autoritária, ao menos de hierarquização, de superioridade.

Esses aspectos nos remetem à abordagem proposta por Schwarcz (2019), que nos apresenta uma análise acerca do autoritarismo no Brasil, desde os seus primórdios aos dias atuais. Na perspectiva da autora, nós brasileiros gostamos de nos ver mais diversos do que de fato somos; tolerantes e pacíficos estão entre os adjetivos que costumam habitar a mitologia nacional.

A partir de temas como escravidão e racismo, mandonismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdade social, violência, raça e gênero, intolerância, é reconstituída a construção da narrativa oficial que obscureceu uma realidade bem menos suave, e contribui no sentido de entender por que fomos e continuamos a ser uma nação muito mais excludente que inclusiva, com um longo caminho ainda por percorrer na elaboração de uma agenda justa e igualitária, tendo em vista os subterrâneos da nossa história como nação. Segundo Schwarcz,

Toda sociedade elabora seus próprios marcadores de diferença. Ou seja, transforma diferenças físicas em estereótipos sociais, em geral de inferioridade, e assim produz preconceito, discriminação e violência. [...]

De outra parte, o aumento da percepção social da igualdade, com a inclusão de novos sujeitos políticos, muitas vezes acaba por gerar insatisfação em setores da sociedade que tendem a considerar o “outro” como menos legítimo e dessa maneira lhe negam o direito a uma cidadania plena, condicionada pela “diferença” que ostentam (SCHWARCZ, 2019, p. 174-175).

Diante desses aspectos, é possível apontar, então, que temos em pleno desenvolvimento no Brasil um populismo autoritário e, decorrente dele, uma linguagem autoritária. Tanto é assim que, no sentido de atestar esse fenômeno, Gentile e Piovezani (2020) estabelecem um estudo histórico de dois casos emblemáticos da linguagem fascista, a partir do cotejamento dos discursos de Benito Mussolini, na Itália, e de Jair Bolsonaro, no Brasil.

Segundo os autores, para calar a voz do povo, com vistas a silenciar opositores e para fazer com que o aniquilamento de seus adversários seja aceito, o fascismo concretizado por Mussolini estava investido de um carisma distintivo e tradicional em seu orador, já o que diz respeito a Bolsonaro vale-se sobretudo de um carisma relativamente imbuído de um caráter mais popular, daquele que se dirige às massas, como sendo integrante do grupo. Conforme Gentile e Piovezani, se poderia dizer que aquele falava com energia depositada em seu corpo, em sua língua e em sua voz e com uma aparente firmeza de caráter e de valores, para se impor como sendo superior aos populares; enquanto este, por sua vez, busca lhe falar de forma natural e autêntica, ainda que também enérgica, de maneira simples e clara, para se aproximar do povo como se fosse uma pessoa comum, ou ainda, como parte do todo.

A linguagem fascista usa a linguagem humana para calar a linguagem humana. Fala da pureza da raça ou das pessoas de bem para calar a crítica e as diferenças. Fala às massas populares, que, de fato, menospreza, para tentar conduzir e calar o povo e seus porta-vozes. Fala para justificar e fomentar o aniquilamento do adversário, transformado em inimigo. Os perigos do fascismo estão além da linguagem. Agressões e extermínios ultrapassam as ações linguísticas. Mas as versões fascistas da história promovem um aumento progressivo na aceitação de discursos de ódio e de atos violentos, tanto pelo que contam quanto por suas maneiras de contar suas narrativas (PIOVEZANI; GENTILE, 2020, p. 50-51).

Diante disso, é preciso ter em mente que a linguagem fascista ou totalitária não pode ser subestimada. São as versões fascistas da história que

promovem e avalizam a emergência e a circulação de discursos de ódio e, conseqüentemente, de atos violentos e fatais. A eficácia da linguagem fascista reside não somente no que se propõe a contar, mas sobretudo em suas maneiras de contar. Ainda conforme Gentile e Piovezani,

A fala cria a existência e sua finitude, gerando assim nossa própria humanidade. Nossa linguagem, portanto, não está somente a serviço do que é útil, belo e justo. Ela pode, ao contrário, servir ao que há de mais nefasto na condição humana: o ódio por seu semelhante, visto como seu pior inimigo (PIOVEZANI; GENTILE, 2020, p. 11).

Com base nesses aspectos, chega-se ao Brasil contemporâneo, em que percebe-se uma polarização político-ideológica exacerbada que, em alguma medida, é a materialização de praticamente todas as questões levantadas até aqui.

Isso posto, Rocha (2021) assume como propósito desvelar o paradoxo do bolsonarismo, que se configura como um desejo perverso de aniquilação do outro, visto como inimigo a ser eliminado, desejo esse instrumentalizado pelo ressentimento. Rocha afirma ainda que a mentalidade bolsonarista se configura por meio de uma linguagem própria: a retórica do ódio. Segundo o autor,

A guerra cultural bolsonarista, que se beneficia de uma técnica discursiva, a retórica do ódio, [...] conduzirá o país ao caos social, à paralisia da administração pública e ao déficit cognitivo definidor do analfabetismo ideológico, outro conceito novo que apresento, e com o qual descrevo a negação da realidade e o desprezo pela ciência que estruturam o bolsonarismo (ROCHA, 2021, p. 23).

Avançando com suas ponderações, Rocha menciona também que a única forma de superar os impasses criados pelo movimento bolsonarista é diante de uma conversa com a sociedade, e, segundo ele, dessa conversa pode surgir a possibilidade de substituir a retórica do ódio pela ética do diálogo, em que se dá

o reconhecimento do outro como um outro eu, capaz de promover nossa visão do mundo.

Vale ressaltar que a análise que se busca desenvolver não estará focalizada essencialmente na *persona* de Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República brasileiro desde o ano de 2019 até o presente momento; mas, no seu modo de governar, ou seja, é preciso deixar explícito que não se trata de uma abordagem da sua pessoa enquanto cidadão do mundo, mas sim enquanto representação discursiva materializada na forma de um enunciador, levando em conta, sobretudo, a emergência da pandemia de Covid-19 como um evento, além de sanitário, discursivo, por meio da análise de notas de repúdio veiculadas como manifestações acerca de políticas que (não) foram propostas pelo governo na gestão e no combate à propagação da doença no Brasil.

Esse cenário nos remete, então, às reflexões que Duarte (2020) elabora em um ensaio sobre a crise da democracia brasileira, tomando a pandemia como enredo do atual (des)governo brasileiro, ou seja, o pandemônio. Conforme o autor,

A pandemia pôs às claras a crise já vigente de nossa democracia, agravando-a com máxima intensidade. Ela também explicitou as falácias e fragilidades do projeto de neoliberalismo desabrido que por aqui tentam emplacar, bem como desvelou o enraizamento entre nós de certo *ethos* autoritário, descomprometido com a preservação de laços de solidariedade, dependência mútua e civilidade, até o ponto em que as próprias autoridades se descomprometeram com a preservação da vida da população brasileira (DUARTE, 2020, p. 22, *itálico no original*).

Ao seguir adiante com as suas ponderações, Duarte propõe refinar as percepções do *modus operandi* do que ele aponta como “antipolítica do (des)governo de Bolsonaro”. Para concretizar seu intento, o autor chama a atenção para as ações, discursos e omissões como configuração da inépcia governamental, que, para além do que foi apontado anteriormente, tornou a população brasileira de forma generalizada potencialmente matável, em vista do lema macabro do *fazer morrer* e do *deixar morrer*. Segundo Duarte, o descalabro

de Jair Bolsonaro frente à pandemia se enquadra nos domínios da necropolítica, tomando esse conceito inicialmente elaborado por Mbembe (2018), como instância organizadora de estratégias biopolíticas imunitárias, bem como da acentuação dos efeitos de morte intrínsecos também ao neoliberalismo.

Diante disso, Duarte afirma ainda que,

Além de ser um regime político determinado, o autoritarismo é também e, sobretudo, uma maneira cotidiana de viver, um estilo de vida e de habitar o mundo, um modo privativo de nele se manifestar, isto é, aquele modo de ser no mundo que não reconhece o seu caráter plural e diversificado, que não reconhece que habitamos o mundo com outros que não são à nossa imagem e semelhança. O *ethos* autoritário é aquela estranha forma de viver em comum que se nutre da produção e reprodução da violência, do ódio, do preconceito, da ignorância e da vontade de promover a morte. O *ethos* autoritário define o estilo de vida do Homem de Bem, que cultiva um profundo desejo de ordem patriarcal, que ama a pureza e odeia as diferenças e a diversidade, que adora as hierarquias e tem horror à igualdade, é aquela forma de vida que abraça o tradicionalismo nacionalista vulgar e superficial e que propõe a exclusão social e a morte a quem quer que discorde daquele ideal fantasmático (DUARTE, 2020, p. 127, *itálico no original*).

Essas palavras de Duarte fazem coro às de Rocha quando propõe analisar, a partir de uma retórica da essência, da recusa ao intolerante, do que é espelho do Brasil atual. Conforme Rocha,

No fundo, as frases desses pronunciamentos explicitam o sentido da guerra cultural bolsonarista: eliminação sumária do outro, sempre visto como inimigo. Varrer, apagar, eliminar: verbos onipresentes na linguagem extremista. Limpeza: substantivo que evidencia a incapacidade de lidar com a diferença, a não ser pela sua aniquilação (ROCHA, 2021, p. 115-116).

Diante disso, devido a uma conjunção de fatores presentes na configuração do cenário atual do Brasil contemporâneo, partindo do que estabelecemos como a materialização de uma linguagem totalitária, temos então

a emergência de uma epidemia discursiva, concretizada pela pandemia do novo Coronavírus e pelo pandemônio político que, segundo Duarte, é a ocasião em que se desfaz o liame que vincula a democracia ao pleno exercício da cidadania e dos direitos.

2.1 A configuração de uma epidemia discursiva e o cenário brasileiro da pandemia de Covid-19

2.1.1 A configuração de uma epidemia discursiva

Conforme argumento de Maingueneau (2020), a crise sanitária pela qual estamos passando, no campo dos estudos do discurso, se torna bastante proveitosa, já que é preciso propor novos objetos de análise, bem como novos *corpora*, sobretudo em razão de essa crise colocar em questão certos limites de abordagens discursivas tidas, até então, como mais tradicionais. Para Maingueneau, a interpenetração entre o discurso e a epidemia é forte. Diante do que o autor aponta, “uma coisa é certa: esse vírus desperta medo no mundo inteiro e o discurso é chamado a responder a esse medo” (MAINGUENEAU, 2020, p. 02).

No entendimento de Maingueneau é necessário assimilar a epidemia de fato como uma realidade discursiva, ou seja,

uma epidemia é espontaneamente apreendida como uma realidade biológica, médica ou social. Se adotamos o primeiro ponto de vista, escrutinamos a estrutura do vírus ou das bactérias, a liberação de anticorpos, os fatores genéticos, etc. Se adotamos o segundo ponto de vista, nos interessamos pelos modos de transmissão, pelos medicamentos, pelos protocolos terapêuticos. Se adotamos o terceiro ponto de vista, a epidemia é apreendida através de suas condições e seus efeitos sociais: os grupos sociais mais afetados, as consequências psicológicas ou econômicas do confinamento generalizado, etc (MAINGUENEAU, 2020, p. 16-17).

Tomando as consequências psicológicas como mote, em que temos a pandemia ressignificada diante de sua realidade social, vale lembrar das

palavras do escritor e crítico literário brasileiro Julián Fuks. Em um ensaio intitulado *Falência do tempo - Pandemia provoca a ilusão de um futuro desfeito*¹⁰, Fuks (2020) aponta que estamos vivendo um tempo de falências: uma falência múltipla, segundo ele, de nossos órgãos, dos sistemas de saúde, de famílias, de empresas, da razão... e, talvez, a mais discreta e percebida por muitos nos seus detalhes seja a falência do próprio tempo. O escritor avança na sua reflexão e menciona que estamos imersos em um trauma, coletivo e disperso, em que não é fácil decifrar a paralisia temporal à qual estamos assujeitados. Para ele não é o passado o que tentamos negar agora, mas sim este presente atípico que somos obrigados a vivenciar, lembrando com nostalgia a ausência desse passado que buscamos, a todo custo, recuperar, na medida em que ele vai se distanciando, como se nunca tivesse nos pertencido.

Em sua ponderação, Fuks (2020) menciona que o que mais nos gera desconfiança é o futuro, uma vez que tem se propagado o discurso de que o mundo mudou para sempre e jamais voltaremos a ser os mesmos de outrora. Diante disso, há a sensação de uma ausência de horizonte, em que a paralisia do tempo se torna generalizada, pandêmica, pois não temos como vislumbrar mais que alguns meses, sendo desconsiderada a possibilidade dos anos plurais, das décadas. O escritor sugere, então, que contra toda essa paralisia temporal, dentre as muitas ações que o presente tem nos exigido, sobretudo no que toca à nossa própria sobrevivência, não seja pouco importante também uma luta contra a falência do tempo; aliás, uma luta contra a ilusão de que não há mais tempo, de que o passado não nos pertence, de que o futuro jamais existirá. Fuks (2020) propõe que não devemos nos deixar abater pela obscuridade do presente; o autor entende que o horizonte é amplo e é em direção a ele que estamos avançando.

Dessa maneira, podemos sim olhar para o passado com um bocado de nostalgia, no entanto, devemos nos lembrar de que o rio do tempo continua fluindo silenciosamente nas ruas, nas praças, nos campos, nas cidades, no universo... e não tardará o momento em que as notícias angustiantes desse nosso presente começarão a se tornar esparsas de modo que o presente se torne passado e que um futuro inteiro, logo ali adiante, está a nos aguardar.

¹⁰ Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/04/24/ensaio-falencia-do-tempo---pandemia-provoca-a-ilusao-de-um-futuro-desfeito.htm>. Acesso em: 06 jan. 2021.

Tendo em vista que devemos estar com os pés no presente, vislumbrando um futuro e que não devemos nos esquecer do passado, afinal, só é possível transformar o presente com o que o passado pode nos ensinar, no intuito de garantir o futuro, resgatamos aqui o trabalho de Schwarcz e Starling (2020). Motivadas pela pandemia de coronavírus em 2020, as pesquisadoras, com a intenção de buscar compreender esse presente obscuro ao qual estamos submetidos, lançaram olhar para um acontecimento do passado, na esperança de poder oferecer conhecimento e, quiçá, um alento para que tenhamos condições de alcançar o futuro.

Desse modo, a partir de vasta pesquisa em fontes e imagens da época, Schwarcz e Starling (2020) remontam aos idos de 1918 e 1919 ao descrever a chegada da gripe espanhola ao Brasil, rescaldo ainda da Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914 e que perduraria até novembro de 1918. Buscam assim identificar a trajetória e os impactos da doença que assolou o país, e mapeiam a evolução do contágio do vírus desde as cidades litorâneas às capitais, analisando os fatores que contribuíram para sua rápida disseminação.

Os dados obtidos relatam de forma minuciosa a maneira como os sérios estragos incidiram na vida das populações de cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro (capital do país à época), São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém e Manaus, em que é possível perceber, portanto, a falta de coordenação das ações das autoridades, que a princípio assumiram uma postura negacionista quanto à gravidade da doença. As autoras esmiúçam, então, as desigualdades sociais e as precariedades dos serviços sanitários, no sentido de desconstruir a suposta ilusão de progresso que a política da República, recém proclamada, tentava fazer prevalecer.

Naquele momento, a calamidade da saúde pública atingiu sobretudo os pobres e a população negra, de modo que iludido por estatísticas maquiadas e remédios ineficazes, o povo ficou à mercê do vírus até o declínio espontâneo da doença, que também acabou por provocar forte recessão. As autoras desenvolvem sua análise baseadas em dados históricos, sendo um olhar possível para se entender o fenômeno de cem anos atrás a designação da doença como reflexo dos costumes e dos preconceitos de uma dada época, conforme podemos perceber nas passagens a seguir:

Há quem diga que se pode avaliar a importância de uma doença pela quantidade de nomes que ela recebe. É o caso da gripe espanhola, que impingiu um verdadeiro flagelo mundial, de 1918 até o início de 1920. A moléstia foi chamada também de “bailarina” - porque dançava e se disseminava em larga escala, e porque o vírus deslizava com facilidade para o interior das células do hospedeiro e se alterava ao longo do tempo e nos vários lugares em que incidia -, de “gripe pneumônica”, “peste pneumônica”, “grande influenza”, ou, simplesmente, de “espanhola”. [...]

O nome pelo qual a doença se tornou mais conhecida foi obra do acaso, ou melhor, da geopolítica internacional: o fato de a Espanha ter se mantido neutra durante a Primeira Guerra Mundial, o que permitiu que ali a imprensa noticiasse, sem disfarces ou meias-palavras, a chegada da estranha virose ao país. Ou seja, não havia “razão de Estado” para deixar de divulgar ou para amenizar a existência do surto de gripe que paralisara o esforço de guerra nas diversas nações envolvidas no conflito, em virtude de suas consequências econômicas e impactos na capacidade de mobilização da sociedade, ou mesmo por sua ação perniciosa nos campos de batalha, onde enfraquecia as tropas e abatia psicologicamente os soldados (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 25-26).

Essa abordagem de como um evento de saúde pública é referenciado, designado, tanto pelas autoridades, pela imprensa, como pela população de um modo geral, nos oferece parâmetros da cultura de seu tempo e igualmente da política e da economia. Isso nos remete às palavras de Maingueneau (2020, p. 03) quando afirma que “nomear não é suficiente para conhecer todas as suas propriedades, mas é o bastante para converter o inominável em um elemento pertencente a uma grade construída por cientistas e sobre a qual podemos, portanto, agir”. Schwarcz e Starling, então, com o auxílio das ferramentas da história social, cultural e da ciência, traçam um panorama da gripe espanhola no Brasil, revelando seus tristes paralelos com a pandemia que cem anos depois veio assombrar o mundo.

Um olhar lançado sobre o caráter discursivo de uma pandemia em sua dimensão brasileira é aquele estabelecido por Butturi Junior (2020), que procura evidenciar os discursos e práticas que aproximam a epidemia de Covid-19 à epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (cuja sigla, do inglês, é AIDS) diante dos enfrentamentos históricos dessas crises sanitárias no Brasil.

Segundo Butturi Junior (2020, p. 99), no acontecimento da pandemia de Covid-19 há a circulação de “uma série de discursos que materializam a indiferença em relação à morte e a assunção do terror como estratégia de gestão

da crise sanitária”. Na sua perspectiva há, então, a configuração, a produção de uma epidemia discursiva, ou ainda, de que as pandemias se materializam midiaticamente. Essa constatação é bastante verdadeira, já que as populações estão constantemente conectadas aos enunciados produzidos por diversos atores sociais e estão também expostas a um conjunto expressivo de outros enunciados, que, por vezes, têm como objetivo discutir, comentar, corroborar e até mesmo refutar os enunciados desses atores.

Na análise apresentada por Butturi Junior destaca-se “o ponto de deslocamento da relação entre as pandemias e a produção do verdadeiro nos regimes de espetacularização midiática - atualmente, intensificada nas redes sociais” (BUTTURI JUNIOR, 2020, p. 107). Segundo o autor, diante desses aspectos e considerando a aproximação entre AIDS e Covid-19, é possível descrever três regularidades discursivas: o discurso como epidemia, os deslocamentos do *status* do discurso farmacológico e o espaço estratégico dos governos na gestão da vida e da doença. Tendo isso em mente, Butturi Junior afirma que o próprio laço social se rompe, uma vez que o Estado não é capaz de oferecer garantias mínimas para a manutenção e o desenvolvimento da vida de um modo geral; além disso, podemos observar a construção da opinião pública baseada não tanto em um processo racional de negociação, mas sim em uma escolha baseada em afetos, emoções e crenças.

Ainda tomando como argumento pandemias anteriores, Sanches e Rasia (2020) apresentam uma pesquisa sobre as representações sociais da AIDS, de modo que, assim como Butturi Junior, o olhar sobre esses eventos pode contribuir, também, para a compreensão do que se dá em relação à pandemia atual. Conforme Sanches e Rasia,

Rastreamos os conteúdos das representações sociais das epidemias do passado para que pudéssemos estabelecer o que é novo em cada epidemia e o que se projeta do passado para o presente. Ou seja, buscamos entender as representações sociais e sua durabilidade (SANCHES; RASIA, 2020, p. 09).

Em sua análise, portanto, Sanches e Rasia objetivaram compreender a AIDS e suas representações sociais, bem como os fenômenos que permeiam o emaranhado de conhecimentos que a envolvem, sob o viés da Sociologia

Histórica, já que se propuseram a observar o modo como os indivíduos vivenciam as epidemias, no sentido de identificar permanências e ressignificações dos conteúdos representacionais constituídos historicamente. Tendo isso em vista, os autores se indagam que, se as representações se originam de interações sociais e veiculam valores, significados, situações, motivações e expectativas, são essas mesmas características constitutivas que darão também consistência ou durabilidade, ou seja, tornando-as representativas de um dado evento e permitindo sua reprodutibilidade e transmissibilidade também para outros eventos. Desse modo, a proposta do estudo realizado foi perceber, em alguma medida, como os grandes pânicos que marcam as grandes epidemias do passado estão presentes nas epidemias contemporâneas. Segundo Sanches e Rasia,

Com isto queremos mostrar a durabilidade das representações e seu movimento no espaço, isto é, como conteúdos desenvolvidos numa epidemia determinada reaparecem, modificam-se ou são abandonados em outra epidemia. Este movimento interfere sobremaneira nas formas como os indivíduos, a sociedade e o Estado enfrentam o fenômeno (SANCHES; RASIA, 2020, p. 41).

Diante disso, é possível apreender um dado processo de discursivização provocado por uma pandemia; pode-se dizer, conforme Moura e Lopes da Silva (2021), que a perspectiva temporal pela qual uma epidemia viral é percebida deriva da propagação, indefinida no espaço, do poder agressivo do vírus. Um vírus é, portanto, tomado como um inimigo invisível (o vírus nos ronda), prestes a atacar, em todos os lugares, e parece que essa emergência sanitária não terá mais fim: ficaremos submersos no tempo da epidemia. Há, então, um mundo que a informa e a representa. Temos a configuração de uma perspectiva bélica de enfrentamento, cujos idiomas da aflição são vocabulários e expressões do sofrimento.

Conforme Sanches e Rasia,

Por outro lado, os meios de comunicação podem atuar também no sentido de espalhar medo e terror, dada a rapidez e a forma com que as notícias circulam, pois seu conteúdo nem sempre é destituído de sensacionalismo. Embora esta questão não seja objeto desta discussão, lembramos aqui o que aconteceu recentemente com a epidemia de Ebola na África. De repente, todos se sentiram ameaçados pelo mal, que poderia se expandir rapidamente em escala global. É como se de uma hora para outra as certezas que nos sustentam racionalmente perdessem consistência, nos colocando em situação de impotência diante da doença. Nossa racionalidade falha e nos aponta para a fraqueza de nossa constituição biológica e para os limites de nossos sistemas de pensamento. Assim, a força de uma catástrofe anunciada, real ou imaginária, demarca não só os limites possíveis da existência humana, mas também os limites da ciência e da tecnologia de que dispomos (SANCHES; RASIA, 2020, p. 42).

A posição de Sanches e Rasia (2020), acerca da participação dos meios de comunicação na cobertura do surgimento e evolução de uma epidemia e/ou pandemia, nos remete ao olhar de Araújo e Cordeiro (2020), que diante do direito à comunicação e a percepção das desigualdades sociais, firmam a ideia de *pandemídia* que, segundo as autoras, trata-se de

Neologismo que associa os termos pandemia e mídia, se referindo a uma situação de comunicação generalizada e intensificada, aparentemente sem ordenamento, equiparável a um pandemônio, cujo significado é aplicado ao estado produzido pelo negligenciamento de populações periféricas (ARAÚJO; CORDEIRO, 2020, p. 216).

Sanches e Rasia relembram semelhanças na cobertura pela mídia a propósito da epidemia de Ebola, relacionando-a à da AIDS; Araújo e Cordeiro, por sua vez, associam a epidemia de Zika à pandemia de Covid-19 quando ressaltam que essas crises sanitárias evidenciam problemas já existentes que, costumeiramente, são sublimados.

Segundo as autoras,

Algumas crises sanitárias têm a propriedade de evidenciar problemas preexistentes, cujo enfrentamento vem sendo historicamente negado. Tomando dois exemplos recentes, com a Zika foi assim e assim está sendo com a Covid-19. Em comum, a deflagração da crise sanitária foi marcada pelo desconhecimento sobre o agente causal, seus efeitos no organismo humano e a inexperiência das instituições de saúde pública em relação aos processos associados a estas doenças: no caso do novo coronavírus, sua imensa capacidade de disseminação, a extensão territorial e temporal da pandemia e o número impactante de óbitos decorrentes.

Do ponto de vista das instituições, essas crises são um revelador da insuficiência da estrutura pública de atendimento à saúde e tornam muito visível a interdependência dos campos políticos e sanitário. Do ponto de vista das pessoas, o risco de vida ou adoecimento grave exacerba e problematiza uma percepção que costuma ser naturalizada na vida costumeira: a da saúde como um elemento central da vida humana. Com isso, entra em xeque a dimensão do acesso, seja no que se refere a informação confiável suficiente e apropriada às condições de cada pessoa, a meios para evitar o contágio ou a atendimento e tratamento, em caso de infecção (ARAÚJO; CORDEIRO, 2020, p. 217).

Partindo, então, do campo da Comunicação e Saúde, Araújo e Cordeiro nos apresentam um resgate da noção de direito à comunicação e à informação. Conforme as autoras, reconhecer a associação entre Comunicação e Saúde vai além do que simplesmente oferecer informação à população no sentido de proporcionar conteúdos para uma promoção da saúde adequada. Araújo e Cordeiro afirmam que há o predomínio de uma perspectiva de comunicação não só restrita à informação, mas também uma visão essencialmente instrumental e utilitarista diante da relação comunicação e saúde, em que se dá, inclusive, a perda da comunicação como sendo um direito; habitualmente, o que se vê é uma comunicação autoritária, imperativa, normativa e prescritiva, como se apreende de enunciados como: *amamente seu filho; esvazie seus potes e pneus; lave as mãos; tome a vacina; use camisinha; use protetor solar; e, mais recentemente, fique em casa; não se esqueça da máscara; use álcool em gel...*

Diante disso, o que as autoras vislumbram é uma democratização da informação, em que há um direito de dar e de receber informações, mas não de forma aleatória, e sim de modo que os sujeitos se sintam envolvidos, se sintam parte desse processo. De acordo com Araújo e Cordeiro (2020), o direito à

comunicação prevê o direito à voz, e ter voz, nessa perspectiva, “significa ser agente da sua própria presença no mundo, é disputar os sentidos das coisas da vida e do mundo. É o direito de não aceitar ser nomeado por terceiros, mas de definir o modo como quer ser identificado e reconhecido” (p. 221). Ainda conforme as autoras

Como tantos outros, o direito à comunicação não é igual para todos, é concentrado, é para quem já tem outros direitos garantidos. Vivemos numa sociedade desigual, em que os bens e os direitos são desigualmente distribuídos, entre eles o direito à informação e o direito à voz (ARAÚJO; CORDEIRO, 2020, p. 223).

Considerando esse cenário, portanto, ao estabelecer e problematizar as relações entre a pandemia de Covid-19, as desigualdades sociais e o direito à comunicação, em que a comunicação está posta em diálogo com a saúde, é preciso ter em mente que, em uma lógica publicitária, ou neoliberal, a saúde é convertida em um produto como qualquer outro e o cidadão em consumidor. Ou seja, percebe-se uma confluência, um imbricamento de discursos e, até mesmo, de contradiscursos. Na perspectiva de Angenot (2010),

Os contradiscursos, privados pela natureza das coisas de um *criterium* aceito, de bases dóxicas, de uma linguagem própria, improvisam seus quadros cognitivos, seus meios perlocucionários e persuasivos, e sua estética com os recursos de que dispõem e recorrendo a meios sempre abusivos e, portanto, em certa medida, ridículos; os contradiscursos operam sempre na estranheza da ilegitimidade, do abuso da linguagem (ANGENOT, 2010, p. 53, tradução nossa, itálico no original)¹¹.

¹¹ No original: “Los contradiscursos, privados por la naturaleza de las cosas de un *criterium* aceptado, de bases dóxicas, de lenguaje propio, improvisan sus marcos cognitivos, sus medios perlocutorios, persuasivos, y su estética con los recursos a su alcance y recurriendo a préstamos siempre abusivos y por lo tanto, en alguna medida, ridículos; los contradiscursos operan siempre en la torpeza de la ilegitimidad, del abuso de lenguaje” (ANGENOT, 2010, p. 53, itálico no original).

Em vista disso, há, então, a configuração do que Araújo e Cordeiro entendem como *pandemídia*. Nas palavras das autoras,

Pandemia, pandemídia, pandemônio. As palavras se entrecruzam e produzem mutuamente sentidos potentes. O jogo semântico entre pandemia e pandemônio foi estabelecido por Paulo Roberto da Silva Lima, líder dos Entregadores Antifascistas. Nos termos de Paulo Roberto, pandemônio é o cenário habitual das favelas e outras áreas de periferia. É a falta de tudo, comida, emprego, educação, saneamento, é a violência, é a desordem que resulta dessa situação de descaso público com essas populações. O pandemônio preexistia à pandemia, se agravou com ela, pela falta de condições mínimas de enfrentamento e vai perdurar quando a pandemia acabar.

Observando as palavras por sua etimologia ou pela sua origem, *pan* significa todos. Temos, então, o sabido: que pandemia se refere a uma epidemia que atinge a todos. Já pandemônio é uma palavra cunhada pelo escritor e poeta John Milton, em 1667, no romance Paraíso Perdido, que assim nomeou o palácio de Satanás, onde os demônios se reuniam para suas deliberações. O nome vem do grego: Pan, todos; Daimon, demônios. Pandemônio. No século XIX, a palavra absorveu os sentidos que temos hoje, de confusão, barulho, balbúrdia, mistura desordenada de coisas ou pessoas, ou - em outra chave - de pessoas que se reúnem para fazer o mal ou causar tumulto.

O neologismo pandemídia encontra paralelo com pandemônio, remetendo para a ideia de uma conturbação no cenário midiático. Mas também converge com pandemia, ao sugerir a ideia de uma mídia para todos, na medida em que presenciamos nos tempos de Covid-19 grande algaravia, um imenso falatório midiático, incluindo aqui todos os tipos de mídia. Então, pandemônio e pandemia ressoam na palavra pandemídia (ARAÚJO; CORDEIRO, 2020, p. 224-225).

Ao considerar entender os movimentos de ruptura e continuidade, do que é velho e do que é novo quando se trata de observar epidemias, Sanches e Rasia buscaram localizar aquilo que é velho, que surge como herança de epidemias passadas, mas que retorna ao tomarem a AIDS como parâmetro de análise. Os autores apontam que se trata de perceber essa herança não como mera reprodução de um mesmo conteúdo, posto anteriormente, mas como elemento daquilo que, diante das estruturas das representações sociais, perdura. Portanto, conforme Sanches e Rasia,

A saúde passa, neste sentido, pela necessidade de criação de políticas públicas que possam promovê-la e a tornem acessível à maioria da população. Este foi o caso da Aids, em que o Estado no Brasil não só empreendeu campanhas informativas, mas também políticas de quebra de patentes de medicamentos, acompanhamento e distribuição de preservativos e medicamentos antirretrovirais. Se nossa afirmação vale para as situações de normalidade (sem epidemia), a questão que se coloca é que nas epidemias a ação rápida do Estado e dos serviços de saúde é o único recurso capaz de contê-las. Não há atitude individual que consiga combater uma epidemia, as atitudes individuais podem ajudar na defesa individual, mas não resolvem o problema da transmissão em grande escala (SANCHES; RASIA, 2020, p. 193).

Com base nesses aspectos, Sanches e Rasia sinalizam que a promoção da saúde, ainda que mantendo a população envolvida por um nível razoável de saúde e saneamento, não se faz suficiente por si só, com vistas a romper os efeitos devastadores de uma epidemia. A saúde coletiva pode até lidar com o previsível, porém, o que historicamente persiste nas epidemias são os fatores imponderáveis que as singularizam, seja na sua extensão territorial e no número de indivíduos atingidos, seja nas sequelas físicas e emocionais ou ainda no número de mortes que é capaz de produzir. Por conta disso, a atuação do Estado no controle de epidemias diz respeito à articulação estratégica, em que mobiliza pessoal e recursos técnicos e biofarmacológicos capazes de desenvolver de forma rápida e eficaz mecanismos de combate dos agentes causadores de moléstias.

Assim, nos aproximamos do contexto brasileiro da pandemia de Covid-19, conforme será explanado mais detidamente a seguir. No entanto, segundo Duarte (2020), a pandemia se apresenta como evento que afeta e transforma as linhas de força constitutivas do que se configura como sendo nosso pandemônio político. Ainda na perspectiva do autor, vemos uma distinção hierárquica entre as vidas merecedoras de proteção e as vidas que merecem, tão somente, o esquecimento, destinadas, então, à vigilância, à exposição, à morte e, conforme mencionado anteriormente ao trazer as motivações para essa pesquisa, a condução às mortes violentas. Eis o que Duarte caracteriza como um regime

necropolítico, pois tais mortes não merecem sequer luto e consideração; são meras estatísticas e nada mais, são mortes desprovidas de significação simbólica.

Esses aspectos histórico-discursivos, portanto, lançam luz sobre a ocorrência de pandemias no transcurso da civilização e, em vista da configuração de uma epidemia como discurso, chega-se ao momento, então, em que é possível compreender esses eventos em seu contexto brasileiro.

2.1.2 O cenário brasileiro na pandemia de Covid-19

Brasil, janeiro de 2021. No acender das luzes do Ano Novo, há o registro de 196.029 mortes em meio a 7.732.071 casos confirmados de pessoas contaminadas por coronavírus, números contabilizados até a data de 03 de janeiro de 2021¹².

Brasil, abril de 2021. Passado pouco mais de um ano após a confirmação do primeiro caso de coronavírus em solo nacional, na data de 26 de fevereiro de 2020, e a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 de que a disseminação do vírus deveria ser encarada como uma pandemia, são registradas 4.211 mortes por dia provocadas pela doença. Esse triste dado é a primeira marca de mais de 4 mil óbitos contabilizados em um único dia, em meio a 13.106.058 casos confirmados e 337.364 pessoas que morreram desde o início da pandemia¹³ em seu contexto brasileiro.

¹² Optou-se por mencionar os dados divulgados pela imprensa e não os índices apontados pelo Governo Federal. No portal em que estão disponibilizados os números governamentais em relação à pandemia há uma divergência, tanto em relação aos brasileiros que contraíram Covid-19, como aqueles que faleceram em decorrência do vírus; além das informações acerca do quantitativo da população brasileira estimada também estarem desconhecidas. Em alguma medida essa questão será mencionada no decorrer do trabalho. Dados disponíveis em: https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/?_ga=2.109463685.1420177299.1609694505-3599d229-7591-e730-cc20-317a03ae2673#/. Acesso em: 03 jan. 2021.

¹³ Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2021.

Brasil, abril de 2022. Os dados atualizados dão um total acumulado de 663.289 mortes e 30.414.677 casos conhecidos da face brasileira do surto de Covid-19¹⁴.

O índice que faz referência àqueles que perderam suas vidas salta aos olhos, pois estão sendo levados em conta sujeitos que, cedo ou tarde, tiveram sua trajetória interrompida, ou seja, não se trata de apontar um mero dado estatístico. Vale lembrar que a população brasileira estimada é de 212.524.205 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁵; tendo esse dado em vista, ainda que os indivíduos que morreram por conta da pandemia em solo brasileiro representem menos de 0,15% da população total, esse indicador não deixa de ser expressivo, pois essas pessoas perderam suas vidas por um motivo em comum, afinal, mesmo que algumas dentre elas possam ter apresentado comorbidades, essas vidas interrompidas foram contabilizadas em pouco mais de dois anos do calendário.

Segundo o Governo Federal¹⁶ (BRASIL, 2020), o Brasil teve seu primeiro caso confirmado na data de 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo (SP). Essa informação consta de uma linha do tempo disponível em um portal eletrônico, em que há uma trajetória desde o anúncio das primeiras contaminações ocorridas na China, ainda em dezembro de 2019. No início do mês de dezembro, as primeiras ocorrências seriam de pessoas internadas com pneumonia em hospitais na cidade de Wuhan. Depois de três semanas, foi divulgado o código genético do vírus, também em Wuhan. Em 30 de dezembro de 2019, foi feita a notificação à Organização Mundial de Saúde (OMS) de casos de pneumonia de causa desconhecida pelas autoridades chinesas. Já em 03 de janeiro de 2020, o Brasil solicita esclarecimentos à OMS. Dias depois, é feito pela OMS o primeiro comunicado oficial de 44 casos de pneumonia de causa desconhecida, relacionada ao Mercado de Frutos do Mar em Wuhan, na China. Em 16 de janeiro de 2020, o Ministério da Saúde brasileiro divulga um boletim

¹⁴ Dados disponíveis em: https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/?_ga=2.96686556.2135452441.1651263243-1515631031.1646736755. Acesso em: 29 abr. 2022.

¹⁵ Informação disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acesso em: 03 jan. 2021.

¹⁶ Informações disponíveis em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/linha-do-tempo>. Acesso em: 03 jan. 2021.

epidemiológico, a propósito do que se sabe sobre a doença e o vírus até aquele momento. Em 21 de janeiro, a OMS, ao divulgar seu primeiro boletim epidemiológico, menciona que há um risco moderado de infecção, o que ela vai retificar em 28 de janeiro, assumindo que houve um erro, e eleva assim o risco para alto, sendo que, dois dias depois, na data de 30 de janeiro, a entidade declara Emergência Internacional. Diante disso, em solo brasileiro, na data de 31 de janeiro, é acionado o Grupo Executivo Interministerial. Em 03 de fevereiro, é realizada a primeira reunião do Grupo Executivo Interministerial em Saúde Pública, ocasião em que o Brasil declara Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, motivo pelo qual o Ministério da Saúde enviou um Projeto de Lei de Quarentena ao Congresso Nacional em 04 de fevereiro, projeto esse aprovado nos dias 04 e 05 de fevereiro pelo Legislativo brasileiro. Também em 05 de fevereiro o Brasil inicia a Operação Regresso, missão de repatriamento de 34 brasileiros que viviam em Wuhan e que demonstraram interesse em deixar a China e retornar ao país de origem.

A ocorrência desses casos de pneumonia de causa desconhecida na China despertou a atenção para a origem e a circulação do vírus no planeta. Os primeiros coronavírus em humanos foram identificados no decorrer da década de 1960. Trata-se de uma grande família de vírus comuns que podem se manifestar em diferentes espécies de animais, como camelos, gado, gatos e morcegos; raramente os coronavírus encontrados em animais podem também infectar pessoas. Quando ocorre em humanos, boa parte deles é infectada ao longo de sua vida com coronavírus comuns, sendo as crianças mais propensas a serem acometidas por essa família de vírus, que são responsáveis por causar infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus (SARS-CoV-2) foi descoberto no final de dezembro de 2019 na China e deu-se então a declaração de uma pandemia mundial. Desde o início de fevereiro de 2020 a OMS passou a se referir oficialmente à doença causada pelo novo coronavírus como Covid-19. COVID é uma sigla que corresponde a *CO*rona *V*irus *D*isease (Doença do Coronavírus), e “19” se refere ao ano de 2019, quando foram detectados os primeiros casos em Wuhan, na China. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), essa denominação foi importante a fim de evitar casos de xenofobia e preconceito, além de confusões com outras doenças.

Países da Europa como Itália e Espanha foram duramente castigados, com o registro de muitas mortes em decorrência desse vírus. Histórias que remetam a fatos tristes certamente não faltam. No entanto, também há pontos positivos ocasionados pela pandemia. Em tempo recorde, foram viabilizados estudos por empresas, universidades e institutos de pesquisa no sentido de formular e disponibilizar vacinas, ainda que em caráter emergencial, tanto é assim que já no início de dezembro de 2020 havia registros de nações imunizando suas populações, como é o caso do Reino Unido. Paralelamente a isso, em meio a toda apreensão e incertezas que cercam os sujeitos em uma situação de pandemia, foi necessário lidar com a propagação de declarações de pessoas em geral, bem como de políticos, no sentido de amenizar a gravidade da situação, ou ainda da (não) segurança das vacinas que estão sendo desenvolvidas, e também acerca da abrangência da circulação do vírus em meio à população.

Esse é o caso do Brasil, lembrando que com a pandemia em curso ocorreu a demissão de dois Ministros de Saúde, ambos médicos de formação, e a nomeação em caráter interino de um terceiro, um general do Exército, sendo que já atuava no Ministério na condição de secretário-executivo da pasta, alegadamente por apresentar conhecimento e experiência na área de gestão e logística. Apesar disso, a pasta que deveria cuidar da saúde de toda a população e, sobretudo, diante da situação então já calamitosa, teve uma nova mudança em sua gestão. O terceiro Ministro da Saúde solicitou abrir mão de suas atribuições devido a uma questão de sua saúde particular e, então, um quarto ocupante da cadeira foi designado: dessa vez um outro médico, cardiologista.

Sabe-se que um fenômeno como uma pandemia envolve muita angústia, apreensão, medo, sobretudo pela imposição de lidar com o desconhecido. No entanto, justamente por estar diante de um território a ser desbravado, principalmente no campo da ciência, não só as áreas da medicina e da biologia se viram instadas a ter a pandemia e a circulação do coronavírus como objeto de análises e estudos; também no campo das ciências humanas em geral, e dos estudos linguísticos em particular, ocorreu essa mobilização.

Em vista disso, a partir da emergência da pandemia no Brasil, que, em meio à formulação de discursos e políticas de descrédito de medidas que poderiam auxiliar para a não circulação do vírus entre a população, serão

retomados e evidenciados os discursos ligados à área de saúde, no sentido de poder contribuir com o debate científico com a proposição de reflexões, bem como analisar o discurso no tempo presente.

Com base nas reflexões que foram elaboradas até aqui, diante de uma relação entre língua(gem) e violência, no sentido de poder apreender elementos da configuração de uma linguagem totalitária, sobretudo ao se perceber o esfacelamento da democracia brasileira no curso de uma pandemia, vale recuperar os argumentos de Duarte e César (2020) quando afirmam que o bolsonarismo soube se aproveitar politicamente da pandemia, com o intuito de promover seus interesses políticos e suas visões de mundo conservadoras e autoritárias. Segundo os autores,

Decorridos sete meses desde a chegada da pandemia ao país, parece-nos claro que o negacionismo de Bolsonaro constitui uma política *per se*, aquela que consiste em negar, confundir, agredir, ignorar, desprezar, silenciar quem quer que não esteja absolutamente de acordo com suas medidas de *combate* à pandemia, ou com as escolhas políticas e morais que pautam seu governo (DUARTE; CÉSAR, 2020, p. 09, itálico no original).

Há, desse modo, a configuração cruel da invisibilização, da desqualificação e a destruição de modos de cuidar em que há uma dada inércia institucional da ciência, a despeito de toda e qualquer limitação orçamentária por conta da falta de apoio governamental como meio de combater os efeitos devastadores da pandemia. Vê-se, assim, a materialização do que se entende por negacionismo científico, mas não apenas; a pandemia em solo tupiniquim escancara também a negação, o negacionismo de toda e qualquer possibilidade do desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira. Ainda diante de argumentos trazidos por Duarte e César (2020), entende-se que

O negacionismo é um fenômeno social não apenas porque implica a produção e difusão em massa de teses controversas em relação a consensos científicos validados, mas também porque teses negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas. Simultaneamente, o negacionismo é um fenômeno político porque, o mais das vezes,

está associado com a extração de vantagens por parte de grupos econômicos interessados em negar ou questionar teses e conhecimentos científicos. Isto ocorre, sobretudo, quando tais conhecimentos inspiram políticas públicas destinadas a transformar comportamentos e modos de vida coletivos, os quais afetam interesses econômicos poderosos (DUARTE; CÉSAR, 2020, p. 09).

Ou seja, a partir da relação entre a política e a gestão da pandemia no Brasil, vê-se de forma institucionalizada a propagação de discursos negacionistas, como reflexo das ações governamentais ao se oferecer à população possibilidades de condução da vida em meio a essa situação de calamidade sanitária. Diante disso, Caponi *et al.* (2021) argumentam que

O negacionismo científico vem caracterizando a gestão da pandemia pelo novo coronavírus, especialmente no Brasil, como resposta às medidas de isolamento necessárias para o seu controle na ausência de vacinas ou medicamentos eficazes. Essa postura tornou-se particularmente perigosa em locais onde se transformou no discurso oficial dos governos e seus seguidores.

É preciso destacar que falar do negacionismo não significa aceitar acriticamente a totalidade do discurso científico instituído. Em momentos excepcionais, como o que estamos vivenciando, é necessário assumir uma perspectiva epistemológica crítica em relação ao modo como se divulga a informação científica, se validam as medidas de prevenção, se desenham as pesquisas dedicadas à descoberta de uma vacina eficaz, apontando os limites e as dificuldades dos saberes instituídos (CAPONI *et al.*, 2021, p. 80).

Avançando na sua ponderação, os autores entendem que a equiparação de argumentos racionais ou de estudos científicos com opiniões sem fundamento em alguma medida contribuiu para negar a realidade dolorosa dos fatos, seja a desigualdade social (historicamente já entranhada na sociedade brasileira), tal qual o racismo, assim como a pandemia, e silenciar os sofrimentos cotidianos, muitas vezes evitáveis. Temos, diante disso, outra vez a materialização da violência discursiva do silenciamento, sendo que, nessa

necropolítica há uma confluência do negacionismo científico, o autoritarismo e o discurso neoliberal.

Segundo Caponi *et al.* (2021),

O discurso negacionista questiona o valor do conhecimento científico, dos argumentos racionais, da experiência adquirida ao longo dos anos, defendendo a ideia de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Exige que sejam expostas versões opostas e antagônicas para explicar qualquer fato, seja social ou natural, como tendo igual poder explicativo (CAPONI *et al.*, 2021, p. 81).

Avançando com as reflexões acerca desse debate, Araújo e Cordeiro (2020) entendem que

O que hoje foi rotulado de negacionismo é caracterizado por uma ausência de argumentos, de um conjunto de premissas, lógicas e procedimentos que conformam a produção e o acesso ao conhecimento. O que está em jogo não é a legitimidade da Ciência, mas o de seus enunciadores. Este é um dado fundamental para o entendimento do cenário comunicacional pandêmico-pandemônico-pandemidiático.

Esse tema nos remete a outro, muito tratado na literatura científica recente da comunicação nos atuais webinários: o das chamadas fake news que, se correspondem a uma necessidade real de defesa do conhecimento científico e biomédico, em favor do controle da pandemia, também expressam uma luta política que ocorre discursivamente e que está relacionada ao desejo do monopólio da Verdade (ARAÚJO; CORDEIRO, 2020, p. 229).

Além disso, conforme as autoras, é possível observar um uso generalizado do rótulo das *fake news* para classificar, para deslegitimar todo e qualquer saber que não seja oriundo de uma posição institucional, sobretudo uma posição institucional sanitária. Araújo e Cordeiro ressaltam a circulação de notícias falsas intencionais, mas também, a recusa aos saberes da medicina popular, saberes exotéricos, ou ainda, pontos de vista desavisados. Desse modo, para as autoras,

Fato, assim como evidência e verdade, são palavras que, estando no olho do furacão discursivo-midiático, não têm estabilidade e reverberam num processo de denegabilidade. Denegação é um termo que vem da área jurídica, fala da recusa em reconhecer a exatidão de um fato alegado ou de um argumento articulado pelo adversário, num processo. Mais que isto, implica na reversão do sentido, ao reivindicar para si a prerrogativa de estabelecer o que é verdadeiro. Nas batalhas discursivas em torno da veracidade dos fatos, todas as partes, ao mesmo tempo em que negam a pertinência do antagonista, arrogam para si o estatuto de verdadeiro, de científico, de legítimo (ARAÚJO; CORDEIRO, 2020, p. 229-230).

Sabe-se que, em um momento de epidemia ou pandemia, conforme foi apontado anteriormente levando em consideração a gripe espanhola ou a emergência da AIDS, em que há prejuízos que afetam todos os âmbitos da vida social, gerando mortes e prejuízos econômicos, a recusa ao pensamento científico pode gerar lucro político para demagogos e oportunistas. Diante disso, Caponi e Mantovani (2020) entendem que o que ressurgue como novidade em episódios como esses é a dimensão biológica da epidemia: um vírus do qual pouco se conhece, com características específicas um tanto desconhecidas, assim como seu modo de transmissão, de que forma é possível combatê-lo, quais os medicamentos eficazes... assim, em vista disso os autores entendem que

Contudo, se o novo está na dimensão biológica da epidemia, o velho está em sua dimensão social e na repetição dos mesmos problemas que já apareceram para o controle de outras epidemias. [...]

É por esse motivo que, em tempos de pandemia, aparecem com maior evidência as desigualdades sociais, o problema das chamadas populações vulneráveis, a exclusão social associada ao racismo e à pobreza (CAPONI; MANTOVANI, 2020, p. 09).

Temos, então, o que Araújo e Cordeiro (2020) observam a partir do direito à comunicação relacionado às desigualdades sociais: as chamadas doenças

negligenciadas, também conhecidas como doenças da pobreza. As autoras trazem ainda uma outra ponderação:

Ressaltamos ainda as ressonâncias simbólicas do termo “novo normal”, que se tornou um dos carros-chefes do jornalismo e das análises de vários profissionais sobre o presente e o futuro da sociedade. Podemos perguntar: normal para quem? A palavra normal, como qualquer outra que se pretende generalizante, apaga os contextos, a diversidade de que somos feitos. A que normal se está referindo? Se esse novo normal remete à possibilidade de um convívio social que considere desejável algum grau de isolamento social, com uso de máscaras, higienização frequente de mãos, só é possível para uma parcela da população. Para a outra e imensa parcela, esse normal idealizado será impossível: o pandemônio estará agravado. As palavras apagam tanto quanto dizem. “Novo normal” apaga a existência da desigualdade social, naturaliza um padrão pautado nas classes mais favorecidas e dificulta o entendimento da determinação social do estado de coisas, inclusive e fortemente da saúde. Qual saúde será possível na pós-pandemia? Provavelmente não haverá alteração no cenário preexistente das populações periféricas e negligenciadas, talvez agravamento (ARAÚJO; CORDEIRO, 2020, p. 230).

Em seu contexto brasileiro, portanto, a pandemia de Covid-19 se configura, com base na inação pública, como uma doença da pobreza, já que os desvalidos, a alta densidade habitacional em determinadas regiões do país são fatores que, em conjunto, provocam mortes em massa. Como se isso não fosse mais que suficiente, há ainda um recrudescimento de discursos e práticas racistas, xenófobas e misóginas, ao possibilitar uma divisão binária dos indivíduos entre uns e outros.

A pandemia não só evidenciou que, pelo menos no Brasil, os mortos têm cor, raça e classe social, pois são preponderantemente pobres, indígenas e pretos, evidenciou também que o isolamento social, o racismo, o medo ao contágio, o temor ao desemprego e as situações de luto geram sofrimentos psíquicos profundos que não podem ser desconsiderados (CAPONI, 2021, p. 24).

A autora pondera ainda que a lógica biopolítica de *fazer viver* e de *deixar morrer* adotou características diversas em diferentes países. Entretanto, no Brasil, considerado pela opinião pública internacional como o país do mundo que pior administrou a pandemia atual, a biopolítica se configura nos moldes de uma necropolítica, que sistematicamente induz parte da população ao contágio e à morte. Conforme Caponi (2021), o que se vê é uma política voltada à exposição à morte, sem qualquer limitação, de uma imensa faixa da população notadamente constituída pelas pessoas mais vulneráveis da sociedade.

As estratégias de governo sobre as populações, referidas aos processos biológicos de nascimento, doença, epidemias, reprodução e morte implicam determinada “política da verdade”, isto é, determinado modo de articular as relações de poder e os discursos, sejam eles verdadeiros ou falsos. Discursos que, em um determinado momento histórico aparecem enunciados pelos saberes expertos, pela população em geral ou pelas autoridades (CAPONI, 2021, p. 27).

Assim, é possível vislumbrar que o discurso conservador dos negacionistas, a necropolítica que define a gestão da pandemia, se estabelece de forma oposta aos enunciados científicos e dos direitos humanos, aos que consideram ao mesmo tempo como verdadeiras ameaças contra os valores tradicionais que defende, tal como racismo, nacionalismo, misoginia, desrespeito às minorias, exigência de subordinação de trabalhadores e desempregados à lógica empresarial. Há ainda uma naturalização da mentira e do engano, em que, provavelmente, mais que apontar elementos de negacionismo científico, é preciso considerar como estratégia política uma gestão governamental que está embasada em formas diversas de mentira sistemática.

O que ocorre é que o governo de Bolsonaro não só abraça as políticas neoliberais, negar os fatos e governar multiplicando falsidades foi uma estratégia dos governos autoritários e fascistas [...].

Fascismo e racismo se conjugam nessa necropolítica obcecada em expor cidadãos considerados “supérfluos” ao contágio e à morte, para atingir uma suposta imunidade natural de rebanho,

ao mesmo tempo que divulga, facilita e estimula a compra de armas em uma obscena exibição de exaltação das máquinas de matar (CAPONI, 2021, p. 40).

Diante disso, Araújo e Cordeiro (2020) ressaltam o papel da linguagem como parte constitutiva de todo esse processo, o que corrobora o que foi apresentado até aqui. Segundo as autoras,

Precisamos também ampliar nossos recursos para desvelar os processos de construção de hegemonia simbólica, entre eles fortemente o processo de naturalização, uma das formas mais eficazes de cristalização dos sentidos e construção hegemônica. A linguagem modela em parte nossa forma de pensar o mundo, as relações e não é diferente em tempos de crises sanitárias. Numa pandemia como a da Covid-19, não somos imunes à banalização das palavras e dos sentidos que lhe são atribuídos, pela overdose cotidiana; nos acostumamos com a contabilidade diária de infectados e mortos, com as ordens e contraordens sobre a cloroquina ou sobre a abertura do comércio. E essa banalização é terreno fértil para “aventureiros dos sentidos da pandemia”, como vemos ocorrer, por exemplo, no âmbito dos fanatismos religiosos e políticos (ARAÚJO; CORDEIRO, 2020, p. 232).

Ou seja, desde a emergência da pandemia de Covid-19 e, especificamente em seu contexto brasileiro, muito se falou ao longo desses dois anos a propósito de negacionismo científico, em que, a cada nova declaração presidencial, é possível observar a proliferação de enunciados negacionistas que, em alguma medida, mimetizam a propagação do vírus e derrubam qualquer possibilidade acerca do pensamento de estratégias racionais de enfrentamento da crise sanitária.

Em última instância, nega-se qualquer voz que possa advir da ciência, veiculada pelas diversas mídias, que se oponha à ideologia propulsora do negacionismo. Sendo assim, no intuito de empreender um gesto de análise, a partir da estratégia do governo brasileiro para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos como elementos de uma regularidade discursiva, se buscará estabelecer reflexões no sentido de poder contribuir com

a compreensão da ocorrência desse acontecimento em sua dimensão brasileira, a partir da análise de textos que vêm circulando no Brasil contemporâneo: as notas de repúdio.

Capítulo 3

A discursividade polêmica: confronto dos discursos de ódio e suas respostas, as notas de repúdio, como manifestação acerca da gestão e do combate à pandemia de Covid-19 no Brasil

Como decorrência da linguagem autoritária¹⁷, em certa medida, há a configuração de uma linguagem do ódio, ou o que mais recentemente se

¹⁷ De acordo com reflexões elaboradas por Orlandi (2000) acerca do discurso autoritário, vale mencionar que “A possibilidade de análise em análise de discurso deriva da consideração do discurso como parte de um mecanismo em funcionamento, correspondendo a um certo lugar no interior de uma formação social.

Tendo definido o funcionamento como a estruturação de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas, esse determinado não é um, mas o circunscrito à nossa experiência social, de nossa época e grupo social.

Quando pensado segundo as noções de produto e processo, o funcionamento tem como contrapartida o conceito de tipo. Isto é, se o funcionamento é a atividade estruturante, o tipo corresponde à cristalização dos seus resultados, ou seja: os tipos (produtos) são as fixações de processos (funcionamentos) discursivos definidos na própria relação de interlocução.

Do ponto de vista da operacionalização, a noção de tipo tem função metodológica fundamental: permite que se generalizem certas características, se agrupem certas propriedades e se distingam classes. É um princípio organizador equivalente ao de categoria. Dada a institucionalização a linguagem - o fato de que há um processo de legitimação histórica, das suas formas -, os tipos se estabelecem como produto dessa institucionalização e se fixam como padrões, como modelos. Esses produtos, os tipos, vão entrar nas condições de produção do discurso, em seu funcionamento que, por sua vez, determina aquilo que pode vir a constituir um novo tipo ou a reproduzir uma forma já estabelecida.

[...]

Assim, o tipo *autoritário* é o que tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade (há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a polissemia é contida (procura-se impor um só sentido) e em que o objeto do discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece). O *discurso polêmico* é o que apresenta um equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase, em que a reversibilidade se dá sob condições, é disputada pelos interlocutores, e em que o objeto do discurso não está obscurecido pelo dizer, mas é direcionado pela disputa (perspectivas particularizantes) entre os

convencionou denominar de discurso de ódio. Ainda que de uma forma bastante sutil, linguagem totalitária e discurso de ódio não devem, ou não deveriam, ser expressões tomadas uma como sinônimo da outra.

De acordo com Galinari (2020) nem todo discurso que expressa raiva, ira ou cólera é, necessariamente, um discurso de ódio, pois este depende de seus efeitos sociais discriminatórios, examinados dentro das características de suas condições de produção sociais e históricas. Grosso modo, discurso de ódio se refere a situações de discriminação já consolidadas e bastante disseminadas na sociedade.

Para o autor, a própria noção de discurso, e de condições de produção do discurso, no sentido de atestar esse fenômeno, deve estar atrelada a recorrências discursivas tais como o estereótipo, o insulto, a ridicularização, a expressão de euforia diante da dor do outro. Assim, toda violência verbal seria, automaticamente, sinônimo de discurso de ódio? Para Galinari, o discurso de ódio teria, pelo menos em teoria, o(s) seu(s) contexto(s) específico(s), ou seja,

estamos diante de verdadeiros atos de linguagem, característicos, como se verá, dos chamados Discursos de Ódio: humilhação, ridicularização, constrangimento, difamação, insulto, calúnia, injúria, ameaça etc (GALINARI, 2020, p. 07).

Então, diante da perspectiva adotada pelo autor

interlocutores, havendo assim a possibilidade de mais de um sentido: a polissemia é controlada. O *discurso lúdico*, que é o terceiro tipo, é aquele que tende para a total polissemia, em que a reversibilidade é total e em que o objeto do discurso se mantém como tal no discurso. A polissemia é aberta. O exagero do discurso autoritário é a ordem no sentido militar, o do polêmico é a injúria e o exagero do lúdico é o *non sense*. Em nossa forma de sociedade atual, o discurso autoritário é dominante, o polêmico é possível e o lúdico é ruptura.

Ao dizer que o discurso autoritário é dominante, estamos afirmando que o uso da linguagem está polarizado para o lado da paráfrase. E isto se dá também no plano da reflexão. Vale dizer: o discurso autoritário é o discurso do mesmo e isso está refletido, de alguma forma, na concepção de linguagem que temos, na forma de estudos de linguagem, nos moldes de análise propostos, etc. Este é um deslize ideológico que faz com que se atribua à natureza da linguagem algo que é historicamente determinado e se dá em relação a um tipo de discurso numa determinada formação social. Se absolutiza o parcial” (p. 23-25, itálico no original). (Cf. ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2000).

O Discurso de Ódio é sistemático, articulado, não-acidental e obedece à estrutura do conflito de classes dentro das dinâmicas particulares do modo de produção do sistema em que nasce, e só pode ser medido e identificado por seus possíveis efeitos de exclusão, segregação e descrédito social (GALINARI, 2020, p. 21).

Em suma, o discurso de ódio pode ser apreendido pela sua dimensão social/coletiva, configurando-se como arma de classe e mecanismo de exclusão, e, com base em teorias retórico-discursivas, pode-se afirmar que os discursos de ódio, portanto, se medem e se identificam pelos seus possíveis efeitos; se marcam pela exclusão, pela violência física e verbal, pela discriminação e pela negação da cidadania em um contexto particular.

Por conta disso, é possível afirmar que a intolerância está, infelizmente, na ordem do dia, em que há a construção e a circulação de uma imagem negativa do outro, da alteridade, do diferente, por meio da desumanização do outro, da anormalidade e do caráter doentio da diferença. Assim, por meio de discursos do excesso, o sujeito do ódio em relação ao estrangeiro, aos maus usuários da língua, é também o sujeito do amor à pátria, à sua língua, ao seu grupo étnico, aos de sua cor, à sua religião, ou seja, a sanção positiva só se aplica aos iguais, a nós; e a sanção negativa se estende, assim, aos diferentes, a eles.

3.1 A escolha e delimitação do *corpus*: as notas de repúdio

Diante do cenário anteriormente descrito é possível supor, então, que temos terreno fértil para o que Angenot (2012) convencionou denominar de discurso social. Para o autor, falar de discurso social é abordar os discursos como feitos sociais e, assim, a partir dessa perspectiva, como feitos históricos.

O simples fato de falar de discurso social no singular (e não simplesmente evocar o conjunto contingente dos discursos sociais) implica que, além da diversidade de linguagens, da variedade de práticas significantes, de estilos e de opiniões, o

pesquisador pode identificar as dominâncias interdiscursivas, as formas de conhecer e significar o conhecido que são características de uma sociedade, e que regulam e transcendem a divisão dos discursos sociais (ANGENOT, 2012, p. 28, tradução nossa; itálico no original)¹⁸.

Conforme Angenot (2012), o discurso social pode ser compreendido como tudo o que se diz e o que se escreve em um dado estado de uma sociedade, tudo o que se produz, tudo o que se fala publicamente ou pode ser ou estar representado nos meios eletrônicos. Ainda de acordo com a sua abordagem, o discurso social une ideias e modos de falar de maneira que o conceito pode ser apreendido como um dispositivo para ocultar, para desviar o olhar, já que serve para legitimar e para produzir um determinado consenso.

O discurso social é o meio obrigatório de comunicação e racionalidade histórica, assim como também é, para alguns, um instrumento de prestígio social, no mesmo nível da sorte e do poder. [...] O discurso social tem “resposta para tudo”, parece permitir falar de tudo e de múltiplas formas, transformando assim o indizível no impensável (absurdo, infame ou quimérico). Para quem abre a boca ou utiliza uma caneta, o discurso social está *sempre já lá* com seus gêneros, seus temas e seus pré-construídos. Será preciso fazer-se ouvir através desse rumor, desse burburinho, dessa facticidade onipresente (ANGENOT, 2012, p. 61, tradução nossa; itálico no original)¹⁹.

Para Angenot (2012), a função mais importante dos discursos sociais é produzir e fixar legitimidades, validações, publicizações; tornar públicos gostos,

¹⁸ No original: “El solo hecho de hablar del discurso social en singular (y no evocar simplemente el conjunto contingente de *los* discursos sociales) implica que, más allá de la diversidad de los lenguajes, de la variedad de las prácticas significantes, de los estilos y de las opiniones, el investigador puede identificar las dominancias interdiscursivas, las maneras de conocer y de significar lo conocido que son lo propio de una sociedad, y que regulan y trascienden la división de los discursos sociales” (ANGENOT, 2012, p. 28, itálico no original).

¹⁹ No original: “El discurso social es el medio obligado de la comunicación y de la racionalidad histórica, así como también es, para algunos, un instrumento de prestigio social, del mismo nivel que la fortuna y el poder. [...] El discurso social tiene “respuesta para todo”, parece permitir hablar de todo y de múltiples maneras, transformando por eso mismo lo no decible en impensable (absurdo, infame o quimérico). Para quien abre la boca o toma una pluma, el discurso social está *siempre ya allí* con sus géneros, sus temas y sus preconstructos. Será necesario hacerse escuchar a través de ese rumor, ese barullo, esa facticidad onnipresente” (ANGENOT, 2012, p. 61, itálico no original).

opiniões e informações. De acordo com o autor, todo discurso contribui no sentido de legitimar práticas e maneiras de ver, no intuito de assegurar benefícios simbólicos, de tal sorte que não há benefícios nem poderes sociais que não possam estar desacompanhados do simbólico.

O retórico e o analista do discurso devem se tornar, a esse respeito, em historiadores e sociólogos, com seus objetos e procedimentos particulares, mas próximos aos do historiador das ideias e aos do sociólogo da opinião, das crenças, dos críticos das ideologias políticas e as do cientista político. O que é dito e escrito nunca é aleatório ou “inocente” (ANGENOT, 2012, p. 176)²⁰.

Diante disso, na perspectiva de Angenot, foi preciso estabelecer uma problemática e uma metodologia suscetíveis de esclarecer a totalidade daquilo que se escreve e se difunde em um dado momento, em um determinado estado de sociedade. Na sua concepção, acerca da teoria do discurso social, o recorte foi a França do final do século XIX, em que buscou considerar aquilo que se dizia e se escrevia, e que compreendia todos os setores, todas as disciplinas, todos os campos discursivos, de modo que

A História das ideias, que conjugo, de minha parte, com a Análise do discurso, enquanto constituintes de uma mesma disciplina, engloba dois tipos de abordagens, ao mesmo tempo distintas e complementares e igualmente legítimas uma em relação à outra: essa disciplina aborda tanto as evoluções e os devires - o estudo das diacronias - quanto a descrição em recorte temporal de um estado da cultura intelectual - o estudo da coexistência e da interação de “ideias” colocadas em discurso, de representações e de crenças na sincronia (ANGENOT, 2016, p. 199).

²⁰ No original: “El retórico y el analista del discurso deben convertirse, en este aspecto, en historiadores y sociólogos, desde luego con sus objetos y procedimientos particulares, pero cercanos a los del historiador de las ideas y a los del sociólogo de la opinión, de las creencias, a los del crítico de las ideologías políticas y los del politólogo. Lo que se dice y se escribe nunca es aleatorio ni ‘inocente’” (ANGENOT, 2012, p. 176).

Assim, conforme a proposta de Angenot, pode-se apreender que há objetos temáticos e formações discursivas infinitamente diversas que, conseqüentemente, se estabelecem em função de seu estatuto social e de seus destinatários. Para o autor, é possível levar em consideração tanto a configuração de doutrinas políticas e sociais que se afrontam quanto os murmúrios periféricos de grupos dissidentes. Ou seja,

A linguagem seria, por natureza, totalitária, e a imposição total dos dizíveis, sob a enganosa aparência de “liberdade de pensar”, jamais produziria outra coisa senão a servidão voluntária; colocaria na boca dos indivíduos as palavras pelas quais acreditam escapar de seu condicionamento. O discurso social, na sua diversidade falsamente iridescente, seria apenas um dispositivo implacável do monopólio da representação, onde qualquer divergência seria cedo recuperada, neutralizada, levada apesar de si a contribuir para a reprodução indefinida dos poderes simbólicos (ANGENOT, 2010, p. 38-39, tradução nossa)²¹.

Além disso, é preciso ter em vista que todo debate pressupõe um acordo prévio sobre a existência de um dado fato, e que merece ser debatido, diante de um denominador comum que servirá de base para determinadas polêmicas.

Nesse sentido, tentei apresentar não um sistema estático, mas sim o que chamei de hegemonia, concebida como um conjunto complexo e, por vezes, contraditório de regras prescritivas de diversificação dos dizeres e, simultaneamente, de coesão, de adesão e de integração. Com essa noção, compreendo que os gêneros e os discursos não formam complexos impermeáveis uns aos outros. Os enunciados que se dispersam na sociedade não devem ser tratados como unidades autônomas, mas sim como “elos” de cadeias dialógicas. Assim, os enunciados não são independentes nem autossuficientes, antes são reflexos uns dos outros e estão plenos de ecos e de memórias. Em suma, os

²¹ No original: “El lenguaje sería, por naturaleza, totalitario, y la imposición total de los decibles, bajo la apariencia engañosa de la ‘libertad de pensar’, jamás produciría otra cosa que la servidumbre voluntaria; pondría en boca de los individuos las palabras mediante las cuales estos creen escapar a sus condicionamientos. El discurso social, en su diversidad falsamente tornasolada, sólo sería un dispositivo implacable del monopolio de la representación, donde toda divergencia pronto se vería recuperada, neutralizada, llevada a pesar de sí misma a contribuir a la reproducción indefinida de los poderes simbólicos” (ANGENOT, 2010, p. 38-39).

enunciados são perpassados pela visão do mundo, pelas tendências e pelos valores e teorias da época.

O fato de falar do discurso social no singular - e não invocar simplesmente o conjunto contingente dos discursos sociais - implica, além da divisão do trabalho, da diversidade das linguagens, da variedade das práticas significantes, dos estilos e das opiniões, a possibilidade de o pesquisador identificar recorrências, maneiras de conhecer e de significar o que é o *próprio* desse estado da sociedade e o que transcende a divisão dos discursos: é isso que denomino *hegemonia*.

Vemos aqui se esboçarem as noções de intertextualidade (como circulação e transformação de “ideologemas”, ou seja, de pequenas unidades significantes dotadas de aceitabilidade difusa em uma dada *doxa*) e de interdiscursividade (como interação e influência dos axiomas de discurso). Essas noções demandam a pesquisa de regras ou de tendências, que não são de modo algum universais, mas que são igualmente suscetíveis de serem definidas, de serem identificadas em um dado estado do discurso social (ANGENOT, 2016, p. 203, *itálico no original*).

Diante disso, ao considerar o discurso social como reflexo, como produto de uma sociedade, é possível apreender, portanto, que o discurso social de uma época se organiza em setores canônicos, reconhecidos, centrais. Nas margens, na periferia, desses setores de legitimidade dentro de um antagonismo explícito, se estabelecem “dissidências”: é, aqui, aparentemente, que deve-se buscar pelo heterônimo dessa sociedade.

No discurso social, há sem dúvida uma hegemonia transdiscursiva que tende a hegemonizar as práticas, a impor temas comuns, a arbitrar entre gêneros e setores. Há também um “movimento”, desestabilizações, confrontos, mais ou menos superficiais, ou mesmo radicais. Em outras palavras, a contemporaneidade dos discursos sociais deve ser percebida como uma realidade complexa e parcialmente heterogênea, onde se inscreve a própria história dos discursos particulares, sua relativa autonomia, suas próprias tradições e seus ritmos de evolução (ANGENOT, 2010, p. 93, tradução nossa)²².

²² No original: “En el discurso social existe, sin duda, una hegemonia transdiscursiva que tiende a hegemonizar las prácticas, a imponer temas comunes, a arbitrar entre los géneros y los sectores. Hay también una ‘movida’, desestabilizaciones, enfrentamientos, más o menos superficiales, o bien, radicales. Dicho de otra forma, la contemporaneidad de los discursos sociales debe ser percibida como una realidad compleja y parcialmente heterogénea, donde se inscribe la historia misma de los discursos particulares, su relativa autonomía, sus tradiciones propias y sus ritmos de evolución” (ANGENOT, 2010, p. 93).

As reflexões elaboradas por Angenot, em alguma medida, conduzem às observações delineadas por Possenti (2009) acerca da noção de interdiscurso, ao ancorar-se em Pêcheux, Courtine e Maingueneau. Com base nisso,

Vejamos o que parece consensual. Em Charaudeau & Maingueneau (2002), o verbete “interdiscurso” é apresentado com um sentido restritivo (conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação explícita ou implícita). No mesmo verbete, um subitem refere-se ao “primado do interdiscurso”, uma tese da escola francesa, tanto em teoria quanto em análise. Tal primado implica que uma FD [formação discursiva] produz o assujeitamento do sujeito na medida em que cada FD é denominada pelo interdiscurso e exclui que sejam colocadas em contraste FDs consideradas independentemente umas das outras (POSSENTI, 2009, p. 154, colchetes acrescentados).

Avançando nas suas ponderações, Possenti afirma que

Maingueneau apresenta uma noção de interdiscurso menos pomposa, mas mais operacional e mais produtiva. Segundo ele, “é necessário afinar este termo muito vago para nosso propósito e substituí-lo por uma tríade: *universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo*” (p. 27)²³.

Por “universo discursivo”, o autor entende o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. Este universo discursivo representa necessariamente um conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em sua globalidade. É de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de ser estudados, os “campos discursivos”. A noção de universo discursivo proposta por Maingueneau recobre, é mais ou menos equivalente, à noção de interdiscurso de Pêcheux.

Por “campo discursivo”, Maingueneau entende um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo, seja em confronto aberto, em aliança, na forma de neutralidade aparente etc... em discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela

²³ Cf. Maingueneau (1984), p. 27-30.

deve ser preenchida. Pode tratar-se do campo político, filosófico, dramaturgicamente, gramatical etc... Esse recorte em “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas. Não se trata de delimitações evidentes.

[...]

Finalmente, Maingueneau propõe isolar *espaços discursivos*, isto é, subconjuntos de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente para seu propósito. Tais restrições devem resultar apenas de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir (POSSENTI, 2009, p. 162-163, itálico no original).

Considerando esses aspectos, conforme a abordagem proposta por Angenot acerca do discurso social, interdiscursividade implica interdisciplinaridade. Em outras palavras,

O discurso social deve, assim, ser considerado como uma justaposição de campos discursivos, linguagens marcadas e propósitos estabelecidos e reconhecidos, onde circulam por um trânsito, mais ou menos oculto, os principais paradigmas de uma dada hegemonia.

Aparecem aqui as noções de *intertextualidade* (como circulação e transformações de ideologemas, isto é, de pequenas unidades significantes dotadas de aceitação difusa em uma dada doxa) e de *interdiscursividade* (como interação e influências da axiomática de discursos contíguos). Essas noções requerem a investigação de regras ou tendências, nada universais em si mesmas, mas capazes de definir um determinado estado do discurso social (ANGENOT, 2010, p. 95, tradução nossa, itálico no original)²⁴.

²⁴ No original: “El discurso social debe así considerarse como una yuxtaposición de campos discursivos, lenguajes marcados y finalidades establecidas y reconocidas, donde un tráfico, más o menos oculto, hace circular los principales paradigmas de una hegemonía dada.

Se ven aparecer aquí las nociones de *intertextualidad* (como circulación y transformaciones de ideologemas, es decir, de pequeñas unidades significantes dotadas de una aceptación difusa en una doxa dada) y de *interdiscursividad* (como interacción e influencias de las axiomáticas de discursos contiguos). Estas nociones exigen la investigación de reglas o tendencias, de ninguna manera universales en sí mismas, pero susceptibles de definir un estado dado del discurso social” (ANGENOT, 2010, p. 95, itálico no original).

Tendo em vista, então, esse arcabouço teórico-metodológico propiciado pela Análise do Discurso, em diálogo com a concepção de discurso social estabelecida por Angenot, e, ao considerar a pandemia de Covid-19 em seu contexto brasileiro, se dá a possibilidade de apresentar uma análise acerca da circulação de textos no Brasil contemporâneo: as **notas de repúdio**. A coleta desses textos foi realizada de modo *on-line*, através dos resultados apresentados na busca pela expressão “nota de repúdio” no *site Google*. Foram selecionados aleatoriamente cerca de 30 exemplares, que, após uma leitura, 05 deles foram elegidos como o *corpus* a ser analisado adiante.

Basicamente, notas de repúdio são textos que se configuram como uma carta de recusa, de não aceitação de algum evento ou pronunciamento, que circulam socialmente, têm seu emissor identificado, geralmente apresentam um breve embasamento do tema, mencionando o evento que lhes deu origem e que, portanto, deve(rá) ser repudiado. Constituem-se como discursos de contraposição a um discurso prévio, costumam ser textos datados e assinados e apresentam o posicionamento de um grupo ou ente público sobre um determinado assunto polêmico ou suposto ataque a direitos.

Diante disso, vale recuperar os sentidos do substantivo ‘repúdio’ e do verbo ‘repudiar’, nas acepções consagradas nos dicionários. A seguir, estão dispostas as definições para repúdio²⁵ e repudiar²⁶ conforme o dicionário *Aulete Digital*.

repúdio

(**re.pú.di:o**)

sm.

1. Ação ou resultado de repudiar
2. Jur. Não aceitação, rejeição [Antôn.: aceitação, acolhimento]
[F.: Do lat. *repudium*, *ii*. Hom./Par.: *repúdio* (sm.), *repudio* (fl. de *repudiar*).]

repudiar

(**re.pu.di.ar**)

v.

²⁵ Disponível em: <https://www.aulete.com.br/rep%C3%BAdio>. Acesso em: 14 out. 2021.

²⁶ Disponível em: <https://www.aulete.com.br/repudiar>. Acesso em: 14 out. 2021.

1. Não admitir ou não aceitar; CONDENAR; REPELIR: "...repudia a tentação; precisava estar seguro..." (Lima Barreto, *Clara dos Anjos*)
2. Deixar ao desamparo; ABANDONAR; DESAMPARAR: "...repudia sua mulher (...) e fecha-se incestuosamente com Herodíade..." (Eça de Queirós, *A relíquia*)
3. Separar-se legalmente de (o cônjuge); DIVORCIAR-SE
[F.: Do v.lat. *repudiare*. Ant. ger.: *aceitar*, *acolher*.
Hom./Par.: *repudio* (fl.), *repúdio* (sm.); *repudiáveis* (fl.), *repudiáveis* (pl. de *repudiável* [a2g.].)]

Considerando o que Angenot (2012) propõe, que o discurso social oferece possibilidades de compreender que determinados textos circulam somente a partir de características de uma dada sociedade e não de outra, é com esse olhar que as notas de repúdio foram observadas; esses textos emergem como contraponto a discursos anteriormente colocados em cena, ou seja, eles apontam para uma resposta a um dado comportamento social prévio.

Além disso, como não há, nos domínios dos estudos linguísticos, uma definição consolidada de notas de repúdio como gênero discursivo e/ou textual, sugere-se conceber esses textos como exemplares de um discurso de desvelamento, levando em conta a noção de *atopia discursiva*, tal como proposta por Maingueneau (2010). Conforme o autor, ao se observar o mundo contemporâneo, é possível perceber a existência de práticas discursivas que, em alguma medida, podem constituir-se de modo problemático. Assim, o conceito de *discurso atópico* se dá diante de uma produção discursiva tolerada, clandestina, noturna. Para exemplificar a atopia discursiva, Maingueneau se vale do discurso pornográfico, que se materializa em práticas verbais constantemente atestadas, porém silenciadas.

O contraste entre atopia e paratopia é interessante. Os discursos "paratópicos" participam da sociedade (existem igrejas, faculdades de letras, laboratórios...), mas eles só o fazem porque se colocam para além dessa sociedade, porque possuem uma fronteira com o indizível e o Absoluto, porque seus locutores de maior prestígio são movidos por alguma força transcendente. Como esses discursos, o discurso pornográfico joga com a fronteira do espaço social, mas não é da mesma fronteira que se trata: enquanto os discursos paratópicos têm "direito de cidadania" (ou melhor, fundam o direito de a cidade ser uma cidade), a produção pornográfica não é reconhecida pela cidade: idealmente, a sociedade não tem obrigação de

saber que ela existe, tampouco de conceder-lhe um lugar e jamais haverá de erigir uma estátua a seus autores (MAINGUENEAU, 2010, p. 166).

Ainda segundo Maingueneau, em contraponto aos discursos atópicos, a *paratopia* desempenha papel essencial diante do que denomina como “discursos constituintes”.

O produtor de discurso constituinte é, desse modo, alguém cuja enunciação se constrói por meio da impossibilidade mesma de atribuir para si um verdadeiro lugar, alguém que alimenta sua criação com o caráter radicalmente problemático de seu próprio pertencimento à sociedade. Por intermédio de sua fala, ele deve gerir uma posição *insustentável*, segundo as regras de uma economia paradoxal na qual se trata de, em um mesmo movimento, eliminar e preservar uma exclusão que é simultaneamente o conteúdo e o motor de sua criação. Produzir um texto constituinte significa, em um único gesto, produzir um texto e construir as condições que permitem produzi-lo.

Se toda paratopia minimamente expressa o pertencimento e o não pertencimento, a impossível inclusão em uma “topia”, podemos classificar os tipos de paratopia que um produtor de discurso constituinte é suscetível de explorar. A paratopia pode assumir a forma de alguém que *se encontra em um lugar que não é o seu*, de alguém que *se desloca de um lugar para outro sem se fixar*, de alguém que *não encontra um lugar*; a paratopia afasta esse alguém de um grupo (paratopia de *identidade*), de um lugar (paratopia *espacial*) ou de um momento (paratopia *temporal*). Acrescentem-se ainda as paratopias *linguísticas*, cruciais para o discurso literário, que caracteriza aquele que enuncia em uma língua considerada como não sendo, de certo modo, sua língua (MAINGUENEAU, 2010, p. 161, itálico no original).

Ou seja, tendo em mente esses aspectos, é possível perceber que a circulação das notas de repúdio selecionadas se dá de modo que esses textos se ancoram no discurso acadêmico, no discurso científico e no discurso político, de maneira geral, e, particularmente, no discurso sanitário, de tal sorte que configuram-se como um fenômeno linguístico-discursivo relevante frente a atitudes ou declarações do Presidente da República que denotam uma política contrária à saúde coletiva, às prescrições da ciência, na condução do seu mandato e, sobretudo, diante de uma grave crise sanitária, em que há a constatação de que sua política só se torna possível em meio ao dissenso, ou seja, Bolsonaro desconhece ou refuta o consenso. A fim de verificarmos esse comportamento, elegemos cinco exemplares desses textos.

3.2 As notas de repúdio: o *corpus* em análise

Esta seção dedica-se à apresentação e à análise do *corpus* delimitado segundo a fundamentação teórico-metodológica explicitada anteriormente. Para proceder à análise das notas de repúdio selecionadas, recorre-se às reflexões que vimos discutindo acerca de violência, linguagem totalitária, discurso social, discurso de ódio, com vistas a verificar o estabelecimento desses textos diante da noção de *discurso atópico*, conforme será explanado adiante.

3.2.1 Nota 1: Nota de repúdio e de alerta à população - ASFOC-SN (Anexo 1)

Na data de 16 de abril de 2020, o Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (ASFOC-SN), fundado sob o nome de Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (ASFOC), veiculou uma *Nota de repúdio e de alerta à população* (ASFOCSN, 2020). Nesse texto, relativamente longo para uma nota, a entidade aborda o acontecimento da demissão do ocupante da cadeira do Ministério da Saúde do Governo Federal à época, Luiz Henrique Mandetta, além de se manifestar acerca de declarações do Presidente da República no tocante à condução das medidas sanitárias envolvendo a pandemia. Eis o primeiro parágrafo do texto:

A Asfoc-SN vem a público **mais uma vez manifestar** o seu **completo desagrado** com a **forma irresponsável** como o presidente da República vem lidando com a pandemia que **ameaça** a vida de todos e o futuro do país. Não bastam os **péssimos exemplos**, as **declarações estapafúrdias** ou a escolha de **estratégias cruéis e desprovidas** de amparo científico. Bolsonaro, além de **não contribuir** com **absolutamente nada de positivo**, **atrapalha** os **esforços de articulação e coordenação** das demais autoridades do país, procurando **desestabilizar** governadores, prefeitos, o Ministério da Saúde e suas instituições. Atitudes que também **se contrapõem** às iniciativas da sociedade civil que busca se organizar para **enfrentar** uma **ameaça** que, **embora qualificada por ele de “resfriadinho”**, a cada dia faz mais vítimas e demonstra quanto **sofrimento e prejuízos** é capaz de causar (ASFOCSN, 2020, destaques em negrito nossos).

O tom empregado pela nota ao longo de todo o texto se mostra bastante contundente, conforme se pode verificar na utilização de diversos mecanismos linguísticos: a) emprego particular do léxico tais como: a.1) adjetivos predicadores como **completo desagrado, forma irresponsável, péssimos exemplos, declarações estapafúrdias, escolha de estratégias cruéis**; a.2) verbos que indicam atitudes do sujeito: **manifestar, ameaçar, atrapalhar, desestabilizar, contrapor-se, enfrentar**; a.3) substantivos semanticamente ligados a eles como **ameaça, sofrimento, prejuízo**; a.4) marcadores de reiteração, expressões adverbiais como: **mais uma vez...**; b) heterogeneidade mostrada - citação direta do discurso do Presidente: **resfriadinho, Alguns vão morrer. Paciência, imunização de rebanho, gripezinha que não justifica a histeria.**

Como se pode observar pela leitura, a questão não é propriamente a extensão da nota, mas seu caráter híbrido. Ela atende ao protótipo do gênero *nota de repúdio*, mas vai além e apresenta uma argumentação densa e circunstanciada acerca do quadro da pandemia no país e no mundo, já que está fundamentada em dados confiáveis, públicos e técnicos; em última instância, científicos.

É interessante observar que, já em seu início, o texto aponta que essa não é a primeira vez que a entidade emite um posicionamento acerca de ações governamentais sobre o tema: “A Asfoc-SN vem a público mais uma vez (a.4) manifestar...” [grifo nosso]. Ou seja, é possível apreender que tanto as ações institucionais como as ações do Presidente da República não só se dão de forma reiterada mas também de modo equivocado, afinal, não se trata apenas de ser inerte; as atitudes concretizadas frente à pandemia se dão de forma deliberada no sentido de que o pior ou o mais trágico possa se efetivar.

Além disso, há também a recuperação de algumas declarações irônicas e infelizes emitidas pelo Presidente da República, de que os efeitos do coronavírus seriam relativamente amenos, não indo além de um mero “resfriadinho”; “Alguns vão morrer. Paciência”. O uso das aspas, nesses casos, serve tanto para marcar a voz do Presidente, em citação direta, como também para destacar a recusa do endosso por parte da ASFOC, produzindo um efeito irônico. Tal atitude de Bolsonaro contribuiu para uma articulação pouco eficiente entre União, Estados e municípios no enfrentamento da pandemia, sobretudo

quando vemos a desqualificação das instituições científicas e de medidas que, na altura, eram os únicos meios possíveis para combater e arrefecer os números assombrosos em relação ao vírus. Assim, a nota avança:

Nós, da Asfoc-SN, não somos defensores incondicionais do ex-ministro e muito menos participamos de suas posições políticas. Entretanto, **consideramos** completamente **descabida** uma demissão em meio ao **combate** à pandemia e em um momento em que ela se **agudiza**. Uma demissão que tem por objetivo abrir passagem para o **afrouxamento** do isolamento horizontal, a medida mais eficaz de que dispomos para **reduzir** o número de vítimas, a **transmissão** e o **ritmo** de propagação da Covid-19. Essa é, certamente, a razão principal da demissão do ministro da Saúde. É sobre esse aspecto que buscamos lançar luz. É isso que está por trás da chamada “imunização de rebanho” defendida por Bolsonaro em **contraposição** aos especialistas e pesquisadores da saúde pública. **Consideramos inadmissível**, humanamente **inconcebível** e **temerário** abrir caminho para uma patologia que, ao contrário do que se acreditava inicialmente, tem levado à morte não somente os ditos vulneráveis, mas também um número elevado de jovens, muitos deles sem quadro de comorbidades. Colocar **deliberadamente** em **risco** a população como um todo sob o **falso pretexto de proteger** somente os vulneráveis é, na nossa visão, um ato que **atenta contra** a responsabilidade e a ética pública (ASFOCSN, 2020, destaques em negrito nossos).

Ao avançar na observação dessa nota, tem-se a abordagem da demissão do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, suas possíveis causas, revelando, portanto, que na condução das políticas que buscavam dirimir os efeitos da pandemia no Brasil, as atitudes de Bolsonaro destoavam das ações e dos discursos que o ocupante da pasta de Saúde propalava, de que era necessário conter o avanço do vírus com base em ações respaldadas pela ciência, como o uso de máscaras faciais e o distanciamento social. É interessante perceber que, no início do trecho, a entidade deixa marcada textualmente a sua voz: “Nós, da Asfoc-SN,...”, “consideramos”; além disso, ainda no sentido de deixar marcada a posição que se quer fazer reconhecer, há o uso de adjetivos com o propósito de desqualificar como **descabida**, **inadmissível**, **inconcebível** e **temerário** a atitude presidencial.

Seguindo adiante, a nota lança luz sobre a estratégia de governar de Bolsonaro, em que não há pudor ao desqualificar seu subordinado, seja ele quem for, ações relativamente recorrentes do Presidente às quais a imprensa

brasileira frequentemente menciona como sendo um ato de “fritura pública”. Tal atitude não foi utilizada apenas no episódio da demissão de Mandetta, ela é um *modus operandi* do Presidente sempre que é identificado um detrator, seja da pessoa de Bolsonaro, seja da sua política ou forma de conduzir seu mandato. Nesse trecho da nota sob análise, isso é categorizado por meio de adjetivos como **reprováveis**, **pífia** e **constrangedor**, além de apontar como sendo incomum sua falta de desprendimento e espírito público.

As ações **reprováveis** do chefe do Executivo atingiram **um grau incomum de falta de desprendimento e espírito público** com a demissão do ministro da Saúde em meio a um quadro **delicado** de **combate** à propagação da Covid-19. Uma demissão por ele **construída com fogo contínuo expresso em desautorizações explícitas** às determinações do ministro e sua equipe. Uma demissão cujos motivos, o discurso oficial, apesar de procurar **minimizar** e **não revelar**, se mostra **incapaz de esconder**. O que vimos na coletiva concedida pelo presidente da República foi uma **tentativa de explicar o inexplicável**. Uma **justificativa pífia e desprovida de argumentos razoáveis**. Um **recuo** do presidente em **explicitar** a **polarização** que ele mesmo estabeleceu de **modo tão contundente** em suas declarações anteriores entre proteção à vida e economia. Assistimos a um **constrangedor malabarismo discursivo**. Uma atitude **raramente** vista em países onde o **bom senso orienta as ações dos governantes** (ASFOCSN, 2020, destaques em negrito nossos).

Este trecho evidencia, portanto, que o atual governo não possui a habilidade de administrar levando em consideração o consenso; ao contrário, a estratégia que advém do Palácio do Planalto só consegue se concretizar perante o dissenso, o que pode ser apreendido a partir de trechos como “Uma demissão por ele construída com fogo contínuo expresso em desautorizações explícitas às determinações do ministro e sua equipe”; ou então “Uma justificativa pífia e desprovida de argumentos razoáveis”; o que a entidade define como sendo “um constrangedor malabarismo discursivo”. Essa passagem da nota, então, nos conduz às reflexões de Amossy (2017), quando a autora pondera a propósito do embate entre consenso e dissenso:

As dissensões persistentes são consideradas como perturbações à harmonia social e entraves ao processo de tomada de decisão. Daí decorrem as inúmeras condenações à polêmica, isto é, ao choque muitas vezes brutal de opiniões

contraditórias que acentuam as diferenças em vez de procurar um consenso viável voltado para a ação comum. Enquanto, de um lado, o debate é necessário, porque permite uma troca de opiniões divergentes sobre uma mesma questão que pretende chegar a um acordo da maioria, por outro lado, a polêmica aparece como supérflua, e mesmo nociva, na medida em que parece buscar o dissenso, e não o consenso (AMOSSY, 2017, p. 230).

Segue-se, então, adiante com a abordagem da nota em análise.

Orientado **exclusivamente** pelo seu **instinto de sobrevivência política**, Bolsonaro **se agarra** ao grupo mais **radical** e à sua **dependência** em relação a Donald Trump. Para ele [Bolsonaro] e seu grupo de **apoiadores** não **importam** a ciência ou os **apelos** por considerações de ordem **humanitária**. Não **importam** as nossas vidas ou as de nossos parentes, vizinhos e conhecidos. **“Alguns vão morrer. Paciência”**, disse o presidente mais de uma vez, enquanto **afirmava** que a pandemia era uma **“gripezinha que não justificava a histeria”** da Organização Mundial de Saúde, dos **líderes** mundiais, das **autoridades sanitárias** locais, dos governadores e prefeitos, e da população que **aderiu** ao **isolamento voluntário**. Para o presidente e seus **apoiadores**, somos apenas números **manipulados** em uma linha de **argumentos falsa** e **dissimuladora**, destinada a manter tudo como antes com **cortes** de direitos, **ataques** ao serviço público, **privatizações** e **alinhamento** automático com os EUA. Não há **preocupação real** com nossas vidas, com nossos empregos ou mesmo com uma economia que sirva a todos. O **cálculo frio** e **desumano** leva em consideração que existe gente demais e falta emprego e Estado para atender a todos (ASFOCSN, 2020, destaques em negrito nossos).

Há a recuperação de declarações realizadas por Bolsonaro, novamente, no sentido de refutar orientações que poderiam amenizar a propagação do vírus e, conseqüentemente, o número de vítimas fatais. O recurso discursivo da retomada da fala, por meio de citação direta das palavras do Presidente, ao invés de buscar apenas a fidedignidade e precisão do pronunciamento, produz o efeito de sentido de evidenciar a falta de empatia e de senso de humanidade do mandatário, apresentando-o sem mediação ao crivo dos leitores.

Percebe-se, como se vê, um total descaso em relação à vida humana, em relação ao outro. Além disso, também há menção à política de austeridade conduzida pelo Governo desde que assumiu, no início de 2019. Ou seja, conforme a nota, ao se valer de “uma linha de argumentos falsa e dissimuladora”,

há o esforço de fazer prevalecer o que se define como “Estado mínimo”, em que se busca reduzir ao máximo possível a atuação do Estado na promoção de políticas públicas, sobretudo voltadas à camada mais vulnerável da população. No caso do Brasil em particular, há um constante desmerecimento do trabalho dos servidores públicos, sobretudo aqueles ligados às universidades e aos institutos de pesquisa, bem como a iminência de concessões e privatizações de empresas públicas, alegando prejuízo aos cofres públicos, o que, segundo a nota, configura-se como “cortes de direitos”, além de um “cálculo frio e desumano” que leva em consideração que há gente demais, falta emprego para todos e que o Estado não possui condições para atender toda a população.

Portanto, seja na elaboração de estratégias para combater um evento extremo, como é o caso da pandemia de Covid-19, seja na abordagem dos assuntos inerentes ao dia a dia de uma nação, nota-se que a população brasileira está abandonada à própria sorte, de modo que conseguimos recuperar o raciocínio de Butturi Junior (2020), mencionado anteriormente, quando verifica de forma generalizada discursos que materializam indiferença no tocante à morte, bem como o terror como estratégia, não apenas na gestão da crise sanitária que assola o país, mas também no cotidiano brasileiro, por meio de condutas que promovam o negacionismo científico e concretizem a necropolítica.

Considerando aspectos trazidos à tona por essa primeira nota de repúdio, em que se percebem elementos quanto à gestão deliberadamente ineficiente de medidas sanitárias no combate à pandemia, é possível visualizar características de ordem mais geral da política bolsonarista enquanto modo de governar. Isso nos remete uma vez mais às palavras de Amossy (2017) ao associar a questão da polêmica aos estudos do discurso e da argumentação. Para a autora, as funções da polêmica na democracia não são estranhas à Análise do Discurso, já que, nos domínios discursivos, estamos no entrecruzamento do formal com o social, em seus aspectos sociais, institucionais e políticos. Assim, para Amossy,

Combinar as práticas que tiveram origem na análise do discurso e na argumentação retórica permite responder às indagações que a polêmica suscita sempre: qual é a natureza do discurso polêmico, o que o torna singular? Mas também: como a polêmica, com sua veemência, se inscreve no quadro do debate público, em que medida ela se afasta de suas normas

declaradas, quais são seus objetivos e suas implicações? Em resumo, trata-se de definir a polêmica como fenômeno verbal, de ver como ela funciona, e verificar que papéis é chamada a desempenhar no espaço público contemporâneo (AMOSSY, 2017, p. 228).

Diante desses questionamentos pode-se levar em consideração a combinação entre análise do discurso e retórica no sentido de explorar e contribuir para o entendimento do discurso polêmico nas suas facetas sociais, linguísticas e, conseqüentemente, discursivas. Então, ao verificar-se a circulação das notas de repúdio como resposta às declarações do Presidente da República no enfrentamento da pandemia, há um exemplo do uso que os sujeitos fazem da língua(gem) em contexto; se está, portanto, diante de trocas verbais, da ação do homem no mundo e dos reflexos dessas ações sobre a vida de outros homens.

Em alguma medida pode-se ter em vista, então, a análise de Mari (2000) ao abordar a questão do consenso/dissenso discursivo, considerando as suas condições de emergência na dimensão linguística e enunciativa. Para Mari,

quanto mais as expectativas sobre os sentidos socialmente disseminados apontam para o dissenso, tanto mais armamos trincheiras para combatê-lo, tanto mais ainda sofisticamos os nossos instrumentos para vesti-lo de consenso, porque, em nenhum momento, queremos deixar que os sentidos escapem de um domínio do racional (MARI, 2000, p. 142).

Em outras palavras, para o autor,

Desmontar ou sustentar farsas, consagrar ou refutar elogios, ratificar ou retificar críticas, denunciar ou abonar injustiças são procedimentos que representam valores relativos, os quais utilizamos como forma de ajustamento do discurso. Entre os valores absolutos dessas escalas existe uma infinidade de outros valores praticáveis na nossa atividade discursiva (MARI, 2000, p. 155).

Sendo assim, a busca pela harmonia, pelo acordo, pelo consenso deveria ser privilegiada nas relações humanas uma vez que é necessário que consigamos, como maioria, concordar sobre os mais diversos aspectos da vida em sociedade, tendo como pressuposto que diferentes práticas discursivas são capazes de direcionar as relações humanas e os interesses públicos. Ou seja, segundo Amossy,

Para desqualificar o discurso do outro, a polêmica recorre a um conjunto de procedimentos discursivos e retóricos: a negação, os jogos sistemáticos de oposição, a marcação axiológica (avaliação em termos de Bem/Mal), a reformulação, o manejo direcionado do discurso relatado, a ironia, a hipérbole etc. Todas as armas são boas para o embate (AMOSSY, 2017, p. 231).

Está em funcionamento, desse modo, uma polarização - por meio da polêmica, do dissenso, da argumentação ou ainda de palavras de ordem -, onde há o estabelecimento de antagonistas que necessitam provocar uma hostilidade mútua, diante da presença de um “nós”, que frequentemente está em desacordo com um “eles”, que deve ser combatido, por meio do descrédito à tese ou à pessoa do outro. Eis, assim, a definição das características essenciais de Jair Bolsonaro ao encarnar a posição de Presidente da República, conforme pode-se verificar na condução da crise sanitária que tem assolado o Brasil e o mundo.

Isso nos remete, em alguma medida, às reflexões de Rancière (2018) a propósito do desentendimento entre os homens. Para o autor,

Por “desentendimento” entenderemos um tipo determinado de situação de fala: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que o outro diz. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. A generalidade da fórmula exige evidentemente algumas precisões e obriga a fazer distinções. O desentendimento não é o desconhecimento. O conceito de desconhecimento pressupõe que um ou outro dos interlocutores ou os dois - pelo efeito de uma simples ignorância, de uma dissimulação concertada ou de uma ilusão constitutiva - não saibam o que um diz ou o que diz o outro. Tampouco é o mal-entendido produzido pela imprecisão das palavras (RANCIÈRE, 2018, p. 10).

Sumarizando a análise dessa nota da ASFOC, pode-se considerar que ela cumpre o gênero *nota de repúdio*, mas vai além e também se configura como um artigo de esclarecimento, de divulgação das questões de saúde ligadas à pandemia. O motivo deflagrador é a demissão do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, se quisermos - o interdiscurso, que será utilizado para a avaliação da gestão governamental das medidas sanitárias para conter a

pandemia - a argumentação, o teor propriamente dito. Mas não só. O recurso geral da nota é a argumentação através da desconstrução do discurso do Presidente, pela sua retomada direta em muitos casos, através de ironia, (des)qualificação adjetival, tese opositora avalizada cientificamente. A nota aponta a inabilidade, e mesmo a incompetência, da gestão governamental acerca da política de saúde coletiva, mas também da gestão social e econômica do governo e demonstra que as razões de atribuição dos cargos pelo Poder Executivo não são a capacidade técnica, nem a competência do indicado, mas o endosso e a obediência às opiniões de Bolsonaro. O tom da nota é franco, claro e explícito quanto ao conteúdo e quanto à posição dos signatários.

3.2.2 Nota 2: Repúdio: Nota sobre a ocultação e manipulação dos dados oficiais sobre a Covid-19 - SBI, ABC, SBPC e demais associações científicas (Anexo 2)

No dia 08 de junho de 2020, a Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI) veiculou uma breve nota de repúdio que havia sido elaborada inicialmente pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), em conjunto com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O texto, cujo título é *Repúdio: Nota sobre a ocultação e manipulação dos dados oficiais sobre a Covid-19* (SBI, 2020), foi subscrito por mais de 60 entidades e instituições de todo o país e enviado ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da pasta, além do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Segue o primeiro trecho dessa nota:

Na noite de sexta feira, 5 de junho de 2020, **foi retirado o acesso ao portal do governo federal que divulga** os dados diários da COVID-19. O referido portal foi reaberto no sábado, 6 de junho de 2020, contendo **informações reduzidas**, com a justificativa de adoção de nova sistemática de contabilização de casos e óbitos causados pela doença. A **atitude** do Governo em **não revelar** os dados da pandemia permite a **manipulação das informações** sobre a evolução da COVID-19 no país e **impede o acompanhamento e a contenção** da doença que tem afetado centenas de milhares de brasileiros. Um **cenário de desinformação** contribui para que a população se sinta **abandonada à sua própria sorte**. A

ocultação de dados prejudica também a programação para volta de atividades e circulação de pessoas, **impactando** o planejamento econômico para a saída da recessão, e **atenta contra a imagem do Brasil no exterior** (SBI, 2020, destaques em negrito nossos).

Considerando a escalada da pandemia no país, essa nota faz menção à restrição de acesso aos dados sobre a Covid-19 imposta pelo Governo Federal. Há o uso de verbos como **retirar, divulgar, revelar, impedir, prejudicar, atentar**; substantivos como **acesso, informações, atitude, manipulação, acompanhamento, contenção, cenário, desinformação, ocultação**; ainda que o tom empregado nesse texto seja relativamente mais ameno do que no anterior, há uma crítica explícita a propósito da ocultação de dados da Covid-19 promovida pelo Governo Federal, ou seja, o mote dessa nota é a retirada, em 05 de junho de 2020, do acesso ao portal governamental em que se dava a divulgação dos dados diários da Covid-19. O texto está assinado por mais de 60 Instituições ligadas à ciência.

Tal atitude governamental colocou em dúvida a fidedignidade das informações que, a princípio, deveriam estar sob a responsabilidade do Ministério da Saúde. Em resposta, veículos da mídia hegemônica brasileira, como *O Estado de S. Paulo*, *Extra*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, e os portais de notícias *G1* e *UOL*, formaram uma parceria no sentido de consolidar as estatísticas a respeito da evolução e do total de óbitos, além dos números absolutos de casos testados e confirmados como positivos para coronavírus. Isso se deu devido a mudanças feitas pelo Ministério da Saúde na divulgação de seu balanço, em que foram identificadas inconsistências, tendo em vista que havia sido verificada uma suposta diminuição dos números de casos e de vítimas.

Normalmente, os dados referentes à pandemia no contexto brasileiro vinham a público por meio de entrevistas coletivas, sempre às 17h, concedidas pelo então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Posteriormente, essas coletivas foram alteradas para as 19h, e, por fim, passaram a ocorrer às 22h. Segundo a imprensa, essas alterações dificultavam a veiculação dos números pelos telejornais noturnos e também pelos jornais impressos da manhã do dia seguinte. No entendimento de Jair Bolsonaro, as mudanças promovidas nos horários de divulgação das informações acerca da pandemia poderiam fazer

com que as reportagens negativas veiculadas pelo *Jornal Nacional* cessassem, fazendo referência ao noticiário da Rede Globo de Televisão, um dos principais veículos de imprensa responsável por se posicionar, nesse momento, contrariamente à política bolsonarista de modo geral, e, especificamente, da condução das medidas sanitárias do governo.

Além desse fato, houve também uma mudança de caráter qualitativo, em que apenas os dados de casos novos eram computados, registrados no próprio dia, não levando em consideração os números de forma consolidada. Foi em virtude disso que ocorreu uma reunião inédita, denominada de *consórcio de veículos de imprensa*, com o intuito de coletar as informações diretamente com as secretarias estaduais de saúde.

A nota prossegue:

Os **dados epidemiológicos** são **fundamentais** para esse planejamento e impactam não somente o conhecimento da evolução da doença no país, mas também no exterior, pois são coletados por instituições como a tradicional universidade John Hopkins dos Estados Unidos e o Imperial College do Reino Unido. É **inaceitável** a **omissão** dos dados sobre a pandemia. É, portanto, **indispensável** e **urgente** que sejam **restabelecidas** a **transparência** e a **clareza** na **divulgação** dos dados, **em tempo real**, para toda a população e para o mundo, condição necessária para o **enfrentamento** dessa **terrível** pandemia. Só assim será possível, a partir da **análise científica** baseada em **dados confiáveis**, sair da **crise** e **reduzir** o número de vítimas.

Repudiamos qualquer **omissão** ou **deturpação** de dados relativos à COVID-19. A **subtração** e a **manipulação** de dados não mudam a realidade. E não **aliviam** o peso de milhares de mortes sobre aqueles que preferirem a ficção à ação, **abdicando** de seu **dever** de **proteger** a saúde da população (SBI, 2020, destaques em negrito nossos).

A atitude promovida pelo governo brasileiro, conforme relatado na nota, ao sonegar informações em meio a uma crise sanitária global, dentre outros gestos, materializa a desfaçatez do Presidente da República, acompanhado de sua equipe, ao assumirem um comportamento errático no sentido de deturpar a realidade e manipular a opinião pública no intuito de minimizar os efeitos da pandemia. Tal comportamento, disseminado no âmbito individual e também de forma coletiva, nos remete à reflexão promovida por Lima (2020), ao desenvolver uma análise a respeito do negacionismo e, mais especificamente, o

negacionismo científico em torno da disseminação de discursos contrários às vacinas em páginas de redes sociais.

Segundo Lima,

O negacionismo tem como propósito não simplesmente revisar, passar a limpo algum evento histórico ou uma descoberta científica, mas, sobretudo, negá-los a partir de determinados valores e crenças pessoais. Há nele um desejo de fazer parecer que o tema em jogo se trata de algo falso, mentiroso, a partir de uma aparência de racionalidade. São apresentados supostos fatos, versões de obras revisadas, gráficos, artigos, no intuito de criar um efeito de algo credível. Os efeitos de real visam conferir credibilidade ao discurso (LIMA, 2020, p. 391).

Para a autora, as constantes crises econômicas e políticas que acompanham a história do Brasil como nação, bem como a desigualdade social estrutural, seriam fatores essenciais para a disseminação de *fake news* e de discursos negacionistas. Na visão de Lima, esses elementos remetem a um ceticismo acerca dos benefícios da verdade; ceticismo esse, na sua concepção, atrelado a um cinismo, responsável por relativizar tragédias históricas, como o Holocausto, por exemplo. Conforme as palavras de Lima,

Os negacionistas visam não rever ou reexaminar o fato histórico, mas falsear a história, a partir de motivações ideológicas. No caso do holocausto o que se deseja é apoiar a nostalgia do regime totalitário, a utopia eugenista de uma nação pura. Esse movimento é uma reação, é uma forma de se opor à realidade. Trata-se de uma construção argumentativa que se apoia em valores comungados por determinados grupos sociais que se mostram abertos a tais construções discursivas, mas eles também podem visar a um público mais vasto, dependendo da pauta (LIMA, 2020, p. 393-394).

Em virtude disso, Lima verifica ainda que o negacionismo se dá, sobretudo, pela prática de violência verbal em que há a presença de argumentos incitando o medo ou a vergonha, afinal, promover violência contra o outro por meio da língua(gem) é um mecanismo para que se possa silenciá-lo. Segundo ela, o negacionismo da voz da ciência sobre a Covid-19 no Brasil é, na verdade, a negação da educação e do seu valor, em que a pandemia pode ser compreendida como um fenômeno de uma civilização corrompida revelando, assim, uma sociedade há tempos bastante adoecida.

3.2.3 Nota 3: Cientistas e acadêmicos se mobilizam contra ataques ao professor Pedro Hallal da UFPel - ABRASCO (Anexo 3)

Essa nota consiste em um texto veiculado na data de 22 de janeiro de 2021 no portal da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), cujo título é *Cientistas e acadêmicos se mobilizam contra ataques ao professor Pedro Hallal da UFPel* (ABRASCO, 2021a). Pedro Hallal foi reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) até o ano de 2020, instituição na qual é docente do curso de graduação em Educação Física e também junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação Física e Epidemiologia. Além das atividades de docência e de gestão, Hallal coordena a pesquisa Epicovid, considerada referência no mapeamento da disseminação da doença por todo o país. O pesquisador ganhou grande reconhecimento por desenvolver essa pesquisa durante a pandemia e pelo debate sempre pronto quanto às medidas de contenção e de prevenção ao coronavírus. Isso acabou provocando incômodo em diversos grupos favoráveis ao Governo Federal o que culminou com um linchamento público do docente quando este afirmou ter contraído Covid-19.

Paralelamente, o Governo não nomeou à Reitoria daquela Universidade o candidato que recebeu maior número de votos pela comunidade universitária. Diante disso, os candidatos que de fato foram os eleitos planejaram instituir um gabinete de gestão paralela, em defesa da autonomia universitária. Em alguma medida, essa nota além de repúdio configura-se também como uma nota de apoio ao professor Pedro Hallal. Diante das agressões ao docente, a comunidade científica e acadêmica se mobilizou em solidariedade a ele. Eis o texto na sua íntegra:

A comunidade científica brasileira vem assistindo nos últimos dias um processo **deplorável e injustificável de ataques** ao Prof. Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas. O Prof. Pedro Hallal é um dos **inúmeros cientistas brasileiros** que, **mesmo diante das inúmeras dificuldades para se fazer ciência no Brasil, liderou** o maior inquérito sobre a prevalência de infecção por Covid-19 no país e, a partir da interpretação dos achados do referido estudo, **vem prestando** aos diversos veículos de comunicação os **esclarecimentos** acerca da evolução da pandemia em território brasileiro, sem **eximir-se** de

apontar as **inúmeras falhas** na **coordenação política** do **enfrentamento** a esta **importante crise sanitária**.

A **crítica** é práxis científica e atitude necessária para o desenvolvimento e **enfrentamento** dos problemas de um país, pois é a partir da **adequada interpretação** dos **achados científicos** que se pode apontar os caminhos a serem seguidos e **chamar atenção aos desvios** que estão sendo **cometidos**. O Prof. Pedro Hallal, a exemplo de tantos outros **especialistas**, que atuam e recomendam **com base no conhecimento científico**, destacou a **impropriedade** da ação adotada por alguns **políticos brasileiros** que, ao longo dos últimos 10 meses, **insistiram** em **desrespeitar** as orientações mais básicas para o controle da pandemia de Covid-19, como o uso de máscaras e o distanciamento social.

Esta NOTA é uma **MANIFESTAÇÃO DE APOIO** ao Prof. Pedro, que **siga** sempre **inabalável** na sua **missão de auxiliar** o desenvolvimento social **a partir da atividade científica**. É, também, por outro lado, uma **expressão de repúdio** da comunidade científica brasileira às **ações difamatórias, caluniosas, desrespeitosas e injuriosas** que vêm sendo **desferidas** por figuras dos **mais altos escalões da república**. Em um **estado democrático não se pode admitir** que **aspectos políticos e ideológicos** sejam justificativa para **coagir cientistas** que **alertam para ações impróprias** ou para **inações** por parte de agentes públicos dos diferentes níveis de governo (ABRASCO, 2021a, destaques em negrito nossos).

Essa nota não é declaradamente uma nota de repúdio como o próprio título afirma, é uma nota de apoio a um cientista perseguido e afrontado por expor e se opor a “ações impróprias ou para inações por parte de agentes públicos dos diferentes níveis de governo”. Contudo, ao exaltar a atuação do professor Hallal como investigador acerca da infecção de Covid-19 em território nacional e demandar apoio e reconhecimento da comunidade acadêmica, repudia os ataques desferidos ao pesquisador: “É, também, por outro lado, uma **expressão de repúdio** da comunidade científica brasileira às ações difamatórias, caluniosas, desrespeitosas e injuriosas que vêm sendo desferidas por figuras dos mais altos escalões da República”.

Pode-se observar o emprego de substantivos como **ataques, cientistas, esclarecimentos, falhas, coordenação, crise, interpretação, achados, desvios, especialistas, conhecimento, impropriedade, políticos, missão, inações**; adjetivos como **deplorável, injustificável, inúmeros, importante, adequada, inabalável, difamatórias, caluniosas, desrespeitosas, injuriosas, políticos, ideológicos, impróprias**; verbos como **liderar, prestar, eximir-se, apontar, cometer, insistir, desrespeitar, seguir, auxiliar, desferir, admitir,**

coagir. É possível apreender, portanto, que ainda que exista em alguma medida um desmonte das universidades e instituições onde se desenvolvem pesquisas, as pessoas que atuam nesses espaços buscam se mobilizar no sentido de combater não apenas as duras condições que vivenciam ao desempenhar o seu trabalho, mas também tentativas de perseguição e retaliação. Assim, ainda que ações de desqualificação dessas pessoas e de seu trabalho, por meio do estabelecimento de violência verbal ou discurso de ódio, esta nota se apresenta como sendo um mecanismo de resistência a essas situações, mas também de apoio e acolhimento, com vistas a poder, ainda que minimamente, fortalecer e resistir a tantos ataques.

Diante das palavras que essa nota, em particular, utiliza para se fazer valer, pode-se apreender também o que Lima (2020) apontou a propósito do negacionismo científico. Mais que isso, há a promoção da violência contra o outro com o intuito de silenciá-lo, tal qual preveem os regimes totalitários, conforme já delineado. Depreende-se, portanto, o que Lima considera como o negacionismo da voz da ciência, não apenas acerca da Covid-19 no Brasil, mas também das instituições que produzem e promovem ciência no país, assim como da educação e do seu valor, tão caras à população, sobretudo em tempos tão difíceis. Desse modo, a reflexão ponderada, o bom senso que norteia o pensamento e as ações, além de um estilo concessivo e a modalização da linguagem não são aspectos prezados pelas políticas do governo, muito menos marcas da pessoa de Bolsonaro.

3.2.4 Nota 4: Nota em defesa do respeito à vida - ABRASCO (Anexo 4)

Chega-se à quarta nota, também veiculada no portal da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), na data de 17 de março de 2021, intitulada *Nota em defesa do respeito à vida* (ABRASCO, 2021b). Assinada pela ABRASCO, em conjunto com a Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores, traz como subtítulo a seguinte frase: “Precisamos de paz, serenidade, racionalidade, empatia e ética para vencer a Covid-19”.

O texto faz menção ao agravamento da pandemia em sua dimensão brasileira, considerando que tendo passado um ano, a situação, ao contrário de se resolver, havia piorado, e poderia se tornar ainda mais trágica. A nota avança:

Desde o início, nunca foi **igualitária** a possibilidade de seguir as **prescrições** do “**fique que em casa**”, ou mesmo do uso de máscaras e de medidas higiênicas. Partes expressivas da população, pobres e cada vez mais empobrecidas, não tinham recursos para tal e necessitavam “**batalhar o seu ganha pão**”. Com o desemprego ascendente, o **desespero** bateu mais forte nas portas dos brasileiros, gerando **pânico**, o que se somava, de **forma cruel**, ao **medo de morte** pela Covid-19. A **polarização** entre seguir as medidas de segurança sanitária ou preservar a economia foi apresentada pelo governo federal como um imperativo que incutiu na população um pensamento **perversamente dicotômico**, sem que este mesmo governo oferecesse uma alternativa que demonstrasse apreço pela vida dos brasileiros e brasileiras. Muito pelo contrário, recursos preciosos foram usados em troca de favores políticos ao invés de serem utilizados para a compra de vacinas. Da **autoridade máxima do país**, observamos **exibições públicas contínuas** de **desrespeito** às medidas de **enfrentamento** da pandemia, **incentivo a medidas inócuas** e de **completo descaso** e **insensibilidade** com a **dor e sofrimento** dos afetados e de suas famílias. Nenhuma **expressão de solidariedade e respeito** tem sido registrada. A arte de governar exige exemplo e manifestação concreta de interesse pelo bem comum, além de **serenidade** e **sabedoria** para guiar a população na direção de medidas que a protejam. Entretanto, o que temos presenciado é a produção de **desorientação deliberada**, por meio de **palavras e ações que não param de se contradizer**, o que gera **ambivalência**, dificuldade de tomar boas decisões, paralisação e crise social e psíquica profundas nas populações, especialmente de seus grupos mais vulnerabilizados, seja ao adoecimento, seja à ausência dos meios de sobrevivência (ABRASCO, 2021b, destaques em negrito nossos).

Há ainda a referência a uma das expressões que surgiram e adquiriram sentido a partir de um contexto pandêmico como, por exemplo, “fique em casa”. A mídia, de forma geral, com o intuito de conscientizar a população para que pudesse assimilar as medidas de isolamento social como combate à circulação do vírus, sempre que possível mencionava a *hashtag* #Fiqueemcasa, popularizada na gestão do primeiro ex-ministro da Saúde do governo Bolsonaro, Luiz Henrique Mandetta, e alvo de críticas por parte do Presidente da República. O Ministério da Saúde, valendo-se disso na gestão de Eduardo Pazuello e com vistas a evitar defender as medidas de isolamento social, se apropriou desse enunciado e o atualizou: “Se puder, fique em casa”. Ou seja, uma solução intermediária para abrandar os apoiadores do governo e empresários que clamavam pelo retorno do trabalho e pela normalização para sustentar a

economia e, assim, sinalizar um atendimento às recomendações dos sanitaristas.

Além disso, há também, por parte da nota da ABRASCO, a retomada de ações de enfretamento da pandemia, em que a entidade se posiciona de modo crítico à negação, institucionalizada, de medidas que poderiam diminuir o contágio e, por conseguinte, o número de mortos, que teria sido relativamente menor àquele que foi presenciado, caso não houvesse, por parte do Governo, demora em oferecer políticas públicas que pudessem contribuir para que os mais desvalidos tivessem condições de se resguardar em suas casas, sem necessidade constante de precisar sair, em busca de renda, por meio, sobretudo, de trabalhos precários.

O texto pondera ainda que, por mais que existam meios diversos de se gerenciar um evento tão adverso como esse, todos os governos que se pautaram e apostaram em resultados trazidos pela ciência, seja de ordem biológica, epidemiológica, social ou econômica, em alguma medida investiram recursos no sentido de proporcionar às suas populações uma forma de renda para garantir uma sobrevivência mínima, além de apoio às atividades econômicas. Ou seja, aqueles que melhor controlaram a transmissão do vírus e seus efeitos, além de preservarem vidas, mais rapidamente viram os efeitos dos cuidados e das precauções também em seu contexto econômico.

Em vista disso, o texto sugere que o governo brasileiro se una aos Estados e municípios, no sentido de congregar esforços e estabelecer caminhos com vistas a uma saída para mitigar os efeitos dessa situação calamitosa, que tem gerado muita dor e sofrimento, sobretudo à população mais vulnerável. A nota faz menção ainda a uma das “famosas” *lives* que o Presidente costuma veicular em suas redes sociais, normalmente às quintas-feiras. Em uma delas ele leu a carta deixada por um indivíduo que havia cometido suicídio.

Eis o trecho da nota a propósito da atitude bolsonarista:

O oposto dessa caminhada é **continuar** a **incitar** a população a se **insurgir contra o lockdown** e as medidas de distanciamento social, fazendo **espetacularização**, inclusive, com o suicídio de um trabalhador. **Presidente**, uma carta deixada por um trabalhador que realiza um ato extremo de retirar a sua própria vida não pode ser profanada! Não é possível ser **insensível** ao que o seu gesto desesperado revela de um país, onde o **arrocho**

de uma economia, pautada nos cânones da austeridade, antes e durante a pandemia, **abandona as pessoas à própria sorte. Presidente**, não se pode matar os mortos! **Precisamos** velá-los, honrá-los e arregaçarmos as mangas junto ao trabalho **heroico** e **incansável** daqueles e daquelas que não param de tentar **salvar** vidas. **Não é possível continuar espalhando discórdia, desinformação e desordem mental. Precisamos de paz, serenidade, racionalidade e ética para vencer a Covid-19.** Importante assinalar que o suicídio é um importante problema de saúde pública no Brasil. Dados da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde **evidenciam** a tendência de crescimento das taxas de suicídio em todo o mundo, observando-se também sua relação com o aumento da precarização social do trabalho e da pobreza. O suicídio não é apenas um ato individual, uma decisão pessoal de acabar com a própria vida - ele é um fenômeno socialmente tecido pela perda de vínculos de proteção comunitária, familiar, de perspectivas de futuro. Portanto, trata-se de um problema que necessita de políticas públicas bem estabelecidas. Não são as medidas necessárias para o adequado **enfrentamento** da pandemia que estão produzindo atos trágicos de violência contra si mesmo, mas sim a **ausência** ampla e **irresponsável** de políticas que, ao invés de **proteger, apoiar** e **auxiliar** financeiramente as pessoas, se aproveitam dessas vulnerabilidades para **precarizar** ainda mais a vida de amplas parcelas da sociedade brasileira. **Não vamos tolerar a continuidade dessas ações de desrespeito que se aproveitam da dor e do sofrimento das pessoas. BASTA!** (ABRASCO, 2021b, destaques em negrito nossos).

O trecho da nota em que é referido esse triste evento aponta não apenas o despreparo do governo brasileiro em vista da condução da pandemia de Covid-19, mas, sobretudo, a falta de empatia e de respeito de Jair Bolsonaro não apenas com as centenas de milhares de mortos em decorrência do coronavírus, mas também com aqueles que diante de um ato extremo de desespero tiraram a própria vida. Infelizmente, no Brasil atual, a promoção da saúde não tem se configurado como uma política pública, mas sim a propagação da morte; ou, ao contrário, a (não) promoção da saúde se dá pela propagação da morte.

Isso nos remete às reflexões de Birman (2020) quando se propõe a analisar a dimensão psíquica da pandemia de Covid-19, colocando em destaque as suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. Segundo o autor,

Essa recusa e a perversão psíquicas destacadas, moduladas pelo inequívoco da crueldade, evidenciam-se de forma chocante nas múltiplas formas de desprezo apresentadas no Brasil pelo

presidente Bolsonaro. Diante dos milhares de mortos provocados pela pandemia, sua frieza e ironia se conjugam intimamente com a produção de enunciados performáticos impróprios a qualquer um diante da morte do outro, principalmente para quem ocupa a posição suprema de presidente da República. E, de fato, no imaginário social de qualquer país, essa é a posição inegável do protetor dos cidadãos e de quem cuida zelosamente da vida de todos, sem qualquer distinção, de maneira ampla, geral e irrestrita (BIRMAN, 2020, p. 53).

3.2.5 Nota 5: Nota de solidariedade à população de Manaus - ABRASCO (Anexo 5)

Na data de 17 de janeiro de 2021, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso emergencial da vacina *Coronovac*, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac e disponibilizada por meio de uma parceria com o Instituto Butantan, vinculado ao Estado de São Paulo, bem como aquela desenvolvida em conjunto pela Universidade de Oxford e pela empresa farmacêutica AstraZeneca, a ser produzida no Brasil nas dependências da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituto de pesquisa vinculado ao Ministério da Saúde.

Essas notícias, tanto dos dados assombrosos acerca da pandemia no seu contexto brasileiro, bem como da liberação do uso de vacinas em caráter de excepcionalidade, surgem no noticiário nacional e mundial após dias de verdadeiro horror vivenciado por habitantes e profissionais de saúde em Manaus, capital do Estado do Amazonas. Devido a uma escalada vertiginosa dos casos de Covid-19, possivelmente em virtude das festas de final de ano, houve uma superlotação de hospitais públicos e privados da cidade, o que levou à escassez generalizada de oxigênio medicinal, necessário para oferecer suporte terapêutico em casos mais graves da moléstia, de modo que muitas pessoas faleceram sufocadas por conta da ausência do insumo. Há, assim, a configuração de uma metáfora bastante infeliz: a população da sétima maior cidade do país, envolvida pela Floresta Amazônica, considerada simbolicamente como o pulmão do mundo, se vê agonizando em virtude de falta de ar, literalmente.

Por conta disso, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), na data de 16 de janeiro de 2021, veiculou outra nota, intitulada *Nota de*

solidariedade à população de Manaus (ABRASCO, 2021c). Nessa manifestação, a entidade traz seu apoio não apenas a Manaus, mas a todos os municípios do Amazonas, além de afirmar que a calamidade vivenciada naquela região foi ocasionada pela repetição de situações previsíveis, quando não evitadas, mediante ações efetivas de reforço à rede de serviços já existentes e planos de ação que articulassem esforços do Governo Federal e dos governos locais. A seguir, a nota aponta que:

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco - vem a público apresentar sua **solidariedade** à população de Manaus e demais municípios do Estado do Amazonas. A **gravíssima situação sanitária**, que tem levado ao **desespero** tantas famílias e profissionais de saúde, é a **repetição de situações previsíveis e que poderiam ter sido evitadas**, ou pelo menos minoradas, mediante **ações efetivas** de reforço à rede de serviços já existentes e planos de ação que articulassem esforços do governo federal e governos locais. O que se viu, **mais uma vez**, foi a **omissão** do governo federal em assumir o papel que lhe cabe no **enfrentamento** da pandemia de Covid-19, mediante **o fortalecimento do SUS e a adoção de parâmetros científicos para o controle da epidemia**. É **flagrante a carência** de medidas de proteção às populações vulnerabilizadas que vivem na região que reúne os **piores indicadores sociais e sanitários do país**. O **caos sanitário** instalado em Manaus é somente a ponta visível de um iceberg, expondo mais uma vez as **insuficiências** da rede de saúde em todo o Amazonas, largamente apontadas pelos sanitaristas que atuam na Região Norte (ABRASCO, 2021c, destaques em negrito nossos).

Essa nota contribui no sentido de configurar um cenário digno de filmes de terror que, infelizmente, é real e intensifica, em alguma medida, o raciocínio de Schwarcz e Starling (2020) quando se sentem motivadas a buscar elementos do passado, considerando a pandemia de gripe espanhola no Brasil e no mundo cem anos atrás, com vistas a compreender o acontecimento da atual pandemia e, assim, oferecer informação e conhecimento para que a devastação em termos econômicos, sociais e humanos pudesse ser a menor possível.

Efetivamente, é possível vivenciar o que Fuks (2020) esboçou no seu ensaio: não apenas a falência do tempo, mas principalmente a falência de nossos órgãos, dos sistemas de saúde, a falência da razão, afinal, o que vê-se é um descaso do Governo Federal na condução das medidas que certamente poderiam amenizar esse cenário de guerra; no entanto, o que se percebe é a

proliferação de embates político-ideológicos que só fizeram agravar ainda mais a crise sanitária pela qual a população brasileira tem passado e sucumbido.

As medidas propostas pelas autoridades são **insuficientes**. É **urgente** um **plano de gestão eficiente, responsável**, com **monitoramento, planejamento e ajustes** para a garantia da vida. A anunciada transferência de pacientes para outros estados pode ser uma alternativa válida para os que lograrem uma remoção bem sucedida. Entretanto, além de não ser sustentável, dada a sobrecarga dos serviços de saúde no país como um todo, não terá impacto no curso da epidemia. A mutação viral é um evento natural, conhecido, esperado e inevitável, e não pode ser tomada como pretexto para a **inação**. O **relaxamento** das medidas de distanciamento físico e uso de máscaras, além da **falta** de isolamento de casos e contatos, podem explicar melhor este aumento de casos. As **iniquidades sociais e sanitárias** da Região Norte são largamente conhecidas e há muito deveriam ter sido objeto de atenção do governo federal, em particular após o pico epidêmico dos meses de abril e maio, mundialmente noticiado.

A população do Amazonas necessita de **políticas públicas efetivas** que **possibilitem a oferta de cuidado adequado e o controle da disseminação do vírus**. As **autoridades sanitárias** têm o **dever** de apresentar um plano de expansão rápida da força de trabalho, de leitos e insumos que garantam acesso e resolutividade no atendimento e o **direito de respirar**, assim como um calendário claramente definido pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) que possa atender, com prioridade, as especificidades do espaço e dos modos de vida dos amazônidas (ABRASCO, 2021c, destaques em negrito nossos).

A entidade - ABRASCO - sinaliza sua posição quanto aos desdobramentos da pandemia no Brasil, bem como expõe contrariedade à condução da atual política sanitária brasileira, como se verifica nas sequências discursivas (SDs) abaixo:

SD1 As medidas propostas pelas autoridades são insuficientes. É urgente um plano de gestão eficiente, responsável, com monitoramento, planejamento e ajustes para a garantia da vida.

SD2 É preciso cobrar das autoridades políticas e sanitárias federais, estaduais e municipais que assumam suas responsabilidades e exerçam adequadamente o papel que lhes cabe...

Em linhas gerais, é possível apreender o que Araújo e Cordeiro (2020) afirmam quando a linguagem modela nosso modo de ver e compreender o mundo, ou ainda, quando há por meio da materialidade linguística a configuração bélica de enfretamento.

Esse vocabulário expressa o sofrimento e a aflição ocasionados pela pandemia; o interessante a se observar é que o texto, em vista da inércia do Governo Federal quanto à iniciativa para apresentar medidas acerca da não disseminação do vírus, remete à ausência da articulação de políticas regionalizadas para amenizar os efeitos da pandemia. De certo modo, isso ressoa o que sempre se ventilou no Brasil, de que a região Norte, tal qual o Nordeste brasileiro, é exemplo de atraso, pobreza, ausência de iniciativas, e que, para além da calamidade sanitária vivenciada por todos os brasileiros, de forma secundária à ocorrência da pandemia, a nota relaciona a questão sanitária ao desmonte promovido pelo governo do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como nas universidades e agências de fomento, com vistas a não promover o desenvolvimento científico e tecnológico, já que não entende isso como elementos intrínsecos à sua política.

3.3 Notas de repúdio como desvelamento do *discurso atópico*

Diante das reflexões que vimos estabelecendo, com base especialmente na perspectiva de Angenot (2012) e sua concepção de discurso social, como possibilidade de abordar os discursos como feitos sociais e, conseqüentemente, como feitos históricos, a emergência da pandemia de Covid-19 em seu contexto brasileiro pode ser tomada como reflexo de um dado estado da sociedade, em que pode-se observar esse evento como propiciador de ideias e modos de pensar e de enunciar do Brasil contemporâneo. Como materialização desse momento histórico-social, foi apresentada a análise de textos representativos dessa situação, as *notas de repúdio*, como manifestação reveladora de uma gestão ineficiente das medidas sanitárias propostas pelo Governo Federal.

Ao considerar que não há uma definição consolidada desses textos nos domínios dos estudos linguísticos, recorreu-se à noção de *discurso atópico*, ou

atopia discursiva, tal como propõe Maingueneau (2010)²⁷. Ou seja, conforme o autor, ao se observar o mundo contemporâneo, é possível perceber a existência de práticas discursivas que, em alguma medida, podem constituir-se de modo problemático, cujo pertencimento ao espaço social se dá diante de uma produção discursiva tolerada, clandestina, noturna. Então, para concretizar a análise das notas de repúdio, sugere-se concebê-las como exemplares da explicitação desse tipo de “discurso enrustido”, como um discurso de desvelamento do discurso subliminar ao *discurso atópico*. No sentido de corroborar a percepção das características das notas de repúdio, foram recuperadas as reflexões desenvolvidas por Possenti e Oliveira (2021) e Oliveira (2021; 2019).

Ao situar aspectos da polêmica que envolveu a acusação de genocídio dirigida ao Presidente da República diante da gestão da pandemia de Covid-19 no Brasil, Possenti e Oliveira (2021) abordam o conceito de violência verbal, de modo a situar um discurso aparentemente eugenista, em que são demarcadas estratégias dissimulatórias que, segundo os autores, são comuns em *discursos atópicos* (não aceitos pela sociedade, em geral).

Avançando com suas ponderações, Possenti e Oliveira (2021) afirmam que, ao se levar em consideração essas dinâmicas discursivas, ou seja, relações de força que se estabelecem nos discursos em confronto, pode-se perceber que

O negacionismo também aparece nas alegações de que o uso de máscara, recomendado pelas organizações de saúde, não é eficaz e até teria efeitos colaterais prejudiciais à saúde, [...] no incentivo às aglomerações, na minimização de mortes. Mais recentemente, em face da inquestionável catástrofe sanitária representada pelo elevadíssimo número de mortes, o negacionismo aparece na constatação da inevitabilidade da morte, o que desemboca na, ainda pior, naturalização da morte. Nesse ponto, o discurso eugenista, até então diluído, sobrepõe-se ao negacionista, pois muitas mortes - talvez a maioria delas - são perfeitamente evitáveis, haja vista o fato de países mais populosos do que o Brasil não sofrerem uma média móvel de

²⁷ Impetuosamente, em vista da noção de Maingueneau acerca do *discurso atópico*, ou *atopia discursiva*, talvez seja possível o questionamento se, eventualmente, não se estaria envolvido no Brasil contemporâneo por um discurso *distópico*, ou uma *distopia discursiva*, em analogia à obra de George Orwell... já que vê-se, de forma generalizada e até mesmo institucionalizada, o esfacelamento de laços sociais, a ausência de comprometimento ético, moral, social, dentre tantas outras mazelas. (ORWELL, G. 1984. Tradução Heloisa Jahn, Alexandre Hubner. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2020).

mortes tão alta quanto a nossa (POSSENTI; OLIVEIRA, 2021, p. 16).

Por conta disso, os autores apontam os contornos nítidos das consequências violentas decorrentes de atitudes de líderes como Jair Bolsonaro, ao não preocuparem-se com uma dada responsabilidade enunciativa, para além da responsabilidade civil, legal, que recai sobre eles. Assim, entende-se também que está em curso um fenômeno discursivo que se estabelece de forma a dissimular o caráter negacionista-eugenista de um discurso que os autores entendem como sendo perverso.

Essa dissimulação, conforme Possenti e Oliveira (2021), tal como apontado anteriormente, acarreta um processo de polarização semântico-discursiva (nós X eles), em que o incitador e os praticantes da violência são situados em um registro positivo (nós), e seus adversários e críticos, em um polo negativo (eles). Ainda diante dessa dissimulação, os autores entendem que a violência eugenista presente no gerenciamento do Governo Federal perante a pandemia tentou transformar práticas negacionistas, eugenistas e autoritárias em ações supostamente benéficas.

A análise da polêmica em torno das acusações de genocídio dirigidas ao governo federal brasileiro na gestão da pandemia permite demonstrar que essas declarações²⁸ devem ser examinadas enquanto discurso e não somente como trocas linguísticas num modelo de comunicação restrito à transmissão de “mensagens” entre interlocutores, em uma situação restrita ao ato de fala. Trata-se de uma prática discursiva em que a violência não pode ser avaliada apenas observando-se marcas de violência verbal, mas dirigindo o olhar para a seara dos discursos, aí inclusas as disputas de poder e as posições ocupadas pelos interlocutores (POSSENTI; OLIVEIRA, 2021, p. 22).

Os autores entendem que não se trata tão somente de promover uma avaliação ético-moralizante em termos de “bem” e “mal”, ou, ainda, de perceber desajustes entre o discurso e os valores sociais de uma época e sociedades específicas. Segundo a análise que se propõe, trata-se de caracterizar o funcionamento *atópico* de um discurso eugenista e perverso, envolvido por uma

²⁸ Os autores se referem às declarações proferidas pelo Presidente da República: “E daí?”; “Não sou coveiro!”, por exemplo.

governança fantasiada de boa-fé, falsamente comprometida com o bem-estar da população. Diante disso, o Presidente da República seria a personificação dessa perversidade discursiva, marcada pela crueldade, na tentativa de dissimular o caráter autoritário, antidemocrático e eugenista do discurso que representa, com mentiras, infâmia, polarização e insultos, sempre justificados com desfaçatez.

Outra abordagem acerca da noção de *discursos tópicos e atópicos* é aquela proposta por Oliveira (2021), como exercício de buscar compreender a natureza do discurso negacionista, levando em consideração seu caráter anticientífico, ancorado na perspectiva de Maingueneau (2010): enquanto os primeiros são aceitos pela sociedade, os segundos são relegados à clandestinidade.

Avaliando o papel de certos discursos nas práticas sociais, Maingueneau (2010) identifica diferentes “topias” (lugares ou espaços), caracterizando discursos tópicos, paratópicos e atópicos [...] há discursos que desfrutam de maior legitimidade, marcados por processos de institucionalização bem delimitados, por exemplo, o discurso médico, considerado um discurso tópico: há faculdades de medicina, associações médicas, legislação dedicada a estabelecer os direitos e deveres dos médicos, manuais de medicina, gêneros específicos em que esse discurso se materializa e assim por diante.

Um pouco diferentes são os discursos paratópicos, caso em que, embora também sejam plenamente legitimados, não pertencem, de fato, à sociedade, uma vez que sua fonte está fora da esfera de atividade mundana, por assim dizer: as bases do discurso filosófico, por exemplo, vêm da “razão” e não dos filósofos, assim como tudo o que possibilita a legitimação do discurso religioso vem de um plano divino (o Deus ou os deuses) e não terreno.

Já os discursos atópicos se caracterizam por ocupar um “não-lugar”, por terem uma existência paradoxal e, de certa forma, impossível. Há evidências de que eles existem e produzem efeitos na sociedade, entretanto, eles não têm “direito de cidadania”, não podem ter uma “sede institucional”, não se manifestam em gêneros discursivos próprios, francamente aceitos (geralmente, “parasitam” gêneros de outros discursos), nem seus sujeitos se assumem (pelo menos publicamente) como representantes desse tipo de discurso: [...] como o racismo, a xenofobia e a apologia ao genocídio, entre outros. Segundo Maingueneau (2010, p. 167)²⁹, trata-se de uma produção “clandestina, nômade, parasita, ocultada”, que ao mesmo tempo existe e não existe (OLIVEIRA, 2021, p. 08).

²⁹ Cf. Maingueneau (2010), p. 167.

No entendimento de Oliveira (2021), o negacionismo, então, pode ser compreendido como exemplo de um *discurso atópico*, já que, em termos de legitimidade, ainda que o negacionismo possa desfrutar de um certo espaço, sobretudo em um contexto pandêmico, no cenário político do Brasil contemporâneo oferece graves consequências diante do enfrentamento da crise sanitária. Em vista disso, o pesquisador reconhece o fenômeno negacionista como objeto de interesse dos analistas do discurso, muito embora seja abordado e combatido por estudiosos localizados para além dos domínios dos estudos linguístico-discursivos. Ou seja, na sua concepção, ainda há muito a se fazer, estudar e debater acerca dos mecanismos discursivos que atuam na manutenção e na ascensão do negacionismo.

Considerando esses aspectos e essa oportunidade para pesquisa, Oliveira (2021) aponta alguns desses mecanismos, valendo-se da noção de *atopia discursiva*, que considera ser útil na tarefa de exploração dos processos de legitimação dos discursos. Sua proposta de análise foi investigar aspectos constitutivos mais amplos do negacionismo, de modo que não se ateuve, por exemplo, a um movimento negacionista específico, como a negação do aquecimento global, a não ocorrência do Holocausto, a ineficácia de vacinas... o escopo para suas reflexões foi um aparente processo de institucionalização de movimentos anti-ciência no Brasil, em linhas gerais. Para concretizar o seu intento, partiu da polêmica que apontava a suposta existência de um “gabinete paralelo”, também denominado de “gabinete das sombras”, cujo mentor seria Arthur Weintraub, que foi assessor-chefe adjunto da assessoria especial da Presidência da República, é irmão de Abraham Weintraub, um dos ex-Ministros da Educação da gestão Bolsonaro, ambos considerados como traidores pelo Presidente e apoiadores.

Segundo a hipótese de Oliveira (2021), a designação do referido gabinete como “paralelo” ou “das sombras”, a negação de seus possíveis integrantes que fizessem parte dele e a alegação de que ele sequer existia, seriam vestígios da presença de um *discurso atópico*, ou seja, um discurso cuja legitimidade social se dá de forma problemática ou, até mesmo, de modo impossível.

A disseminação do discurso negacionista por importantes cargos administrativos no governo brasileiro, ainda que de forma

obscura e indireta, constitui uma evidência em favor da tese segundo a qual o discurso negacionista estaria em processo de institucionalização no Brasil, o que o colocaria em uma posição muito próxima dos discursos tópicos, publicamente aceitos, se seguirmos a tipologia proposta por Maingueneau (OLIVEIRA, 2021, p. 07).

Ao evocar essas categorias discursivas, *atopia* e *paratopia*, Oliveira (2021) pondera que entra em cena uma espécie de instabilidade identitária, cujos atores e dizeres são percebidos de forma opaca, de contornos fluidos, que a todo instante podem diluir-se. Diante disso, o pesquisador entende que

A confirmação da presença e do avanço do negacionismo, que abrange a dimensão linguística, ideológica e pragmática, deve ser vista com extrema preocupação pela sociedade em geral, especialmente pelos atores políticos, em todas as suas modalidades, no sentido de evitar a institucionalização desse discurso no seio do governo federal, como aparentemente tem acontecido durante a pandemia de covid-19, com negacionistas disfarçados de cientistas bem-intencionados. [...]

Um discurso não é tópico ou atópico por força das instituições, mas se (des)estabiliza à medida que seduz aliados, reproduzindo sua identidade discursiva, ou desperta inimigos, dando início a confrontos polêmicos.

Compete aos linguistas, especialmente aos analistas de discurso, unirem-se aos sociólogos, historiadores e pesquisadores das ciências biológicas para contribuir com a compreensão das estratégias do discurso negacionista e, com isso, somar forças para mantê-lo na clandestinidade, no mesmo lugar de outros indesejáveis como os discursos racista, sexista e xenófobo (OLIVEIRA, 2021, p. 19-20).

Ainda diante da motivação que a noção dos *discursos atópicos* pode proporcionar para o desenvolvimento de análises, Oliveira (2019) considera que a *atopia discursiva* pode configurar, assim, um *ethos* híbrido instável, constituído de traços fluidos que contribuem para a dissimulação do fiador desse tipo de discurso, caracterizado por uma identidade flutuante.

Diferente das análises citadas até agora, a tese aqui defendida é a de que os discursos atópicos *sempre* recorrem ao *ethos* de tipo híbrido, pois essa “apresentação de si” ambígua seria parte constitutiva da *atopia discursiva*. A partir desse pressuposto, pretende-se mostrar quais são as particularidades do que passamos a chamar de *ethos atópico*, utilizando como base um *corpus* reunido em torno de declarações polêmicas que causaram comoção e circularam por jornais impressos, blogs e portais jornalísticos porque foram entendidas como discurso de

ódio, intolerância, racismo etc. - aqui considerados no bojo mais abrangente dos discursos intolerantes (OLIVEIRA, 2019, p. 02, *itálico no original*).

Ao analisar a convergência de diferentes *ethé* na constituição de um *ethos* peculiar, multifacetado, no âmbito dos discursos intolerantes (atópicos), Oliveira (2019) reconhece que, diante do quadro da tipologia dos discursos,

Enquanto os discursos tópicos (do grego *topos* = “lugar”), como o científico e o publicitário, são reconhecidos e “têm direito de cidadania”, os discursos atópicos não podem ser “aceitos”, nem legitimados. Tomando como exemplo o caso do racismo, não se encontra um “estatuto/manual do racista”, uma autodenominada “revista do racista” e qualquer instituição (ou mesmo uma personalidade do meio artístico, político ou intelectual) que aceite ou assumira essa denominação, a despeito dos cotidianos relatos de racismo. [...] Muito pelo contrário, essa suposta invisibilidade é o que os torna perenes: os discursos atópicos se nutrem desse não-pertencimento ao dito mundo aceitável para continuarem existindo (OLIVEIRA, 2019, p. 03).

Ou seja, como traços constitutivos do *ethos atópico*, Oliveira (2019) destaca três aspectos:

- a simultânea autovitimização aliada à culpabilização de outrem;
- a incorporação instável em que é virtualmente impossível caracterizar o fiador em um mesmo campo de adjetivação (ele é predicado com adjetivos distintos entre si e até contraditórios);
- e a explicitação da violência em maior ou menor grau, por meio de metáforas bélicas, hipérboles que incidem sobre ações violentas, ofensas, humilhações etc. (p. 06).

O enunciador dos discursos atópicos, diferentemente, se apresenta “na pele” de bom cidadão (ou de “cidadão de bem”, como se autodenomina), aceito pela sociedade em geral, defensor das liberdades e da justiça social, a despeito de também cometer atos inaceitáveis, do ponto de vista moral, ético, e até mesmo legal, embora dificilmente se consigam “provas” suficientes para condenação. Entretanto, a atopia não torna o discurso de ódio aceitável, no sentido de torná-lo juridicamente inqualificável - a contribuição da análise do discurso seria justamente demonstrar que, embora “escamoteado”, o discurso de ódio em sua forma atópica continua sendo moral, ética e legalmente inaceitável. É por essa razão que o “cidadão de bem”, enquanto enunciador atópico do

discurso de ódio, sempre se desculpa, se justifica ou tenta “explicar” o que disse de forma a não ser visto como um agressor-racista-homofóbico-intolerante. A ambiguidade de sua posição atópica permite que ele se arvora contra o “mal”, alegando inocência ou posando de vítima ao mesmo tempo em que agride os outros, incita a violência e fere a democracia (OLIVEIRA, 2019, p. 05).

Considerando o arcabouço teórico-metodológico propiciado pelos estudos do discurso com o qual foram estabelecidas as reflexões elaboradas com o propósito de procurar demonstrar como se dá a circulação dos textos que podem apresentar-se como notas de repúdio, vale recuperar o entendimento de Maingueneau (2015, p. 70) de que “a história de uma sociedade é, em algum sentido, a de seus gêneros de discurso; em dado momento, cada um de seus setores pode ser caracterizado pela forma pela qual a fala é ali gerida”.

Ou seja, conforme o entendimento aqui exposto, tais textos configuram-se como uma carta de recusa, de não aceitação, que circulam socialmente, têm seu emissor identificado, geralmente apresentam um breve embasamento do tema, mencionando o evento que lhes deu origem e que, portanto, deve(rá) ser repudiado. Além disso, constituem-se como discursos de contraposição a um discurso prévio, recorrendo ao interdiscurso, costumam ser textos datados e assinados e apresentam o posicionamento de um grupo ou ente público sobre um determinado assunto polêmico ou suposto ataque a direitos. Maingueneau (2015) aponta que

A polêmica é comumente caracterizada acentuando-se ao mesmo tempo fenômenos como as negações, as interpelações, as injúrias..., em outras palavras, acentuando-se marcas enunciativas e atos de fala que seriam típicos de enfrentamentos verbais. Nesse nível, a polêmica é um “tom”, tido como reconhecível por determinado número de traços linguísticos (MAINGUENEAU, 2015, p. 100).

Tendo isso em vista, o autor ainda pondera: “Quem polemiza? Em quais lugares? Por meio de quais gêneros de discurso?” (MAINGUENEAU, 2015, p. 101). Diante de tais questionamentos e dada a ausência de definição no âmbito dos estudos linguístico-discursivos das notas de repúdio, sugere-se concebê-las como exemplares da explicitação desse tipo de “discurso enrustido”, como um discurso de desvelamento do discurso subliminar ao *discurso atópico*.

Algumas considerações (que nem sempre são finais)

Passados dois anos e meio do surgimento da pandemia de Covid-19 na China, que se alastrou por todo o planeta, ainda não se vê sua total erradicação, mesmo com o advento das vacinas. O coronavírus sofreu mutações, ocasionando variantes e subvariantes. É inegável e reconhecível a atuação de biólogos, biomédicos, enfermeiros, epidemiologistas, farmacêuticos, médicos, em suma, profissionais e pesquisadores das Ciências da Saúde, com vistas a conter a disseminação do vírus e fazer com que os efeitos da doença não sejam ainda mais devastadores.

Alinhado a isso, estudiosos vinculados a outros campos científicos, como as Ciências Sociais e Humanas, se viram instados a oferecer contribuições para que fosse possível compreender os efeitos desse fenômeno histórico, sanitário, social. Essa contribuição partiu também dos estudos linguísticos, de forma geral, e dos domínios discursivos, em particular. Em meio ao caos e diante do medo despertado pelo coronavírus, conforme as palavras de Maingueneau (2020), viu-se terreno fértil para que se apresentasse uma análise discursiva do tempo presente.

Tendo em vista esse cenário, com base especialmente na perspectiva de Angenot (2012) e sua concepção de discurso social, como possibilidade de abordar os discursos como feitos sociais e, conseqüentemente, como feitos históricos, a emergência da pandemia de Covid-19 em seu contexto brasileiro pode ser tomada como reflexo de um dado estado da sociedade, em que pode-se observar esse evento como propiciador de ideias e modos de pensar e de enunciar do Brasil contemporâneo.

Considerando esses aspectos, é possível apreender um dado processo de discursivização provocado por uma pandemia; pode-se dizer, conforme Moura e Lopes da Silva (2021), que a perspectiva temporal pela qual uma epidemia viral é percebida deriva da propagação, indefinida no espaço, do poder agressivo do vírus. Um vírus é, portanto, tomado como um inimigo invisível (o vírus nos ronda), prestes a atacar, em todos os lugares, e parece que essa

emergência sanitária não terá mais fim: ficaremos submersos no tempo da epidemia. Há, então, um mundo que a informa e a representa.

Tem-se, assim, a produção de uma epidemia discursiva, que, na percepção de Butturi Junior (2020), procura evidenciar os discursos e práticas que aproximam a epidemia de Covid-19 à epidemia da AIDS em suas dimensões brasileiras, materializadas midiaticamente.

Ao considerar os movimentos de ruptura e continuidade, do que é velho e do que é novo quando se trata de observar epidemias, Sanches e Rasia (2020) buscaram localizar aquilo que é velho, que surge como herança de epidemias passadas, mas que retorna ao tomarem a AIDS como parâmetro de análise. Os autores apontam que se trata de perceber essa herança não como mera reprodução de um mesmo conteúdo, posto anteriormente, mas como elemento daquilo que, diante das estruturas das representações sociais, perdura.

Partindo, então, do campo da Comunicação e Saúde, Araújo e Cordeiro (2020) apresentam um resgate da noção de direito à comunicação e à informação. Portanto, ao estabelecer e problematizar as relações entre a pandemia de Covid-19, as desigualdades sociais e o direito à comunicação, em que a comunicação está posta em diálogo com a saúde, nota-se uma confluência, um imbricamento de discursos e, até mesmo, de contradiscursos; há, assim, a configuração do que as autoras entendem como *pandemídia*. Esse neologismo nos remete, assim, às reflexões que Duarte (2020) elabora em um ensaio sobre a crise da democracia brasileira, tomando a pandemia como enredo do atual (des)governo brasileiro, ou seja, o pandemônio.

Em uma sociedade complexa, desigual e excludente como a brasileira, o pandemônio já existia, concretizado pela falta de tudo: de saúde, de saneamento, de renda, de emprego, de educação, de comida, de cidadania, em resumo, de condições dignas para que se possa viver com um mínimo de bem-estar social. Ou seja, a pandemia, materializada também pela *pandemídia*, amplifica o pandemônio, e isso se dá diante da relação entre língua(gem) e violência, que serviu de instigação para que se pudesse elaborar, em alguma medida, reflexões trazidas à tona neste trabalho.

Há no Brasil, portanto, o desenvolvimento de um populismo autoritário e, decorrente dele, de uma linguagem autoritária. Como materialização desse momento histórico-social, apresentamos a análise de textos representativos dessa situação, as **notas de repúdio**, como manifestação de uma gestão ineficiente das medidas sanitárias propostas pelo Governo Federal frente à pandemia de Covid-19 em seu contexto brasileiro.

Em vista disso, e ao considerar que não há uma definição consolidada desses textos nos domínios dos estudos linguísticos, recorreremos à noção de *discurso atópico*, ou *atopia discursiva*, tal como propõe Maingueneau (2010), não para assim caracterizar as notas, mas para considerar o gatilho de sua emergência. Então, para concretizar a análise das notas de repúdio, sugere-se concebê-las como exemplares da explicitação desse tipo de “discurso enrustido”, como um discurso de desvelamento do discurso subliminar ao *discurso atópico*. No sentido de corroborar a percepção das características das notas de repúdio, foram recuperadas as reflexões desenvolvidas por Possenti e Oliveira (2021) e Oliveira (2021; 2019).

Ao examinar os dilemas provocados pela pandemia de coronavírus, Harari (2020) pondera que,

Como historiador, não posso oferecer aconselhamento médico, nem prever o futuro. O que posso oferecer é um pouco de perspectiva histórica. Epidemias desempenharam um papel central na história humana desde a Revolução Agrícola e frequentemente deflagraram crises políticas e econômicas. Como em pandemias anteriores, também em relação à covid-19 a coisa mais importante a lembrar é que os vírus não moldam a história. Os humanos, sim. Somos muito mais poderosos do que os vírus, e cabe a nós decidir como responderemos ao desafio. O aspecto do mundo depois da covid-19 depende das decisões que tomarmos hoje.

O maior risco que enfrentamos não é o vírus, mas os demônios interiores da humanidade: o ódio, a ganância e a ignorância. Podemos reagir à crise propagando ódio: por exemplo, culpando estrangeiros e minorias pela pandemia. Podemos reagir à crise estimulando a ganância: por exemplo, explorando a oportunidade para aumentar os lucros, como fazem as grandes corporações. E podemos reagir à crise disseminando ignorância: por exemplo, espalhando e acreditando em ridículas teorias da conspiração. Se assim reagirmos, será muito mais difícil lidar com a crise atual, e o mundo pós-covid-19 será um mundo desunido, violento e pobre.

Mas não há necessidade de reagir propagando ódio, ganância e ignorância. Podemos reagir gerando compaixão, generosidade e sabedoria. Podemos optar por acreditar na ciência, e não em teorias conspiratórias. Podemos optar por cooperar com os outros em vez de culpá-los pela epidemia. Podemos optar por compartilhar o que temos em vez de apenas acumular mais para nós mesmos. Reagindo assim, de forma positiva, será muito mais fácil lidar com a crise, e o mundo pós-covid-19 será muito mais harmonioso e próspero (HARARI, 2020, p. 08-09).

Há, então, um fio de esperança e é a ele que devemos nos agarrar. Tendo isso em mente, ainda que as cenas do filme possam ser desoladoras ao extremo, e que incessantemente nos façam assimilar uma descrença na economia, na política e nas instituições como um todo, é preciso abrir caminho para o crescimento e o desenvolvimento, levando em consideração a educação e o conhecimento. Apenas assim é que teremos condições de compreender o embate entre o dissenso em detrimento do consenso, dissenso e desavença, além de refutar a disseminação de discursos negacionistas e discursos de ódio, de modo a não encontrar campo propício para que possam surgir e prosperar.

Dessa forma, temas como disputas ideológicas geradas pela divulgação de notícias falsas, pela negação da ciência ou pela negação da história, envolvidas com a máscara da polêmica, no sentido de promover a ascensão de Estados e governos totalitários, são atores coadjuvantes nos caminhos e descaminhos da humanidade, entre passado, presente e futuro. É preciso, portanto, que tenhamos meios necessários para fazer com que uma ou muitas bailarinas da morte parem de dançar. Eis um tempo para não esquecer.

Referências

ABRASCO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Cientistas e acadêmicos se mobilizam contra ataques ao professor Pedro Hallal da UFPel.** 2021a. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/cientistas-e-academicos-se-mobilizam-contralinchamentoao-professor-pedro-hallal-da-ufpel/55623/> Acesso em: 02 abr. 2021.

_____. **Nota em defesa do respeito à vida.** 2021b. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-em-defesa-do-respeito-a-vida/57031/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_____. **Nota de solidariedade à população de Manaus.** 2021c. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/nota-desolidariedadea-populacao-do-manaus/55482/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

AMOSSY, R. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Tradução Angela Maria da Silva Corrêa. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 13, p. 227-244, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1526>. Acesso em: 21 jul. 2018.

ANGENOT, Marc. **Interdiscursividades.** De hegemonías y disidencias. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2010.

_____. **El discurso social:** los límites históricos de lo pensable y lo decible. Tradução Hilda H. García. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

_____. **O discurso social e as retóricas da incompreensão:** consenso e conflitos na arte de (não) persuadir. Organização Carlos Piovezani. São Carlos: Editora UFSCar, 2015.

_____. Hegemonias e dissidências discursivas: Retórica, Análise do Discurso e História das Ideias. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). **(In)Subordinações contemporâneas:** consensos e resistências nos discursos. São Carlos: Editora UFSCar, 2016. p. 199-215.

_____. Fascismo, populismo: as utilizações contemporâneas de duas categorias políticas nas mídias. Tradução Hulda Gomides Oliveira e Geovana Chiari. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 16 esp. "Discurso e argumentação na política latino-americana", p. 244-273, set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2226>. Acesso em: 01 jul. 2020.

_____. A retórica da qualificação e as controvérsias de rotulagem. Tradução Rodrigo Seixas. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 18, p. 151-170. Abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2283>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ARAÚJO, I. S. de; CORDEIRO, R. A. A pandemídia e o pandemônio: Covid-19, desigualdade e direito à comunicação. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 145, Comunicación, Sociedad y Salud en contexto de pandemia, p. 215-234. 2020. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4363>. Acesso em: 09 abr. 2021.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Sobre a violência**. Tradução André de Macedo Duarte. 10^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ASFOCSN - SINDICATO DOS SERVIDORES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA. **Nota de repúdio e de alerta à população**. 2020. Disponível em: <http://www.asfoc.fiocruz.br/portal/content/nota-de-repudio-e-de-alerta-populacao>. Acesso em: 04 jan. 2021.

BIRMAN, J. **O trauma na pandemia do Coronavírus**: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

BUTTURI JÚNIOR, A. Biopolítica, asfixia e pandemias no Brasil: sobre a AIDS e a covid-19. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 35, n. 1, p. 98-118, set. 2020. Dossiê Discurso em tempos de pandemia. Disponível em:

<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/776>.

Acesso em: 14 dez. 2020.

CAPONI, S.; MANTOVANI, R. As pestes na história: Contágio desigual entre classes, sofrimento, balas de prata e messias. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia 2020, p. 01-18. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-87>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CAPONI, S. Biopolítica, necropolítica e racismo na gestão do COVID-19. **Revista Porto das Letras**, Porto Nacional, v. 7, n. 2, 2021. Dossiê Discurso, doença, risco. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11619>. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____; BRZOZOWSKI, F. S.; HELLMANN, F.; BITTENCOURT, S. C. O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 09, n. 21, jan./abr. 2021, p. 78-102. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.774>. Acesso em: 01 maio. 2021.

DIAS, A. R. F. **O discurso da violência**: as marcas da oralidade no jornalismo popular. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DUARTE, A. **A pandemia e o pandemônio**: ensaio sobre a crise da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.

DUARTE, A. de M.; CÉSAR, M. R. de A. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/109146>. Acesso em: 03 maio. 2021.

GALINARI, M. M. Identificando os “discursos de ódio”: um olhar retórico-discursivo. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 1697-1746, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/16695>. Acesso em: 30 jun. 2020.

HARARI, Y. N. **Notas sobre a pandemia**: e breves lições para o mundo pós-coronavírus. Tradução Odorico Leal. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.

LIMA, H. Discursos negacionistas disseminados em rede. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 3, p. 389-408, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1758>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MAINGUENEAU, D. A paratopia e suas sombras. In: _____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília Perez Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 157-170.

_____. **Cenas da enunciação**. Curitiba: Criar Edições, 2006.

_____. Discurso e Análise do Discurso. In: SIGNORINI, I. (org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 135-155.

_____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. Resposta ao medo. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 35, n. 1, p. 01-17, set. 2020. Dossiê Discurso em tempos de pandemia. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/763>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MARI, H. Consenso/dissenso: entre o enunciado e a enunciação. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 141-157, 2º sem. 2000. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10382/8481>. Acesso em: 16 fev. 2021.

_____; SANTANA, E. Discurso e mídia: totalitarismo e linguagem totalitária. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 22, n. 45, p. 205-217. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/17916>. Acesso em: 01 jul. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. 8ª reimp. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, H. M. M.; LOPES DA SILVA, F. O vírus nos ronda: metáforas sobre vírus e sobre corrupção. **Revista Porto das Letras**, Porto Nacional, v. 7, n. 2, 2021. Dossiê Discurso, doença, risco. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/1106>
1. Acesso em: 15 abr. 2021.

NASCIMENTO E SILVA, D. do. **Pragmática da violência**: o Nordeste na mídia brasileira. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

OLIVEIRA, H. O ethos atópico. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 61, p. 01-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8654947>. Acesso em: 29 maio. 2022.

_____. O “gabinete das sombras” e o discurso negacionista no Brasil. **Cadernos de Linguística**, Campinas, v. 2, n. 4, p. 01-21, 2021. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/427>. Acesso em: 29 maio. 2022.

PIOVEZANI, C.; GENTILE, E. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020.

POSSENTI, S. Observações sobre interdiscurso. In: _____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 153-168.

_____; OLIVEIRA, H. Violência e perversidade discursiva. **Revista ENTRELETRAS**, Araguaína, v. 12, n. 1, jan./abr. 2021, p. 06-24. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/12093>. Acesso em: 29 maio. 2022.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução Ângela Leite Lopes. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

RASIA, J. M. Crise no tempo acelerado e o mundo em descompasso: apresentação da seção especial sobre a Covid-19. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, jan./abr. 2021, p. 10-24. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.800>. Acesso em: 01 maio. 2021.

ROCHA, J. C. de C. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SANCHES, L. C.; RASIA, J. M. **As representações sociais das epidemias**. Curitiba: CRV, 2020.

SBI - SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNOLOGIA; ABC - ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS; SBPC - SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O

PROGRESSO DA CIÊNCIA; *et al.* **Repúdio**: Nota sobre a ocultação e manipulação dos dados oficiais sobre a Covid-19. 2020. Disponível em: <https://sbi.org.br/2020/06/08/nota-sobre-a-ocultacao-dos-dados-da-covid-19/>.

Acesso em: 04 jan. 2021.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____; STARLING, H. M. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Anexo 1

Nota de repúdio e de alerta à população

16/04/2020

A Asfoc-SN vem a público **mais uma vez manifestar** o seu **completo desagrado** com a **forma irresponsável** como o presidente da República vem lidando com a pandemia que **ameaça** a vida de todos e o futuro do país. Não bastam os **péssimos exemplos**, as **declarações estapafúrdias** ou a escolha de **estratégias cruéis e desprovidas** de amparo científico. Bolsonaro, além de **não contribuir** com **absolutamente nada de positivo**, **atrapalha** os **esforços de articulação e coordenação** das demais autoridades do país, procurando **desestabilizar** governadores, prefeitos, o Ministério da Saúde e suas instituições. Atitudes que também **se contrapõem** às iniciativas da sociedade civil que busca se organizar para **enfrentar** uma **ameaça** que, **embora qualificada por ele de "resfriadinho"**, a cada dia faz mais vítimas e demonstra quanto **sofrimento e prejuízos** é capaz de causar.

Nós, da Asfoc-SN, não somos defensores incondicionais do ex-ministro e muito menos participamos de suas posições políticas. Entretanto, **consideramos** completamente **descabida** uma demissão em meio ao **combate** à pandemia e em um momento em que ela se **agudiza**. Uma demissão que tem por objetivo abrir passagem para o **afrouxamento** do isolamento horizontal, a medida mais eficaz de que dispomos para **reduzir** o número de vítimas, a **transmissão** e o **ritmo** de propagação da Covid-19. Essa é, certamente, a razão principal da demissão do ministro da Saúde. É sobre esse aspecto que buscamos lançar luz. É isso que está por trás da chamada "imunização de rebanho" defendida por Bolsonaro em **contraposição** aos especialistas e pesquisadores da saúde pública. **Consideramos inadmissível**, humanamente **inconcebível** e **temerário** abrir caminho para uma patologia que, ao contrário do que se acreditava inicialmente, tem levado à morte não somente os ditos vulneráveis, mas também um número elevado de jovens, muitos deles sem quadro de comorbidades. Colocar **deliberadamente** em **risco** a população como um todo sob o **falso pretexto de proteger** somente os vulneráveis é, na nossa visão, um ato que **atenta contra** a responsabilidade e a ética pública.

As ações **reprováveis** do chefe do Executivo atingiram **um grau incomum de falta de desprendimento e espírito público** com a demissão do ministro da Saúde em meio a um quadro **delicado** de **combate** à propagação da Covid-19. Uma demissão por ele **construída com fogo contínuo expresso em desautorizações explícitas** às determinações do ministro e sua equipe. Uma demissão cujos motivos, o discurso oficial, apesar de procurar **minimizar** e **não revelar**, se mostra **incapaz de esconder**. O que vimos na coletiva concedida pelo presidente da República foi uma **tentativa de explicar o inexplicável**. Uma **justificativa pífia e desprovida de argumentos razoáveis**. Um **recuo** do presidente em **explicitar a polarização** que ele mesmo estabeleceu de **modo tão contundente** em suas declarações anteriores entre proteção à vida e economia. Assistimos a um **constrangedor malabarismo discursivo**. Uma atitude

raramente vista em países onde o **bom senso orienta as ações dos governantes**.

Embora distantes das posições políticas do ministro da Saúde recém-demitido, **reconhecemos** que o **apoio** popular que o ministro recebeu ao entrar em **contradição** com as posições e atitudes do presidente **pesou** na **deflagração** da **crise** no **comando** da Saúde. **Pesou** o fato de Mandetta ser - assim como ex-aliado do presidente, o médico e governador de Goiás, Ronaldo Caiado - **suscetível** às **ponderações** da ciência e do corpo técnico da saúde pública brasileira e mundial. Entrou na conta, o fato do Ministério da Saúde **não aderir** à **nada humanitária estratégia** de "imunização de rebanho" **defendida** por Bolsonaro como forma de manter, ao custo de milhares de vidas e em sentido oposto das posições adotadas em todo o mundo, o apoio daqueles que **súbita, e desavergonhadamente**, se dizem **preocupados** com o destino da população frente à **paralisação** da economia. Uma população historicamente **abandonada**. Uma população formada em grande parte por descendentes de contingentes escravizados que, como se sabe, foram **largados à própria sorte** com o fim da escravidão.

Orientado **exclusivamente** pelo seu **instinto** de **sobrevivência política**, Bolsonaro **se agarra** ao grupo mais **radical** e à sua **dependência** em relação a Donald Trump. Para ele e seu grupo de **apoiadores** não **importam** a ciência ou os **apelos** por considerações de ordem **humanitária**. Não **importam** as nossas vidas ou as de nossos parentes, vizinhos e conhecidos. **"Alguns vão morrer. Paciência"**, disse o presidente mais de uma vez, enquanto **afirmava** que a pandemia era uma **"gripezinha que não justificava a histeria"** da Organização Mundial de Saúde, dos **líderes** mundiais, das **autoridades sanitárias** locais, dos governadores e prefeitos, e da população que **aderiu** ao **isolamento voluntário**. Para o presidente e seus **apoiadores**, somos apenas números **manipulados** em uma linha de **argumentos falsa** e **dissimuladora**, destinada a manter tudo como antes com **cortes** de direitos, **ataques** ao serviço público, **privatizações** e **alinhamento** automático com os EUA. Não há **preocupação real** com nossas vidas, com nossos empregos ou mesmo com uma economia que sirva a todos. O **cálculo frio** e **desumano** leva em consideração que existe gente demais e falta emprego e Estado para atender a todos.

Como já alertamos em notas anteriores (ver nota da Asfoc-SN publicada em 26 de março de 2020), o pressuposto da **estratégia** de "imunização de rebanho" é que a pessoa curada **adquire** imunidade e **dificulta** a propagação do vírus. A imunidade adquirida e a **eliminação** de parcelas consideráveis da população vulnerável acabariam por **dificultar**, ou mesmo **impedir**, a circulação do vírus. A essas medidas se somariam o **aparelhamento** de hospitais, a produção de testes de diagnóstico e a pesquisa de vacinas e da validade de medicamentos já existentes para o **combate** à evolução ou **prevenção** dos sintomas mais graves. Fora isso, não haveria muito mais o que fazer exceto **garantir** a **segurança pública** e deixar que o vírus **se propague livremente**, mesmo que isso signifique a morte de parte expressiva da população.

Uma opção metodológica de **combate** à pandemia **abandonada** pelo governo inglês e pelos EUA em face do **desastre** que se anunciava e que foi **tristemente** confirmado em cidades como Nova York. Uma opção adotada na Itália com **graves** consequências para a população e para a economia do país. Uma opção que não segue **evidências científicas consolidadas**, mas sim o **desejo inconfessável** de proteger a patrimônio da elite econômica e manter intocada a selvageria da concentração de renda e da exploração.

Cabe lembrar que não temos ainda conhecimento plenamente estabelecido sobre essa variação do coronavírus e sua capacidade de se adaptar. Não temos nem mesmo **certeza** sobre que frações populacionais não estariam realmente expostas ao **risco** de morte. Por outro lado, embora se divulgue que é possível obter imunização após a cura, o tema ainda é **controverso** e não se pode afirmar, sem margens para dúvidas, que isso corresponda à verdade. Pesquisas em curso na Coreia do Sul e na China **alertam** para a possibilidade de reativação do vírus em pessoas classificadas como curadas. Chamam a atenção também para a **ausência** de anticorpos naqueles que deveriam estar imunes após alcançarem a cura e, ainda, para o fato de que 9 entre 10 dos que não desenvolveram reação imune estarem situados em uma faixa etária abaixo dos 40 anos de idade.

É **sabido** também que diversas enfermidades causadas por outras variedades de coronavírus a imunidade conferida não é permanente, chegando a períodos próximos a dois anos apenas. Além disso, quanto mais o vírus se propagar, maiores serão as chances de que sofra mutações ainda mais **nocivas** à nossa saúde ou que ele se torne ainda mais **difícil** de **combater**. Estamos, portanto, no campo das **incertezas**. **Incertezas** que, somadas ao **consentimento tácito** da morte dos mais **suscetíveis**, não autorizam ética, ou mesmo pragmaticamente, a adoção da “imunidade de grupo ou de rebanho” como opção.

A **persistência velada** na **estratégia** de “imunização de rebanho” que Bolsonaro **tenta impor** e a **manipulação** da **ansiedade** e do **desconhecimento** popular com acenos de uma saída **milagrosa** como o uso **indiscriminado** de medicamentos como a hidroxicloroquina certamente vão cobrar um preço mais alto do que o imaginado pelo presidente e seus seguidores.

Não acreditamos, portanto, que a demissão de Mandetta leve à **pacificação** e a uma **sintonia** fina entre as os três poderes e as três esferas de governo e destes com a sociedade. O chefe do Executivo **não se contenta** apenas em **contrariar** a Organização Mundial de Saúde e o **consenso internacional** em **defesa** do isolamento, ele se move para **desarticular** qualquer **iniciativa** que **contrarie** sua visão de mundo ou os **interesses** de uma parcela expressiva da elite econômica que nossa **indignação**, em um momento **grave** como esse, reputa como **retrógrada, predatória, venal e parasitária** dos recursos públicos. Uma elite **desprovida** de **empatia** ou de um projeto nacional **autônomo e inclusivo**. Trata-se da mesma parcela representada por aqueles que **desfilam protegidos** por máscara em carros **de luxo**, pedindo a volta do trabalho em **prejuízo** da vida de milhares de pessoas. Um segmento que, além de jamais ter se **importado** com as **péssimas** condições de vida da maioria de nosso povo, **se serve** da **miséria** para **explorar** o trabalho alheio. Uma elite **contrária** aos ideais da civilização que, juntamente com empresários da fé, grupos **paramilitares** adeptos de **ideologias totalitárias** e de um **contingente** de **iludidos**, compõe a sua base de apoio que, felizmente, vem se reduzindo à medida que **se revela** o seu **despreparo**, o **contrassenso** e a **ausência** de **altivez** que marcam suas atitudes.

Vale lembrar que, mesmo antes da chegada do coronavírus em nosso país, o governo Bolsonaro, tendo à frente o ministro da Economia, Paulo Guedes, vinha **solapando** as bases de sustentação da saúde pública, do bem-estar da população e de nossa **soberania** ao **promover** as reformas da Previdência e Trabalhista, **precarizar** o serviço público e **retirar** recursos de áreas **estratégicas** como Educação, Ciência e Tecnologia. Uma política que, em um pouco mais de um ano, levou à volta do país ao mapa da fome; a um desemprego recorde; ao aumento expressivo do número de moradores de rua; ao crescimento dos trabalhadores **informais** e de **desalentados**; a fechamentos e falências de empresas e ao **aprofundamento** da desindustrialização e da conseqüente reprimarização da

economia. Testemunhamos nesse curto período: a fuga de capitais e de cérebros; a um aumento significativo do déficit da balança comercial; a queda do PIB e ao crescente isolamento político e econômico do país.

Sofremos um **grave** processo de **destruição** de grande parte de nossas **defesas** frente concorrência internacional, à eclosão de **crises econômicas** ou **emergências sanitárias** como a pandemia que **enfrentamos** nesse momento. O país **percebeu** o quanto é **frágil** uma economia que não inclui. **Percebemos** que a ampla maioria de nossa população se encontra **abandonada à própria sorte**. Nosso mercado interno se reduziu em grande parte à informalidade. **Estamos** caminhando a passos largos para o desemprego e empobrecimento geral da população. A classe média que ainda tem algo a perder, ao contrário do que esperava, está fortemente **ameaçada**.

Por essa via traçada por Paulo Guedes a economia não vai **recuperar** nem mesmo o baixo desempenho observado antes da eclosão da pandemia e será perdido um número **incalculável** de vidas. Um **desastre completo** que poderia ser **evitado**, ou pelo menos **mitigado**, com uma forte intervenção do Estado e a implementação de mecanismos de desconcentração e distribuição de renda. Ações que não se pode esperar de quem considerou ofertar R\$ 200,00 para aqueles que nada têm pudessem “se virar”. Ações que não serão adotadas sem pressão por quem atrasa a distribuição da cota de renda mínima corrigida para R\$ 600,00 ao mesmo tempo em que se mostra **ágil** e **prestativo** na liberação de **recursos gigantescos** para os bancos.

Nem os anéis e nem os dedos, parece ser o pensamento de grande parte da elite econômica e de **segmentos conservadores** e **retrógrados** da classe média. Identificado com essa linha de raciocínio, Bolsonaro **aposta alto** e **irresponsavelmente** em uma passagem rápida e de baixo impacto da “gripezinha” pelo país. A julgar pelo seu **comportamento errático**, pela sua **desfaçatez** e pela grande estrutura de **produção e veiculação de mentiras** (as chamadas **fake news**) de seus apoiadores, não é **improvável**, também, que o presidente pense ser possível **manipular** a opinião pública, **minimizando** os efeitos da pandemia.

Desse modo, **como já mencionamos** em outra nota, na visão desse segmento de opinião, se **respeitaria** a política de **austeridade** e não seria preciso parar a economia do país. De acordo com os que se empenham pelo relaxamento da estratégia de isolamento, passado o **sacrifício** a ser **enfrentado**, rapidamente as coisas retomariam os trilhos daquilo que chamam de normalidade: ricos e pobres poderiam voltar a ocupar os lugares que lhes foram reservados na história nacional e no projeto econômico em curso no país.

O que não está no roteiro dessa vertente de administração da **crise** é que Bolsonaro e seus apoiadores **sonham** em voltar para um mundo que não existe mais. A economia mundial está irremediavelmente **comprometida** e não será com políticas **recessivas**, como a **austeridade** e a **destruição** da estrutura estatal defendida por Paulo Guedes ou com a carteira verde e amarela recentemente aprovada na Câmara dos Deputados, que o país conseguirá **ultrapassar** essa **crise**. Uma **crise sem precedentes** e para a qual o **arsenal neoliberal** não dispõe de **armas** capazes de deter. Não será com a maior parte da população **inadimplente** e **refém** do crédito consignado que nossa economia voltará a girar. **Temos** que nos unir **contra** a pandemia e reconhecer que **precisamos**, mais do que nunca fortalecer o SUS e lutar pelos direitos de uma cidadania de fato capaz de garantir dignidade para todos.

Esperamos que os **ímpetus desagregadores** do presidente sejam **contidos** e que o novo ministro, o oncologista Nelson Teich, mantenha a **defesa** do isolamento horizontal como já vinha fazendo antes de assumir o cargo para o qual foi convidado. **Desejamos** que o novo ministro seja capaz de construir as condições necessárias para que se evite, a todo o custo, a situação de escolhas **trágicas** abordadas por ele em um vídeo que circula nas redes. **Desejamos** que ele considere a obtenção de recursos para a Saúde como a alternativa a ser perseguida para que se evite tais situações.

Esperamos também que estados e municípios recebam os apoios e os recursos necessários para que continuem construindo as condições para o **enfrentamento** da pandemia enquanto mantêm em casa a parte da população não envolvida em atividades essenciais juntamente com aqueles considerados mais **suscetíveis**.

A pandemia mostrou ao mundo que o mercado não vai resolver a **crise** gerada pela propagação da Covid-19. **Evidenciou** a necessidade de sistemas públicos e gratuitos de saúde e das políticas de bem-estar social e de renda mínima. Tornou claro que somente o Estado tem capacidade de coordenação para dar **combate** a uma **ameaça** tão **destrutiva** e **abrangente** como essa. Somente ele é capaz de realizar investimentos a fundo perdido para **socorrer** populações e reconstruir países após a **tormenta**.

Há uma **simplificação extremamente nociva** na **polarização radical** entre Estado e mercado veiculada por **adeptos** do **neoliberalismo**, onde o primeiro é **intrinsecamente inoperante** e **ineficiente** e o segundo o melhor alocador de recursos e **promotor** do **progresso** social. A iniciativa privada é **avessa a riscos**. É o Estado que dá **sustentação** à estrutura econômica, garantido contratos, infraestrutura, segurança pública, investimentos e **socorro** nas horas de **crise**. É ele que tem condições de **alavancar** a produção de conhecimento científico e tecnológico articulados a processos de industrialização como pressupõe a **estratégia** de **fortalecimento** do chamado Complexo Econômico e Industrial da Saúde.

Defendemos que os objetivos centrais e **prioritários** do desenvolvimento sejam a proteção à vida e ao bem-estar da população. **Acreditamos** que a área da Saúde pode **contribuir** de forma **bastante positiva** para o atendimento das **inadiáveis demandas** sociais e para a autonomia tecnológica que tanto **precisamos** nesse momento. **Precisamos exigir** o **imediate abandono** das políticas **neoliberais** e que o governo faça a sua parte em sintonia com os **anseios** e necessidades da nação. **Precisamos debater** o presente e olhar com **cuidado** o que está por vir. O futuro está em **disputa** e nessa disputa certamente não cabe a ideia de Estado mínimo. **Poderemos** caminhar para uma **ditadura subserviente** a interesses **antinacionais** que **mobilize** a sociedade **contra** inimigos de ocasião ou para a construção de uma **democracia soberana** que abrace a ideia de economia **inclusiva**. **Cabe a cada um de nós refletir** sobre o que **queremos** e o que **vamos ajudar a construir**.

É preciso cuidar e cuidar de quem cuida. Somos a Asfoc-SN. Somos Fiocruz. Somos SUS.

Disponível em: <http://www.asfoc.fiocruz.br/porta1/content/nota-de-repudio-e-de-alerta-populacao>. Acesso em: 04 jan. 2021. Destaques em negrito nossos.

REPÚDIO: NOTA SOBRE A OCULTAÇÃO E MANIPULAÇÃO DOS DADOS OFICIAIS SOBRE A COVID-19

08 de junho de 2020

No último dia 7 de junho, domingo, a **Sociedade Brasileira de Imunologia subscreveu** nota elaborada pela [Academia Brasileira de Ciências](#) e pela [SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência](#) **contra a ocultação de dados da Covid-19 pelo governo federal**. O documento foi subscrito por mais de 60 entidades e instituições de todo o País e encaminhado ao Ministério da Saúde (MS), à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE) do MS, ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e ao Conselho Nacional de Saúde (CNS).

NOTA SOBRE A OCULTAÇÃO DOS DADOS DA COVID-19

Na noite de sexta-feira, 5 de junho de 2020, **foi retirado o acesso ao portal do governo federal que divulga** os dados diários da COVID-19. O referido portal foi reaberto no sábado, 6 de junho de 2020, contendo **informações reduzidas**, com a justificativa de adoção de nova sistemática de contabilização de casos e óbitos causados pela doença. A **atitude** do Governo em **não revelar** os dados da pandemia permite a **manipulação das informações** sobre a evolução da COVID-19 no país e **impede o acompanhamento e a contenção** da doença que tem afetado centenas de milhares de brasileiros. Um **cenário de desinformação contribui** para que a população se sinta **abandonada à sua própria sorte**. A **ocultação de dados prejudica** também a programação para volta de atividades e circulação de pessoas, **impactando** o planejamento econômico para a saída da recessão, e **atenta contra a imagem do Brasil no exterior**.

Os **dados epidemiológicos** são **fundamentais** para esse planejamento e impactam não somente o conhecimento da evolução da doença no país, mas também no exterior, pois são coletados por instituições como a tradicional universidade John Hopkins dos Estados Unidos e o Imperial College do Reino Unido. É **inaceitável** a **omissão** dos dados sobre a pandemia

É, portanto, **indispensável** e **urgente** que sejam **restabelecidas a transparência** e a **clareza** na **divulgação** dos dados, **em tempo real**, para toda a população e para o mundo, condição necessária para o **enfrentamento** dessa **terrível** pandemia. Só assim será possível, a partir da **análise científica** baseada em **dados confiáveis**, sair da **crise** e **reduzir** o número de vítimas.

Repudiamos qualquer **omissão** ou **deturpação** de dados relativos à COVID-19. A **subtração** e a **manipulação** de dados não mudam a realidade. E não **aliviam** o peso de milhares de mortes sobre aqueles que preferirem

a ficção à ação, **abdicando** de seu **dever** de **proteger** a saúde da população.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 2020

Luiz Davidovich
Presidente da ABC

Ildeu de Castro Moreira
Presidente da SBPC

Leia a carta original aqui.

Além da ABC e da SBPC, subscrevem o documento as seguintes entidades:

Academia de Ciências do Estado de São Paulo (ACIESP)
Academia Pernambucana de Ciências (APC)
Associação Brasileira de Bioinformática e Biologia Computacional (AB3C)
Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação (ABECO)
Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)
Associação Brasileira de Ciências Farmacêuticas (ABCF)
Associação Brasileira de Cristalografia (ABCr)
Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM)
Associação Brasileira de Engenharia e Ciências Mecânicas (ABCM)
Associação Brasileira de Estatística (SBE)
Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET)
Associação Brasileira de Imprensa (ABI)
Associação Brasileira de Limnologia (ABLimno)
Associação Brasileira de Mutagênese e Genômica Ambiental (Mutagen-Brasil)
Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC)
Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)
Associação Nacional de História (ANPUH)
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ)
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)
Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF)
Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (COMPÓS)
Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação (SOCICOM)
Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FESBE)
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)

Sociedade Astronômica Brasileira (SAB)
Sociedade Brasileira de Automática (SBA)
Sociedade Brasileira de Biofísica (SBBfis)
Sociedade Brasileira de Biologia Celular (SBBC)
Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq)
Sociedade Brasileira de Computação (SBC)
Sociedade Brasileira de Ecotoxicologia (ECOTOX-Brasil)
Sociedade Brasileira de Eletromagnetismo (SBMAG)
Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC)
Sociedade Brasileira de Farmacognosia (SBFGnosia)
Sociedade Brasileira de Física (SBF)
Sociedade Brasileira de Fisiologia (SBFis)
Sociedade Brasileira de Fisiologia Vegetal (SBFV)
Sociedade Brasileira de Genética (SBG)
Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC)
Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)
Sociedade Brasileira de Ictiologia (SBI)
Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI)
Sociedade Brasileira de Matemática (SBM)
Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional (SBMAC)
Sociedade Brasileira de Microbiologia (SBM)
Sociedade Brasileira de Microeletrônica (SBMicro)
Sociedade Brasileira de Micro-ondas e Optoeletrônica (SBMO)
Sociedade Brasileira de Ornitologia (SBO)
Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP)
Sociedade Brasileira de Parasitologia (SBP)
Sociedade Brasileira de Pesquisa em Materiais (SBPMat)
Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional (SOBRAPO)
Sociedade Brasileira de Protozoologia (SBPz)
Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP)
Sociedade Brasileira de Química (SBQ)
Sociedade Brasileira de Telecomunicações (SBrT)
Sociedade Brasileira de Virologia (SBV)
Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)
União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da
Cultura (Ulepicc-Brasil)

Disponível em: <https://sbi.org.br/2020/06/08/nota-sobre-a-ocultacao-dos-dados-da-covid-19/>.
Acesso em: 04 jan. 2021. Destaques em negrito nossos.

Cientistas e acadêmicos se **mobilizam contra ataques** ao professor Pedro Hallal da UFPel

22 de janeiro de 2021

Pedro Martins

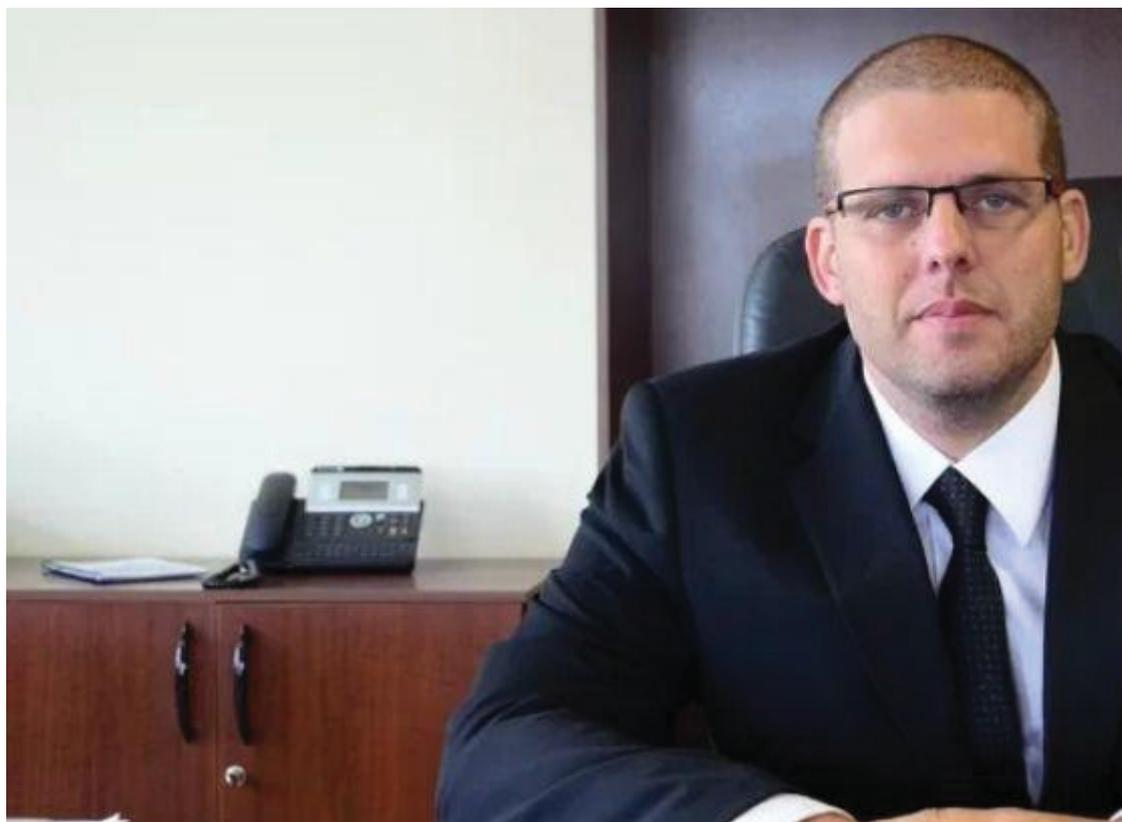


Foto: Kátia Helena Dias / UFPel

Reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) até o ano de 2020, Pedro Hallal **coordena a pesquisa** Epicovid, **referência** no mapeamento do avanço da doença em todo o País. Hallal é **docente associado** da UFPel no curso de **graduação** em Educação Física e nos **programas de pós-graduação** em Educação Física e Epidemiologia e **ganhou grande reconhecimento** nacional pela pesquisa durante a pandemia e pelo debate sempre pronto sobre as medidas de contenção da pandemia. Entretanto, tal atuação **incomodou** diversos grupos ligados ao governo federal, que agora **promovem** um **linchamento público** do professor após o mesmo ter **afirmado** estar com Covid-19. As **agressões** se deram pelo deputado Bibó Nunes (PSL-RS) em programa da Rádio Guaíba.

As **agressões** aparecem no momento em que o governo federal **não quer nomear** o candidato que **obteve mais votos** na consulta à comunidade acadêmica para **reitoria da UFPel**. Diante desse fato, os candidatos, que venceram a disputa planejam construir um **gabinete paralelo** em **defesa da autonomia universitária**.

[Assine a nota de apoio a Pedro Hallal](#)

Diante de tais **agressões** a **comunidade científica e acadêmica** se **mobiliza** em **solidariedade** ao professor Pedro Hallal e está coletando assinaturas à nota de apoio que disponibilizamos na íntegra abaixo:

NOTA DE APOIO DE CIENTISTAS BRASILEIROS AO PROF. PEDRO RODRIGUES CURI HALLAL

A comunidade científica brasileira vem assistindo nos últimos dias um processo **deplorável e injustificável de ataques** ao Prof. Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas. O Prof. Pedro Hallal é um dos **inúmeros cientistas brasileiros** que, **mesmo diante das inúmeras dificuldades para se fazer ciência no Brasil, liderou** o maior inquérito sobre a prevalência de infecção por Covid-19 no país e, a partir da interpretação dos achados do referido estudo, **vem prestando** aos diversos veículos de comunicação os **esclarecimentos** acerca da evolução da pandemia em território brasileiro, sem **eximir-se** de apontar as **inúmeras falhas** na **coordenação política** do **enfrentamento** a esta **importante crise sanitária**.

A **crítica** é práxis científica e atitude necessária para o desenvolvimento e **enfrentamento** dos problemas de um país, pois é a partir da **adequada interpretação** dos **achados científicos** que se pode apontar os caminhos a serem seguidos e **chamar atenção aos desvios** que estão sendo **cometidos**. O Prof. Pedro Hallal, a exemplo de tantos outros **especialistas**, que atuam e recomendam **com base no conhecimento científico**, destacou a **impropriedade** da ação adotada por alguns **políticos brasileiros** que, ao longo dos últimos 10 meses, **insistiram** em **desrespeitar** as orientações mais básicas para o controle da pandemia de Covid-19, como o uso de máscaras e o distanciamento social.

Esta NOTA é uma **MANIFESTAÇÃO DE APOIO** ao Prof. Pedro, que **siga sempre inabalável** na sua **missão de auxiliar** o desenvolvimento social **a partir da atividade científica**. É, também, por outro lado, uma **expressão de repúdio** da comunidade científica brasileira às **ações difamatórias, caluniosas, desrespeitosas e injuriosas** que vem sendo **desferidas** por figuras dos **mais altos escalões da república**. Em um **estado democrático não se pode admitir** que **aspectos políticos e ideológicos** sejam justificativa para **coagir cientistas** que **alertam para ações impróprias** ou para **inações** por parte de agentes públicos dos diferentes níveis de governo.

Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/cientistas-e-academicos-se-mobilizam-contralinchamentoao-professor-pedro-hallal-da-ufpel/55623/> Acesso em: 02 abr. 2021. Destaques em negrito nossos.

Nota em defesa do respeito à vida

17 de março de 2021

ABRASCO e Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores

Precisamos de paz, serenidade, racionalidade, empatia e ética para vencer a Covid-19



Este é, sem dúvida, o momento de **maior gravidade** da pandemia da Covid-19, desde o seu início. Mais de um ano depois, a situação, longe de se resolver, ao contrário, piorou muito e ainda pode ficar pior, como indicam as tendências na ocorrência de novos casos e de mortes.

Desde o início, nunca foi **igualitária** a possibilidade de seguir as **prescrições** do “**fique em casa**”, ou mesmo do uso de máscaras e de medidas higiênicas. Partes expressivas da população, pobres e cada vez mais empobrecidas, não tinham recursos para tal e necessitavam “**batalhar o seu ganha pão**”. Com o desemprego ascendente, o **desespero** bateu mais forte nas portas dos brasileiros, gerando **pânico**, o que se somava, de **forma cruel**, ao **medo de morte** pela Covid-19. A **polarização** entre seguir as medidas de segurança sanitária ou preservar a economia foi apresentada pelo governo federal como um imperativo que incutiu na população um pensamento **perversamente dicotômico**, sem que este mesmo governo oferecesse uma alternativa que demonstrasse apreço pela vida dos brasileiros e brasileiras. Muito pelo contrário, recursos preciosos foram usados em troca de favores políticos ao invés de serem utilizados para a compra de vacinas. Da **autoridade máxima do país**, observamos **exibições públicas contínuas de desrespeito** às medidas de **enfrentamento** da pandemia, **incentivo a medidas inócuas** e de **completo descaso** e **insensibilidade** com a **dor** e **sofrimento** dos afetados e de suas famílias. Nenhuma **expressão de solidariedade e respeito** tem sido registrada. A arte de governar exige exemplo e manifestação concreta de interesse pelo bem comum, além de **serenidade** e **sabedoria** para guiar a população na direção de medidas que a protejam. Entretanto, o que temos presenciado é a produção de **desorientação deliberada**, por meio de **palavras e ações que não param de se contradizer**, o que gera **ambivalência**, dificuldade de tomar boas decisões, paralisação e **crise** social e psíquica profundas nas populações, especialmente de seus grupos mais vulnerabilizados, seja ao adoecimento, seja à ausência dos meios de sobrevivência.

Ainda que **conflitos** existam no mundo inteiro sobre como gerir a pandemia, todos os governos que se pautaram e apostaram nos resultados que a ciência – seja ela biológica,

epidemiológica, social ou econômica-, apresentava, investiram recursos financeiros **vultosos** em rendas emergenciais para seu povo e para apoio às atividades econômicas, aos empresários, pequenos produtores, comerciantes e aos trabalhadores/as. Os estudos e a experiência de epidemias anteriores, e até da atual, demonstram que aqueles que melhor controlaram a transmissão e seus efeitos, além de preservarem vidas, mais rapidamente recuperaram sua economia. Esses resultados têm sido vistos em países no mundo inteiro, mesmo entre aqueles duramente afetados pela Covid-19. Assim, é urgente que o governo federal do Brasil siga esses modelos **exitosos** e se **congregue** com governadores e prefeitos de estados e cidades brasileiras envolvidos na construção de uma grande **Frente Nacional de Enfrentamento da Crise**, assim como com entidades da sociedade civil, para buscar uma saída, para **mitigar** essa **situação sócio sanitária calamitosa**, e que gera, evidentemente, **dor e sofrimento**.

O oposto dessa caminhada é **continuar** a **incitar** a população a se **insurgir contra** o **lockdown** e as medidas de distanciamento social, fazendo **espetacularização**, inclusive, com o suicídio de um trabalhador. **Presidente**, uma carta deixada por um trabalhador que realiza um ato extremo de retirar a sua própria vida não pode ser profanada! Não é possível ser **insensível** ao que o seu gesto desesperado revela de um país, onde o **arrocho** de uma economia, pautada nos cânones da austeridade, antes e durante a pandemia, **abandona as pessoas à própria sorte**. **Presidente**, não se pode matar os mortos! **Precisamos** velá-los, honrá-los e arregaçarmos as mangas junto ao trabalho **heroico** e **incansável** daqueles e daquelas que não param de tentar **salvar** vidas. **Não é possível continuar espalhando discórdia, desinformação e desordem mental**. **Precisamos de paz, serenidade, racionalidade e ética para vencer a Covid-19**.

Importante assinalar que o suicídio é um importante problema de saúde pública no Brasil. Dados da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde **evidenciam** a tendência de crescimento das taxas de suicídio em todo o mundo, observando-se também sua relação com o aumento da precarização social do trabalho e da pobreza. O suicídio não é apenas um ato individual, uma decisão pessoal de acabar com a própria vida – ele é um fenômeno socialmente tecido pela perda de vínculos de proteção comunitária, familiar, de perspectivas de futuro. Portanto, trata-se de um problema que necessita de políticas públicas bem estabelecidas. Não são as medidas necessárias para o adequado **enfrentamento** da pandemia que estão produzindo atos trágicos de violência contra si mesmo, mas sim a **ausência** ampla e **irresponsável** de políticas que, ao invés de **proteger, apoiar** e **auxiliar** financeiramente as pessoas, se aproveitam dessas vulnerabilidades para **precarizar** ainda mais a vida de amplas parcelas da sociedade brasileira. **Não vamos tolerar a continuidade dessas ações de desrespeito que se aproveitam da dor e do sofrimento das pessoas. BASTA!**

Rio de Janeiro, 17 de março de 2021

Assinam este documento:

Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO

Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores

Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-em-defesa-do-respeito-a-vida/57031/>. Acesso em: 02 abr. 2021. Destaques em negrito nossos.

Nota de **solidariedade** à população de Manaus

16 de janeiro de 2021

Associação Brasileira de Saúde Coletiva



Unidade de Pronto Atendimento (UPA) José Rodrigues, no bairro Cidade Nova, zona Norte da capital amazonense

Foto: Márcio James/Amazônia Real

A **Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco** – vem a público apresentar sua **solidariedade** à população de Manaus e demais municípios do Estado do Amazonas. A **gravíssima situação sanitária**, que tem levado ao **desespero** tantas famílias e profissionais de saúde, é a **repetição de situações previsíveis e que poderiam ter sido evitadas**, ou pelo menos minoradas, mediante **ações efetivas** de reforço à rede de serviços já existentes e planos de ação que articulassem esforços do governo federal e governos locais. O que se viu, **mais uma vez**, foi a **omissão** do governo federal em assumir o papel que lhe cabe no **enfrentamento** da pandemia de Covid-19, mediante o **fortalecimento do SUS e a adoção de parâmetros científicos para o controle da epidemia**. É **flagrante a carência** de medidas de proteção às populações vulnerabilizadas que vivem na região que reúne os **piores indicadores sociais e sanitários do país**. O **caos sanitário** instalado em Manaus é somente a ponta visível de um iceberg, expondo mais uma vez as **insuficiências** da rede de saúde em todo o Amazonas, largamente apontadas pelos sanitaristas que atuam na Região Norte.

Dados oriundos do órgão estadual de vigilância em saúde evidenciam aumento de 106% no total de casos confirmados de Covid-19 no último mês. Em consequência, a ocupação de leitos de UTI cresceu exponencialmente. Em 06 de novembro, havia 167 leitos de UTI ocupados, passando para 213 em 12 de dezembro, 299 em 27 de dezembro e 466 em 03

de janeiro e culminando em 672 leitos ocupados em 14 de janeiro de 2021. Declarações do Ministro da Saúde na imprensa apontam a existência de quase de 500 pacientes na espera de um leito que hoje não existe. Mesmo os internados não têm garantia de cuidados, pois o **acirramento da crise – igualmente previsível – eclodiu** no dia 14 de janeiro, gerado pela falta de oxigênio na rede hospitalar. Foram **inúmeros e dramáticos os apelos** de profissionais de saúde pedindo voluntários para prover ventilação manual a pacientes de UTI, na tentativa desesperada de salvar os pacientes sob seus cuidados. A média de 125 enterros diários se manifesta na tristeza e luto dos familiares.

As medidas propostas pelas autoridades são **insuficientes**. É **urgente um plano de gestão eficiente, responsável, com monitoramento, planejamento e ajustes** para a garantia da vida. A anunciada transferência de pacientes para outros estados pode ser uma alternativa válida para os que lograrem uma remoção bem sucedida. Entretanto, além de não ser sustentável, dada a sobrecarga dos serviços de saúde no país como um todo, não terá impacto no curso da epidemia. A mutação viral é um evento natural, conhecido, esperado e inevitável, e não pode ser tomada como pretexto para a **inação**. O **relaxamento** das medidas de distanciamento físico e do uso de máscaras, além da **falta** de isolamento de casos e contatos, podem explicar melhor este aumento de casos. As **iniquidades sociais e sanitárias** da Região Norte são largamente conhecidas e há muito deveriam ter sido objeto de atenção do governo federal, em particular após o pico epidêmico dos meses de abril e maio, mundialmente noticiado.

A população do Amazonas necessita de **políticas públicas efetivas** que **possibilitem a oferta de cuidado adequado e o controle da disseminação do vírus**. As **autoridades sanitárias** têm o **dever** de apresentar um plano de expansão rápida da força de trabalho, de leitos e de insumos que garantam acesso e resolutividade no atendimento e o **direito de respirar**, assim como um calendário claramente definido pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) que possa atender, com prioridade, as especificidades do espaço e dos modos de vida dos amazônidas.

A Abrasco expressa seu pesar aos familiares e seu **apoio** aos profissionais de saúde que **heroicamente** atuam na **linha de frente**, salvando vidas e diminuindo a **dor** de tantas famílias. **Transformemos nossa indignação num apelo** para que toda a sociedade brasileira se **solidarize** com as pessoas que vivem em Manaus e nos demais municípios do Amazonas. É preciso cobrar das autoridades políticas e sanitárias federais, estaduais e municipais que assumam suas responsabilidades e exerçam adequadamente o papel que lhes cabe, investindo todos os esforços possíveis para reversão desse quadro e evitando que os tristes eventos de Manaus se repitam em outros locais do país.

Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/nota-desolidariedadea-populacao-do-manaus/55482/>. Acesso em: 02 abr. 2021. Destaques em negrito nossos.